



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

JOSÉ LUIZ TERCEROS SIROTHEAU

**IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS E IDENTIDADE QUILOMBOLA EM ESPAÇO
METROPOLITANO: O CASO DA COMUNIDADE DE ABACATAL (PARÁ).**

**BELÉM
2012**

JOSÉ LUIZ TERCEROS SIROTHEAU

**IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS E IDENTIDADE QUILOMBOLA EM ESPAÇO
METROPOLITANO: O CASO DA COMUNIDADE DE ABACATAL (PARÁ).**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro Trindade Júnior

**BELÉM
2012**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação do CFCH/UFPA, Belém-PA)

Sirotheau, José Luiz Terceros

Impactos socioterritoriais e identidade quilombola em espaço metropolitano: o caso da comunidade de Abacatal (Pará) / José Luiz Terceros Sirotheau; orientador, Saint-Clair Cordeiro Trindade Júnior - 2012.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2012.

1. Crescimento urbano - Belém (PA). 2. Urbanização - Aspectos sociais - Belém (PA). 3. Belém, Região Metropolitana de (PA). 4. Quilombolas - Abacatal (PA). I. Título.

CDD - 22. ed. 307.76098115

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSÉ LUIZ TERCEROS SIROTHEAU

IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS E IDENTIDADE QUILOMBOLA EM ESPAÇO METROPOLITANO: O CASO DA COMUNIDADE DE ABACATAL (PARÁ).

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro Trindade Júnior

Dissertação defendida e aprovada, com o conceito Excelente, em 26 de setembro de 2012, pela comissão examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro Trindade Júnior
UFPA
(Orientador)

Prof. Dr. Sérgio Cardoso Moraes
UFPA
(Examinador Interno)

Prof^a. Dr^a. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
UFPA-NAEA
(Examinador Externo)

Para as três mulheres que me acompanharam, me acompanham e irão me acompanhar em todas as minhas vidas: Graciete (em memória), Ivana e Patrícia.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos. Provavelmente a parte mais fácil de construir. Ao longo do desenvolvimento do trabalho sempre ficava pensando em como seria a hora de agradecer. Infelizmente, não conseguirei lembrar todas as pessoas que me ajudaram a finalizar mais uma etapa de minha vida, mas tentarei.

Primeiramente, gostaria de agradecer à fé que tenho em algo além da matéria: em Deus, nos orixás, nos protetores, entre outras sobrenaturalidades. Eles sempre cuidaram de mim e me ajudaram em momentos críticos – que não foram poucos -, principalmente quando fiquei de frente com o desencarne. Tenho consciência que devo muito à vocês, e acreditem, tenho o mais profundo desejo de, alguma forma, retribuir o que fizeram por mim, e sei como fazer isso: lutando contra as desigualdades, injustiças, enfim, todas as formas de violência que esta humanidade insiste em promover. Podem contar comigo.

E além de me tirarem de enrascadas, colocaram nesta minha vida pessoas maravilhosas. Dete e Armandão, meus avós maternos, eu lhes dei muito trabalho, não foi? Tomara que estejam felizes com o resultado do esforço de me criarem, vocês são exemplos para mim. Embora eu tenha dito quase nenhuma vez em vida, tenho certeza que vocês sabem o quanto eu amo vocês.

À minha mãe Ivana. Fico extremamente feliz em poder cuidar de ti, como filho, irmão e pai que sou. Essa nossa múltipla relação, coisa nossa, foi o principal fator que me fez amadurecer, talvez antes do tempo. Não que eu reclame. Tudo que passamos foi muito importante pra formar o meu caráter, a minha personalidade. Amo-te.

Agradeço à minha tia Iza (Biloooca), mãe no sentido mais maternal da palavra. Criou os quatro filhos na raça: Dione, Jéssica, Paulo Victor e Júlio Jacó, este último, meu afilhado. Primos, talvez vocês não saibam, mas são como irmãos pra mim. Passamos um bom bocado juntos, e contem comigo pro que der e vier, amo vocês. Ao Francisco que, apesar de fechado, marrento, tem um bom coração. Obrigado por estar presente naquela situação.

Aos outros familiares: tios Dilermando, Leopoldo e Paulo; tias Maricilda, Janete, Ítala, Maria, Dirce; meus primos e primas Felipe, Rafael, Fernanda e Gabriel, Aline e Vinicius, Karlinda, obrigado a todos. À Violeta Sirotheau, que foi fundamental nos custeios da minha formação e Horacilda e David, que em um momento

complicado, adotaram-me em sua casa por alguns meses. À minha irmã, Betinha, mais boliviana que brasileira (por enquanto), agora que começamos a nos aproximar, saiba que você é uma guerreira. Espero que possamos ficar cada vez mais unidos. Minhas sobrinhas são lindas, Luara e Luana. Ao meu pai, Mário, pelo dom da vida. Obrigado.

Ao meu amigo Fernando Lúcio Maroja do Amaral. Já vivemos muitas coisas juntos. Já discutimos bastante também. Normal. Grandes amizades têm dessas coisas. Obrigado por estar ao meu lado todos esses anos. Sei que posso contar contigo. Tu também podes contar comigo, sempre. Agradeço também ao Andrey, Diego, Bernardo, Eric, Gabriel, Rafael, Wladson, Junior, João Augusto, Vinícius, Miro, Elano, Fabrícia, Fabíola, Aline, Rhafaella, Karla, Natália, Maíra, foi uma boa época. Não posso esquecer também da minha querida Tia Virgínia e a Dona Enóe. Obrigado.

E a galera do colégio? Foram anos com quase sempre a mesma galera: a turma dois. Multicampeã nos esportes e com as melhores notas da escola, essa turma era fogo. Vai o meu agradecimento para Igor, Andrey, Wanderlon, Márcio, Rodolfo, Euler, Diego, Leandro, Marcelo, Thiago, Daniel Afonso, Rafael, Orlando, Daniel Ozzy, Suzana, Lorena, Luciana, Isa Amoras, Isabela, Moema, Carla, Gisele, Brenda. Obrigado.

Depois teve os amigos da UFPA. A galera da geografia era perigosa. Nunca uma sala no bloco “Eb” teve tantos conflitos territoriais quanto a nossa. Constantemente havia desterritorializações e reterritorializações naquele espaço multiapropriado. Enéas, Gilber, Elton, Genisson, Jeferson, Pedro Jr., Michel, Francisco, Lígia, Vivian, Izabel, Virgínia, Odilene, Mônica, Pauliane, obrigado pelos debates e pela companhia nesses longos anos de curso.

Mas como a Geografia é um curso cheio de gente bacana, tive a sorte de fazer amizades fora da minha sala. Um abraço Rogerinho “Calouro”, Téo, Alcir, Nil, Lene, Padinha, Marcos Alexandre, Vanda, Rafaela, Viviane e Dada, a galera do UNIGEO, Frank, Gilson, Eberson, Daniel, Diego, Mateus, Fernando e companhia. Não podendo esquecer Hugo Serra, que quando precisei me deu a maior força para acabar o curso. Obrigado.

Ao meu grande amigo: Herbert Arrison Machado. Você é uma cara espetacular. É um privilégio ter a sua amizade. Adalberto, Jorginho, Luiz, Gohan, Jefferson, Basílio, Basílinho, Cléber, Anderson, Buda, Hellen, Roberta, obrigado a

todos vocês. Mário Martins, o senhor é um mestre da vida, graças aos seus ensinamentos pude crescer espiritualmente, agradeço também a proteção do seu Boiadeiro, a sabedoria do seu Marinheiro e a alegria do Cachoerinha. Obrigado, meus orixás, obrigado Nanã Buruku.

À galera do IBGE. Todo dia que caía o salário, era uma reunião para a cervejinha e o bate papo. Maracaípe, Márcia, Luana, Ana Célia, Kakaroto, Mestre, Vegeta, Faísca e Fumaça, Morceirão, obrigado pela companhia. À galera do PROJOVEM Urbano Ananindeua. Obrigado, em especial para a galera do Núcleo Dois: Gracirema, Marcelo, Klipton e companhia.

Aos companheiros de Polícia Civil. EPC Jane, IPC Dirceu, IPC Zeni, Roberta, Hidalgo, Daniel, Maíra, D. Neuza, MPC Sassim, MPC Israel, IPC Everaldo, EPC Aroaldo, DPC Luiz Alcântara e DPC Joseana, obrigado pelos anos de Diretoria de Administração. Aos DPC Bruno e DPC Cláudio (os chefes mais bacanas que tive em toda a minha vida), EPC Odílson, EPC Charles, IPC Pedro, IPC Queiroz, IPC Viana, muito obrigado pela convivência na DEPOL Marapanim, e por compreenderem a necessidade que, por vezes, tive que me ausentar devidos aos estudos.

Não posso esquecer-me da galera do RPG, o círculo de amizades mais próximo e duradouro que tenho: Enzo, Edmir, Laredo, Camila, Vinicius, Penna, Heathcliff, Aluízio, entre outros, muito obrigado pelos momentos de alegria, sem dúvida esses nossos momentos são grandes válvulas de escape.

À turma da especialização em Educação para Relações Etnicorraciais. Só figura. Pena que eu perdi o contato. Mas não deixaram de ser importantes. Foram muitos debates, brincadeiras e companheirismo nos longos fins de semana no IFPA. Emille, Nádia, Gláucia, Vera e o grande filósofo, poeta, professor e militar Brito. Obrigado.

E por falar nesse curso, foi lá que eu tive meu primeiro contato com a temática quilombola. Em um primeiro momento, eu tinha uma visão muito romântica sobre o assunto. Entretanto, aos poucos, fui desconstruindo esse paradigma, mas não o suficiente até entrar no curso de mestrado em Geografia.

A sala do curso tinha caras conhecidas, mas a maioria era novidade para mim. Foi uma turma meio distante, não me lembro de termos saídos juntos para tomar uma gelada e tentar desvendar os segredos do mundo. Entretanto, com o tempo, fui percebendo que era uma turma única, com grandes figuras. Meus agradecimentos à todos, em especial para o orador oficial Glauco, Elisamar,

Luciano, Sandro, Cynthia, Viviane e Elaine. Não podendo esquecer as colegas que conheci em outras disciplinas: Tati, Raquel, Joseline, Irislane e Eliane, obrigado pelos momentos de debate e descontração.

E voltando para o município de Marapanim, gostaria de agradecer aos colegas de trabalho da E.M.E.F. Prof^a Marieta Nunes, em especial à diretora Thelma, ao professor Amaral e ao professor Paulo Henrique. Este último, companheiro nas voltas de 23:00 das segundas e terças, por entre os ramais da zona rural daquele município, mais especificamente da vila de Vista Alegre do Pará. Também aos meus alunos, em especial ao Dionísio, um menino trabalhador que, aos 15 anos, madruga nas marés para ajudar sua família e luta na escola contra o cansaço, apegado à importância dos estudos e em uma perspectiva de melhora de renda, e à Jonaia, que aos 14 anos é mãe de duas crianças e possui uma história de vida dramática, mas mantém um sorriso no rosto e, com os dois filhos na sala, divide sua atenção entre o espaço geográfico e o espaço maternal em seu coração.

E nesse quase um ano e meio morando em Marapanim, passei por uma nova experiência: a de conviver com pessoas novas, totalmente diferentes, e praticamente desconhecidas. Rachamos o aluguel de uma casa para baratearmos os custos. Gracirema, Ricardo, Jackeline e Priscila, meus agradecimentos pela convivência, companheirismo e respeito.

Ao professor Saint-Clair, pelos diálogos em forma de orientação e pela paciência com este orientando. Na graduação não tive o privilégio de ser aluno dele, mas lembro que eu entrava de “penetra”, às vezes, na turma de 2002 para assistir a algumas aulas de Geografia Urbana.

Pois bem, quando consegui passar no curso, me vi “sem pai, nem mãe”, alguns tinham sido bolsistas, outros tinham uma relação próxima com alguns professores, eu era uma exceção. Certo dia fui à Biblioteca Central e encontrei com duas pessoas conhecidas, em momentos diferentes. Conversei com elas sobre a aprovação, sobre o projeto de pesquisa e que eu não tinha orientador. Eis que as duas afirmam: “Sabe quem pode te ajudar? O Saint-Clair!”. Enchi-me de coragem e mandei um e-mail, tímido, perguntando sobre a possibilidade de ser orientado por ele. Eis que consigo uma resposta positiva.

Durante a disciplina ministrada no NAEA pude perceber a pessoa humilde, sensível e competente que é. Graças a esses momentos, agora tenho vontade de

ministrar disciplinas de metodologia (rsrsrsrs). Professor, muito obrigado pela oportunidade.

Gostaria de agradecer também à professora Rosa Acevedo. Sempre muito solícita e crítica quanto à construção deste trabalho, seja na disciplina ministrada na Antropologia, seja na banca de Qualificação ou fora da universidade. Considero como um exemplo de pesquisadora, pois se preocupa, para além da ciência, com os problemas enfrentados. Não é esse, então, o papel da ciência? Objetivar uma sociedade mais justa, menos desigual? Ao professor Sérgio Cardoso, pelas intervenções e sugestões pertinentes na banca de qualificação.

A todos os professores que passaram na minha vida, em todas as modalidades de ensino. Em especial, na universidade, às professoras Janete, Carmena, Márcia e ao professor Nahilson (em memória). À Marlene, secretária do PPGEIO, pelo comprometimento com o curso. Obrigado a todos.

À comunidade quilombola de Abacatal, por possibilitar a realização desta pesquisa, em especial a Dona Santana e seu marido, ao Seu Joaquim e sua esposa, por me acolherem em suas casas, dividirem a mesa e a sua comida comigo, ofertando, inclusive, o teto para descansar durante os trabalhos de campo.

A todos os informantes que cederam um pouco do seu tempo para conversar comigo, compartilhando alegrias e angústias, em especial ao Sr. Luiz Carlos Franciscato, Dona Ana Alice e ao seu Benedito, este último uma das “memórias vivas” da comunidade, sempre pronto a passar sua experiência.

Essa luta, contra uma expansão urbana pautada pela lógica do capital, portanto humanamente irracional, que bate as portas da comunidade e ameaça destruir tudo que vocês conquistaram com muito suor e lágrimas, não pode ser só de vocês. Obrigado a todos.

E por fim, gostaria de agradecer a pessoa mais importante para mim no momento. Sabe aquele alguém especial? Aquela pessoa que é a sua metade, aquela figura, dita mítica, a tal da alma gêmea? Pois é, eu encontrei, “e quando não quis (queria) mais encontrar”.

Lembro-me de uma cena em que eu estava na parada do ônibus, no primeiro portão da UFPA. Passou o Marituba-UFPA, e na janela tinha uma figura, com uma boina de crochê branca. Eu pensei: “nossa, ela me lembra a Björk!”, talvez tenha sido os olhos pequenos, e Björk é uma das minhas artistas preferidas.

Naquele momento, eu já sabia que tinha encontrado alguém especial. O fato é que demoramos a nos cruzar novamente. Ainda bem que tinha decidido largar a Geografia e fazer outro curso, caso contrário, provavelmente, levaríamos mais tempo para nos encontrarmos, pois quando retornei para o curso, fiz algumas disciplinas na sala dela.

Patrícia Oliveira da Silva. Lembrei-me dela de cara. Poxa, era parecida com a Björk, talvez a criadora musical mais experimental junto com Thom York, do Radiohead.

Esse semestre foi muito bom. Fiz novas amizades. E me empolguei de novo com a Geografia. E o mais importante é que Patrícia e eu nos aproximamos. O dia 29 de junho de 2008 foi especial, assim como o dia 03 de julho de 2008, quando começamos a namorar.

Se não bastassem as muitas alegrias que me trouxeste, me proporcionaste conhecer pessoas muito importantes: Dona Sirlene, Seu Jardis, Dona Nadir, Eda, Souza, Célia, Carlinhos, Mari, Antônio, Patrick e companhia. Obrigado a todos.

Patrícia, meu amor, não me estenderei aqui falando o quanto és importante para mim (percebi que este tópico dos agradecimentos já está meio comprido, rrsrsrs), mas gostaria de ressaltar que “nem nos meus sonhos mais otimistas, pensei em encontrar alguém com tantas qualidades”. Você é a mulher que eu quero fazer com que os dias sejam mais felizes, coloridos, sonoros. Pois estavas presente, no momento mais triste, cinza e silencioso, quando eu mais precisei. Tu és a mulher que eu quero construir uma família: Heitorzinho, Dudinha (quem sabe Ulisses, Alice e Cícero? rrsrsrs). Amo-te, mômô.

Não queremos terra, queremos território.

Liderança indígena da Bolívia

RESUMO

SIROTHEAU, José Luiz. Terceros. **IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS E IDENTIDADE QUILOMBOLA EM ESPAÇO METROPOLITANO: o caso da comunidade de Abacatal (Pará)**. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

O presente trabalho discute os impactos socioterritoriais e a construção da identidade territorial quilombola em realidade metropolitana, mais especificamente na Região Metropolitana de Belém, tendo em vista a influência das diversas ações públicas – políticas públicas, grandes empreendimentos de infraestrutura e outras formas de intervenção no espaço – e privadas, levando em conta a franca expansão urbana, processo intrínseco à metropolização. A comunidade quilombola de Abacatal, em Ananindeua, possui histórico de graves conflitos fundiários e, em meio a esta constante luta pela sua terra, a identidade desse grupo é consolidada, culminando na titulação de suas terras, entretanto, a pressão que sofre da metrópole coloca em xeque os membros deste território etnicamente configurado. A partir de uma metodologia pautada na pesquisa explicativa através de análise qualitativa, foi possível observar os inúmeros impactos no território em questão e os efeitos dos mesmos, que contribuem, paradoxalmente, tanto para fortalecer quanto para enfraquecer a identidade quilombola. A perspectiva de novos conflitos aparece no horizonte conclusivo da pesquisa, em que se considere que Abacatal estará destinada a lutar pelo seu território por um longo tempo ainda.

Palavras-chave: Território, Impactos socioterritoriais, Metropolização, Abacatal-PA.

ABSTRACT

SIROTHEAU, José Luiz Terceros. **SOCIOTERRITORIAL IMPACTS AND QUILOMBOLA IDENTITY IN METROPOLITAN REALITY**: the case of community of Abacatal (Pará). 2012. 146 f. Dissertation (Masters Degree) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

This paper discusses the socioterritorial impacts and construction of territorial identity quilombola in metropolitan reality, specifically in the Metropolitan Region of Belém, in view of the influence of the various public actions - policy, major infrastructure projects and other forms of intervention in space - and private, considering the urban expansion, a process intrinsic to the metropolis. The community quilombola of Abacatal in Ananindeua, has a sad history of serious land conflicts and, amid this constant struggle for their land, the identity of this group is consolidated, culminating in the title to their lands, however, the pressure who suffers of the metropolis calls into question the members of this territory ethnically configured. From a methodology based in the explanatory research through qualitative analysis, was possible observe the numerous impacts on the territory in question and their effects, which contribute, paradoxically, both to strengthen and to weaken the identity quilombola. The perspective of new conflicts appears on the horizon conclusive of research, where it is considered that Abacatal is destined to fight for their territory for a long time yet.

Keywords: Territory, Socioterritorial impacts, Metropolization, Abacatal-PA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Croqui de Abacatal.....	54
Figura 02: Área de Proteção Ambiental e área do Parque Ambiental de Belém.....	93
Figura 03: Trajeto do Gasoduto do Pará.....	112
Figura 04: Representação de Abacatal dentro da AII do gasoduto e a influência do gasoduto nas Unidades de Conservação.....	113
Figura 05: Impactos georreferenciados nas proximidades de Abacatal...	114

LISTA DE FOTOS

Foto 01: Programa Luz para Todos na comunidade.....	87
Foto 02: Serviço de poda na comunidade.....	87
Foto 03: Lixo dentro da comunidade.....	97
Foto 04: Lixo fora da comunidade.....	97
Foto 05: Condições da estrada do Aurá.....	99
Foto 06: Trânsito de pessoas na estrada do Aurá.....	99
Foto 07: Área de extração mineral funcionando.....	104
Foto 08: “Curvão desativado” com detritos.....	106
Foto 09: “Curvão” abandonado.....	106
Foto 10: O problema do lixo na estrada do Aurá.....	108
Foto 11: Despejo de lixo na estrada do Aurá.....	108
Foto 12: Produção de farinha na Casa Boa Esperança.....	120
Foto 13: Produção de tucupi na Casa Boa Esperança.....	120
Foto 14: Estrutura da nova Casa de Farinha.....	122
Foto 15: Estrutura inacabada da nova Casa de Farinha.....	122
Foto 16: Produção de carvão.....	123

Foto 17: Transporte de carvão.....	123
Foto 18: Produção de artesanato desenvolvido por mulheres I.....	125
Foto 19: Produção de artesanato desenvolvido por mulheres II.....	125

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Localização do Município de Ananindeua na RMB.....	49
Mapa 02: Localização da comunidade quilombola de Abacatal.....	52
Mapa 03: Mapa multitemporal do desmatamento dentro da comunidade quilombola de Abacatal.....	118
Mapa 04: Mancha urbana nas proximidades de Abacatal em 1984.....	126
Mapa 05: Mancha urbana nas proximidades de Abacatal em 1996.....	127
Mapa 06: Mancha urbana nas proximidades de Abacatal em 2008.....	128

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 01: Processo de titulação de um território quilombola.....	68
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Tipologia das origens das terras das comunidades quilombolas no Brasil.....	42
Quadro 02: Eixos balizadores das ações do poder público brasileiro junto às comunidades quilombolas.....	69
Quadro 03: Quadro sinótico das diversas legislações e políticas públicas.....	73
Quadro 04: Discriminação dos entrevistados.....	75
Quadro 05: Síntese das intervenções dos órgãos de assistência técnica (1984-2004).....	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Evolução da população, densidade demográfica e relação da população urbana e rural, em Ananindeua.....	50
Tabela 02: Percentual, por unidades federativas, de terras quilombolas tituladas (até 2011).....	63
Tabela 03: Número de títulos por órgão expedidor.....	64
Tabela 04: Número de processos abertos no INCRA.....	65
Tabela 05: Evolução da população e dos domicílios dos bairros próximos à Abacatal.....	129

LISTA DE SIGLAS

ABA	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA
ADCT	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS
AII	ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA
APA	ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
BPA	BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL
CEDENPA	CENTRO DE DEFESA DO NEGRO DO PARÁ
CELPA	CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ
CODEM	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM
COSANPA	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ
CPT	COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
EIA	ESTUDO DE IMPACTOS AMBIENTAIS
EMATER	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
EMBRAPA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
FCP	FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
FUNAI	FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
IBAMA	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
IDESP	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
ITERPA	INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ
MCMV	MINHA CASA, MINHA VIDA

MPF	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
MST	MOVIMENTO DOS SEM TERRA
PARATUR	ORGÃO OFICIAL DE TURISMO DO PARÁ
PBQ	PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA
PDA	PLANO DIRETOR DE ANANINDEUA
PDU	PLANO DIRETOR DO UTINGA
PEAE	PROJETO ESTADUAL DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA
PEAS	PROJETO ESTADUAL DE ASSENTAMENTO SUSTENTÁVEL
PECRQ	POLÍTICA ESTADUAL PARA COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS
PEG	PARQUE ECOTURÍSTICO DO GUAMÁ
PM	POLÍCIA MILITAR
PNDU	PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
PNH	PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO
PPA	PLANO PLURIANUAL
REVISMA	REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA AMAZÔNIA
RMB	REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
RTID	RELATÓRIO TÉCNICO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO
SAGRI	SECRETARIA ESTADUAL DE AGRICULTURA
SECTAM	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE
SEDUC	SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
SEGOV	SECRETARIA DE GOVERNO
SEGUP	SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
SEJUDH	SECRETARIA ESTADUAL

SEMA	SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
SEPPIR	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
SPDDH	SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
SPU	SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUDAM	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
TEQ	TERRITÓRIO ESTADUAL QUILOMBOLA
UFPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO I - TERRITÓRIO, IDENTIDADE E QUILOMBOLAS: UMA ANÁLISE CONCEITUAL	32
1.1 A IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO PARA A PESQUISA SOCIAL E OS IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS.....	32
1.2 IDENTIDADE: UM CONCEITO FRAGMENTADO?.....	38
1.3 QUILOMBOLAS E A SUA CONSTRUÇÃO TEÓRICA DURANTE A HISTÓRIA.....	41
CAPÍTULO II - A PRODUÇÃO SOCIOHISTÓRICA DO ESPAÇO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ABACATAL	47
2.1 UM PEQUENO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA E DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ABACATAL.....	47
2.2 O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM.....	53
2.3 LEGISLAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA CONSTITUIÇÃO DOS SEUS TERRITÓRIOS.....	59
CAPÍTULO III – COMUNIDADE DE ABACATAL: A NATUREZA DA IDENTIDADE TERRITORIAL QUILOMBOLA EM REALIDADE METROPOLITANA	75
3.1. A IDENTIDADE QUILOMBOLA CONSTRUÍDA: EXPRESSÃO DA RELAÇÃO SOCIEDADE E ESPAÇO.....	76
3.2. IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS NA COMUNIDADE DE ABACATAL.....	82
3.2.1 AS AÇÕES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS NO QUE SE REFERE À ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	83
3.2.2 AS AÇÕES DO PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA.....	86
3.2.3 AS AÇÕES DO ESTADO DO PARÁ.....	89
3.2.4 AS AÇÕES DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA.....	98
3.2.5 AS AÇÕES PRIVADAS.....	101

3.3. O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ABACATAL HOJE: IDENTIDADE TERRITORIAL EM CONTEXTO METROPOLITANO.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	137

INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XX, o termo quilombo e quilombola era pouco usado no âmbito das ciências, com exceção da História que, por meio de documentação ou sítios arqueológicos, procurava contribuir para a construção do nosso passado de forma mais plena.

Na Constituição Federal de 1988, mais precisamente no Artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), aparece a categoria que então seria discutida em várias áreas do conhecimento.

Aos remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando as suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os respectivos títulos (BRASIL, 1988, n.p.).

Embora a questão de direitos étnicos e os conflitos surgidos a partir de identidades específicas sejam antigos, principalmente se considerarmos os indígenas, o debate a seu respeito, de forma ampla é um fenômeno recente. Steil (2000), afirma que as transformações são claras, na medida em que os grupos acionam essas categorias étnicas. Ou, ainda, como afirma Bhabha:

O afastamento das singularidades de “classe” ou “gênero” como categorias conceituais e organizacionais básicas resultou em uma consciência das posições do sujeito – de raça, de gênero, geração, local, institucional, localidade geopolítica, orientação sexual – que habitam qualquer pretensão a identidade no mundo moderno (BHABHA, 1998, p. 19, 20).

Nesse sentido, ao considerarmos a identidade como um fator fundamental no que diz respeito à existência humana, ou de um grupo, sua manifestação através das inúmeras práticas é o ponto-chave para a constituição de um território específico, ou seja, é a identidade – através dos interesses, sonhos, lutas, tradições, entre outros substantivos – um dos pontos que motivam as territorialidades de um determinado grupo, além das outras formas propostas por Haesbaert (2010).

Nessa discussão, foi recortado o objeto de estudo entorno dos impactos socioterritoriais e da identidade territorial de comunidades remanescentes quilombolas. Com referência ao recorte empírico, espacialmente, será estudada a

comunidade de Abacatal, em Ananindeua, Município no Estado do Pará; não foi definido período de tempo para análise¹.

A escolha da comunidade quilombola em questão aconteceu por vários motivos. Obviamente, como é proposta da pesquisa, a comunidade deveria estar localizada na Região Metropolitana de Belém (RMB). Outro ponto que foi motivador para a escolha desta temática foi a minha aproximação, através de leituras, com o histórico de lutas pela terra por parte das comunidades quilombolas por todo o Brasil. Contribuir com informações acerca das lutas históricas travadas por esses sujeitos é fundamental, ainda mais em espaços próximos a centros urbanos, nos quais não existem muitos dados. A comunidade de Abacatal possui suas terras tituladas, fato esse acontecido após muitos anos de conflito, sendo que, ainda assim, sofrem intervenções diretas e indiretas por parte dos mais variados sujeitos. Nesse sentido, podemos ressaltar as diferentes formas de lutas: para garantir as terras, suas por direito, e para mantê-las.

Sendo assim, foi definida a problemática deste trabalho a partir da seguinte questão principal:

- Quais são os impactos socioterritoriais que ocorrem na comunidade quilombola de Abacatal?

Outras questões, secundárias, mas não menos importantes, são necessárias para a construção desta pesquisa:

- O fato de estar inserida na RMB, área afetada pelo processo de metropolização, exerce alguma influência na “psicosfera”² e na identidade da comunidade em questão?

- Quais as políticas públicas e/ou ações privadas direcionadas para a referida comunidade e espaços próximos da mesma?

Ao tentar responder essas perguntas, contribuímos para o debate acerca da luta de comunidades quilombolas pelas suas terras, no sentido de que serão registradas diversas experiências nesse trabalho. Além disso, chegará um determinado momento em que as comunidades quilombolas, na sua maioria

¹ Identificar a construção da identidade quilombola dentro de um período pré-definido é uma tarefa complicada, haja vista que a construção de qualquer identidade é contínua e agrega elementos pretéritos, por vezes simbólicos, difíceis de serem mapeados temporalmente.

² “A psicosfera é o reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido. Também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ela é local, mas constitui o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas” (SANTOS, 2002a, p. 256).

localizada em zonas rurais dos municípios, terão que se deparar com a cidade. O registro desse encontro, as relações e as consequências são importantes para o debate.

Nesse sentido, a partir das questões supracitadas, foi traçado um objetivo geral:

- Analisar os impactos socioterritoriais na comunidade quilombola de Abacatal.

Outros objetivos, específicos, foram formulados:

- Analisar a influência da metrópole na “psicosfera” e na identidade territorial da comunidade a ser pesquisada.

- Analisar as políticas públicas e/ou ações privadas direcionadas para a referida comunidade e espaços próximos dela.

Para a realização de nossos estudos iremos nos pautar, enquanto referencial teórico, na teoria da multiterritorialidade, desenvolvida por Haesbaert (2010). Ele enfatiza a polissemia que cerca o território na sua concepção, em função das várias formas de perceber as relações dos grupos e das diferentes formas de apropriação e uso do mesmo. Porém, segundo o autor, uma questão é comum em praticamente todas as concepções, a de que território e territorialidade sempre irão estar relacionados com a aplicação de materialidade sociais em suas múltiplas dimensões, jurídico-política, simbólico-cultural e de base econômica, relacionadas com as interações sociedade/natureza.

Ou seja, o autor supracitado afirma que o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico), que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza, possuindo tanto uma dimensão mais subjetiva, como identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que se pode denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação política-econômica).

Adotamos também o conceito de impactos socioterritoriais defendido por Ramalho (2002) como sendo mudanças ocasionadas por um fato social que se territorializa e espacializa no lugar, reconfigurando significativamente sua dinâmica.

No que diz respeito à metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa, mais especificamente o método, é importante considerarmos o mesmo como um instrumento organizado que procura atingir resultados, estando

diretamente ligada à teoria que o fundamenta. Conforme Japiassú e Marcondes (1990), é um conjunto de procedimentos racionais, baseados em regras, que visam a atingir um objetivo determinado. E, segundo Lalande (1999, p. 678), o método é “o caminho pelo qual se chegou a determinado resultado”.

Acreditamos que para poder visualizar de maneira clara o objeto de estudo em questão é necessário que se adote um método de caráter sociohistórico, mesmo porque tratamos de um conceito como território, produzido historicamente, no seio das contradições.

Complementando a metodologia utilizada, é fundamental definirmos as técnicas de pesquisa para a realização do trabalho.

Primeiramente, o levantamento e a análise bibliográfica foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, mais especificamente acerca da temática envolvendo os conceitos de território, identidade e população quilombola.

Nesse sentido, teremos por base noções e conceitos construídos por Haesbaert (2010) no que se refere ao território, além de Sack (1986). Ramalho (2002) e Fernandes (2001) nos aportam acerca dos impactos socioterritoriais. Sobre identidade, autores como Hall (2006), Bauman (2005) e Castells (1999) foram fundamentais, assim como Almeida (1996), Arruti (2006), Marin e Castro (2004) e Leite (2000) em relação ao debate sobre quilombolas.

Outra técnica utilizada foi o levantamento e a análise documental. Segundo Le Goff (1984), o documento é resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história e da sociedade que o produziu e também das épocas posteriores na qual continua existindo. É produto da sociedade, que o fabricou segundo as relações de forças que nela detinham o poder.

Nesse sentido, ao analisarmos as diversas leis relacionadas com as comunidades quilombolas, podemos perceber como o Estado intervém nesses espaços. As atas de assembleias realizadas nas associações das comunidades quilombolas são prova da articulação entre eles, entre outros exemplos.

Portanto, focamos como fonte de dados, a partir de seus documentos, os governos das esferas nacionais, estaduais e municipais. Na esfera nacional, foi feita a análise das várias portarias e decretos, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Fundação Cultural Palmares (FCP), do Programa Brasil Quilombola (PBQ), realizado pela Secretaria Especial de Políticas de

Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), programas governamentais realizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), entre outros.

Na esfera estadual, foi analisado o processo de titulação das terras da comunidade quilombola junto ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA), os projetos voltados para as comunidades quilombolas realizados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER), além dos projetos e planejamentos que possuem relação com a comunidade em questão, como a Alça Viária³, o Parque Estadual do Utinga⁴ (PEUT), leis e decretos.

Na esfera municipal, foi analisado o Plano Diretor de Ananindeua (PDA), além dos documentos da Associação da comunidade quilombola de Abacatal. No que diz respeito às ações privadas, foram analisados os impactos provocados pelos curvões⁵ nas proximidades de Abacatal. O Estudo de Impactos Ambientais (EIA) do gasoduto foi analisado, além de outros documentos.

No que diz respeito às pesquisas de identidade territorial quilombola, ter acesso às inúmeras leis, decretos e políticas públicas, como as citadas anteriormente, voltadas para este grupo, foram fundamentais para compreender de maneira mais ampla o contexto político daquela comunidade; além de analisar, de forma mais ampla, os impactos socioterritoriais que acontecem na comunidade.

Outra técnica de investigação fundamental utilizada foi a entrevista. A adotada neste trabalho é a entrevista aberta, bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulações mais precisas dos conceitos relacionados.

Em relação à sua estruturação, é introduzido o tema e o entrevistado pode discorrer, livremente, sobre o assunto. Esta forma nos possibilita explorar mais amplamente uma questão, pois as perguntas e respostas ocorrem em tom de conversa informal.

A entrevista aberta é utilizada quando se deseja obter muitas informações sobre determinado ponto, segundo a visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão. Ela é utilizada, geralmente, na compreensão de especificidades culturais para determinados grupos (MINAYO,

³ Trata-se da formação de um anel viário e pontes sobre os rios Guamá, Acará e Moju, integrando a Região Metropolitana de Belém (RMB), em uma área de 460.437 km², abrangendo 102 Municípios do sudeste e nordeste do Estado (PARÁ, 2012a).

⁴ Segundo Leray (2010) o PEUT foi criado com o objetivo principal de proteger os mananciais Bolonha e Água Preta, principais fontes de abastecimento de água da cidade de Belém, e apresentar subsídios para a definição de critérios com relação ao uso e a ocupação do solo.

⁵ Áreas de intenso extrativismo mineral, principalmente do tipo II (areia e argila) importantes para a construção civil (SANTOS, V., 2002).

1996). Portanto, é uma forma de entrevista bastante interessante para a pesquisa acerca de identidades territoriais quilombolas como um todo.

A principal vantagem da entrevista aberta é que essa técnica quase sempre produz uma maior quantidade de informação, uma vez que é mais comum a pessoa aceitar falar sobre determinados assuntos (SELLTIZ, 1987). Outra vantagem diz respeito à dificuldade que muitas pessoas têm de responder por escrito. Nesse tipo de entrevista, isso não gera nenhum problema, podendo-se entrevistar pessoas que não sabem ler ou escrever. Soma-se a isso a possibilidade da correção de equívocos dos entrevistados que muitas vezes não poderiam ser corrigidos no caso da utilização do questionário.

As técnicas de entrevista aberta também têm como vantagem a duração. Se ampliado o tempo, é possível aprofundar determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas. Elas também são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado.

Desse modo, estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos, fator esse fundamental quanto se trata de um conceito bastante complexo e delicado, que é a identidade (BAUER; GASKELL, 2002).

Portanto, as entrevistas abertas foram aplicadas aos líderes comunitários de Abacatal, haja vista que esses sujeitos, em sua maioria, representam a luta pela terra e as demandas do grupo em questão, tendo legitimidade perante a comunidade por terem sido colocados, através de votação, na associação, possuindo, assim, informações e fundamentais para esta pesquisa.

Outros sujeitos entrevistados foram os membros mais antigos das referidas comunidades. Devido à idade, esses sujeitos são considerados memórias vivas, possuem o conhecimento passado por várias gerações, sendo fruto, assim como os líderes comunitários, de informações importantíssimas.

Nesse sentido, nos baseamos na metodologia adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), para fins de análise dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) e Censo, a cada quatorze casas, em perímetro urbano, uma é selecionada, enquanto que, em perímetro rural, a cada sete casas, uma é selecionada para a pesquisa. Sendo assim, resolvemos selecionar dez domicílios

para realizar entrevista, levando em consideração que a comunidade possui 53 domicílios, com o total de 83 famílias distribuídas por entre as casas, proporção mais do que a utilizada pelo IBGE.

Outra técnica de investigação fundamental para uma pesquisa qualitativa sobre identidade territorial quilombola é a história de vida. Dentro das discussões dos teóricos da metodologia, existe certa divergência sobre esta técnica. Alguns afirmam que ela é uma forma de entrevista, outros afirmam que, devido à especificidade de seus procedimentos, acaba sendo uma forma diferenciada de abordagem.

Independente disto, a história de vida, para as finalidades a que se propõe este trabalho, foi abordada como uma entrevista em profundidade por meio da qual houve constante interação com o informante. Sua principal função é retratar as experiências vivenciadas por pessoas e/ou grupos, permitindo a retomada de vivências e, por vezes, liberação de pensamentos em tom de confiança (MINAYO, 1993).

Neles se encontram o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual. Podemos afirmar que, sem dúvida alguma, é a técnica fundamental para tratamento de dados sobre a identidade, tanto individual quanto coletiva, ainda mais no que diz respeito às comunidades quilombolas. Assim como na entrevista, essa técnica foi direcionada aos moradores mais antigos e aos líderes comunitários.

Outra técnica adotada foi a observação sistemática. Segundo Gil (1999), o pesquisador, antes da coleta de dados, elabora um plano específico para a organização e o registro das informações. Isto implica estabelecer, antecipadamente, as categorias necessárias à análise da situação.

Às vezes é necessário fazer essa observação para poder confirmar teorias e respostas previamente conseguidas nas entrevistas ou então perceber situações ou relações sociais estabelecidas em um determinado espaço, ou seja, as diversas territorialidades expressas em um território, mais precisamente na comunidade quilombola inserida em uma realidade metropolitana.

Em determinados momentos, no trabalho de campo, participei de algumas assembleias da comunidade, de reuniões com a EMATER, o Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), advogados. Presenciei um pouco da rotina da comunidade, das pessoas trabalhando na roça, dos jovens nos tempos livres e das crianças na

escola. Esses momentos foram fundamentais para atestar algumas hipóteses levantadas.

Por fim, o registro fotográfico foi um recurso muito importante para a conclusão deste trabalho. Segundo Santos (2002a), as fotos possibilitam o reconhecimento de formas geográficas específicas do espaço real em questão, podendo discutir, depois, os conteúdos socioespaciais.

Após definirmos as técnicas de investigação para o desenvolvimento da pesquisa, é importante destacar os tipos de pesquisa adotados neste trabalho. No que diz respeito aos objetivos da pesquisa, ao tratarmos de identidade territorial quilombola, dificilmente fugiremos da pesquisa explicativa, através de uma interpretação de método qualitativo.

Quanto aos procedimentos, adotamos o estudo de caso. Segundo Severino (2000), este é uma forma de pesquisa cujo recorte é uma unidade que se analisa profundamente, visando a conhecer o seu “como” e os seus “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade própria. É uma investigação que se assume como particular, debruçando-se sobre uma situação específica, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico, a princípio não com o propósito de generalização, podendo ser, posteriormente, descoberto que é representativo para diferentes casos análogos.

Por fim, adotamos a análise qualitativa. Segundo Minayo (1982), é no campo da subjetividade e do simbolismo que se afirma a abordagem qualitativa, buscando uma postura mais dialética dentro daqueles três aspectos descritos por Bruyne (1991): o movimento concreto, natural e sociohistórico da realidade estudada (sentido objetivo); a lógica interna do pensamento, enquanto sentido subjetivo, e a relação entre o objeto real visado pela ciência, o objeto construído pela ciência e o método empregado (sentido metodológico).

Tendo em vista essa orientação metodológica, o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo enfoca aspectos teóricos e conceituais acerca do objeto de estudo, ou seja, o território, os impactos socioterritoriais, a identidade e os quilombolas.

O segundo capítulo discorre sobre um breve histórico do Município de Ananindeua e da comunidade quilombola pesquisada, assim como a caracterização da metropolização na Região Metropolitana de Belém (RMB) e do levantamento das legislações e políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas.

No terceiro e último capítulo, o empírico, é desenvolvido a respeito da formação da identidade quilombola na referida comunidade como formas de expressões socioespaciais. As práticas, o cotidiano, o modo de vida, as lutas pela terra, as manifestações culturais, entre outros pontos, são formas de construção de um território específico. Além disso, são expostas as diversas ações públicas e privadas que influenciam direta ou indiretamente o território da comunidade de Abacatal e as territorialidades quilombolas construídas em uma realidade metropolitana, enfocando a relação das comunidades supracitadas com a cidade e seus desdobramentos. Por fim, mostra os impactos socioterritoriais e suas influências nas dinâmicas territoriais da comunidade.

CAPÍTULO I - TERRITÓRIO, IDENTIDADE E QUILOMBOLAS: UMA ANÁLISE CONCEITUAL.

É procedimento de qualquer pesquisa científica na atualidade fazer um levantamento de categorias e conceitos para embasar a pesquisa. Para podermos discutir apropriadamente sobre o tema em questão é fundamental um pequeno debate acerca dos seguintes conceitos: território, identidade e quilombolas. Portanto, em seguida, irei expor os autores que adoto para debater sobre identidade territorial quilombola em realidade metropolitana.

1.1. A importância do território para a pesquisa social e os impactos socioterritoriais.

Um trabalho acerca das populações quilombolas que lutaram ou estão lutando pela permanência em suas terras ancestrais e pela manutenção de seu modo de vida não poderia omitir-se em discutir o conceito de território.

Segundo Conde (1999), cientificamente, o conceito de território é discutido pelas mais variadas áreas do conhecimento. A ciência política, por exemplo, tende a valorizar as perspectivas relacionadas com as relações de poder, principalmente em relação aos Estados. Já a Antropologia tende a valorizar os aspectos da cultura e o simbolismo dos povos. Até mesmo a psicologia debate, numa dimensão subjetiva, através da construção da identidade do indivíduo.

Contudo, apesar da discussão nas ciências das humanidades, é através da biologia que o conceito de território chega à Geografia. Friedrich Ratzel, zoólogo de formação, influenciado pelas ideias de Darwin, tenta naturalizar o Estado, que seria como o ser vivo que necessita do seu “espaço vital”, definindo o território como a representação das condições de trabalho e existência de uma sociedade (MORAES, 1990).

Contra-pondo-se a esse determinismo, segundo o mesmo autor, Vidal de La Blache argumenta que a Geografia seria o estudo da relação homem-natureza sob a perspectiva da paisagem, estudando-se, então, os gêneros de vida. O homem sofreria influência do meio natural, mas também atuaria sobre ele. Da determinação passa-se à possibilidade. Embora entre os autores não haja diferenças estruturais acerca do método utilizado em suas pesquisas, diferentemente de Ratzel, cujo

conceito de território era importante em sua obra, La Blache põe ênfase sobre o conceito de região.

Max Sorre, influenciado pelo regionalismo na Geografia, traz novidades em suas proposições como o conceito de “habitat”, no sentido de morada do homem, ou seja, o estudo da organização dos homens em seu meio. De acordo com Moraes (2005), o habitat é uma construção humana, uma humanização do meio, que expressa as múltiplas relações entre o homem e o ambiente que o envolve.

Nos anos 1960, período do movimento de renovação da Geografia, estabelecem-se fortes críticas à Geografia chamada tradicional até ali empreendida; críticas em relação à postura ideológica de seus autores e ao papel legitimador da Geografia nos projetos nacionais. Era gerado um tipo de conhecimento diretamente operacionalizável, que permite a intervenção deliberada sobre a organização do espaço, que em detrimento do conceito de território, passa a ser o conceito mais utilizado.

Este movimento de crítica surge no seio da Geografia Regional francesa, que em sua aproximação com a História e a Economia germina as primeiras autocríticas e acaba por inserir novos elementos no estudo regional.

Segundo Dosse (1993), Yves Lacoste, uma referência desse movimento, opõe à preferência vidaliana pelos fenômenos de permanência, em torno da noção de paisagem fora do político, à necessidade de compreender as turbulências nascidas da modernização com seus fenômenos de aceleração na transformação dos diversos espaços.

As discussões em torno dessas questões estratégicas colocam novamente o território numa perspectiva privilegiada. Contudo, ainda não há uma ruptura metodológica com a Geografia tradicional. Isso só aconteceria com a inserção de conceitos marxistas movidos pela apropriação capitalista dos espaços.

Porém, a Geografia Crítica não foi uma vertente monolítica do movimento de renovação. Sua unidade está mais ligada a crítica e tomada de postura frente a uma realidade social injusta, do que a uma proposta metodológica única.

Após o momento de ruptura, muitos geógrafos voltaram novamente a preocupar-se com o que seria o objeto da Geografia, em detrimento, muitas vezes, do método. E o espaço é definido por muitos como sendo tal objeto. Contrapondo-se a esta definição de objeto, outros geógrafos trabalharam com o espaço como

categoria dada, condição de existência da matéria (que ocupa lugar) e reforçam o conceito de território.

Neste trabalho adotou-se uma concepção de território integradora, que transita da definição política à cultural ao analisar a territorialização quilombola como domínio e apropriação do espaço.

De acordo com Haesbaert:

Cada um de nós necessita, como um “recurso” básico, territorializar-se. Não nos moldes de um “espaço vital” darwinista-ratzeliano, que impõe o solo como um determinante da vida humana, mas num sentido muito mais múltiplo e relacional, mergulhado na diversidade e na dinâmica temporal do mundo (HAESBAERT, 2010, p. 16).

Em seus estudos acerca das variadas noções de território, Haesbaert as agrupa em três vertentes:

Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídicopolítica (relativa também às relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2010, p. 40).

Portanto, aproximo-me do autor nas suas discussões sobre território quando enfatiza a polissemia que cerca o território na sua concepção, em função das várias formas de perceber as relações dos grupos e das diferentes formas de apropriação e uso do mesmo. Porém, segundo o autor, uma questão é comum praticamente em todas as concepções, a de que o território e a territorialidade sempre irão estar relacionados com a aplicação de materialidade sociais em suas múltiplas dimensões, relacionadas com as interações sociedade/natureza.

Ou seja, Haesbaert (2010) afirma que o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico. Este também é, sempre, de alguma forma, natureza, possuindo tanto uma dimensão mais subjetiva,

como identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que se pode denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação politicoeconômica ou impactos socioterritoriais.

Nesse sentido, podemos visualizar duas dimensões do território, uma ideal e outra material. A dimensão material aborda de três formas o território: naturalmente, economicamente e politicamente. Enquanto que a dimensão ideal aborda os aspectos simbólicos e subjetivos do território.

Na concepção de base econômica, a reprodução material da vida se destaca nas análises. Nas abordagens que consideram os usos econômicos está Santos. O autor utiliza a expressão “território usado” como sinônimo de espaço geográfico. Em suas palavras:

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo (SANTOS, 2002b, p. 3).

Para Santos (2002b) a definição de território contém ênfase na funcionalidade e conteúdo técnico dos lugares, lugares estes que próximos ou distantes podem, ainda assim, formar um território.

Para Santos (1985), influenciado por Marx e Lefèbvre, o conceito de espaço é interdependente aos conceitos de modo de produção, formação economicosocial e formação socioespacial e, portanto, o espaço teria de ser considerado como um fator social e não o seu reflexo. É a ação humana que gera a organização do espaço, que origina forma, movimento e conteúdo de natureza social sobre o espaço.

Nesse sentido, ao considerar que o espaço é anterior ao território, concordo com Souza (1995) e seu entendimento sobre o território, definindo-o como um espaço delimitado por e a partir de relações de poder, uma teia ou rede de relações sociais, um campo de forças com complexidade interna, definindo, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade. Portanto, territórios são, no fundo, relações sociais projetadas no espaço, sejam espaços concretos ou abstratos. No caso das comunidades, espaços de construção de sua identidade, pois são econômicos, políticos, materiais e simbólicos.

Na sua linguagem, os territórios não possuem tamanhos únicos e, ao mesmo tempo, não são eternizados, isto é, são construídos e desconstruídos nas mais diferentes escalas espaço-temporais.

Nesse sentido, outro autor que trata acerca do conceito de território e de territorialidade é Sack e sua teoria da *human territoriality*. Segundo Sack (1986), essa territorialidade humana se constituiria de relações sociais de poder que ocorrem tanto no nível pessoal, de grupo, como também no internacional, supondo um controle sobre uma área ou espaço, sendo uma estratégia de controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas, ou seja, parafraseando o autor, está intimamente relacionada a como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significado ao lugar.

Ainda segundo o autor, a definição da territorialidade possui três facetas: a classificação ou definição de áreas, a comunicação e a forma de controle social. Essas facetas são o núcleo da territorialidade, que contêm outras combinações. Ela é conceituada pela multiplicidade de contextos históricosociais, nos quais se definem as estratégias e os seus efeitos.

Portanto, ao considerarmos essa multiplicidade de contextos, podemos inferir acerca das territorialidades exercidas pela comunidade quilombola em questão. É importante levarmos em conta o histórico das lutas pelas suas terras, ocupadas há séculos, contra diversos outros atores sociais. Entre as estratégias, está a adoção de uma identidade cultural quilombola, de cunho também político.

O surgimento de identidades políticas e culturais é um fenômeno inerente aos processos sociais que ocorrem na contemporaneidade. Um determinado grupo pode se organizar e acionar essa identidade devido a um conflito, por exemplo, para exigir a titulação de terras, fundamental para sua reprodução física e material, mas também lugar das memórias, lembranças, do sagrado.

De acordo com Porto-Gonçalves:

A construção de uma identidade coletiva é possível não só devido às condições sociais de vida semelhantes, mas também por serem percebidas como interessantes e, por isso, é uma construção e não uma inevitabilidade histórica ou natural. E mais, na afirmação dessa identidade coletiva há uma luta intensa por afirmar os 'modos de percepção legítima' da (di)visão social, da (di)visão do espaço, da (di)visão do tempo da divisão da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 379).

É fundamental entender a constituição da identidade quilombola frente à necessidade de luta pela manutenção ou reconquista de um território material e simbólico.

Assim, territorializar-se pressupõe a tensão nas relações estabelecidas, pois nega o lugar destinado por outros grupos sociais melhor situados no espaço, fato esse expresso por sobreposições territoriais, como por exemplo, latifúndios e unidades de conservação em comunidades quilombolas.

Nesse sentido, podemos afirmar que certas territorializações podem causar conflitos, conseqüentemente, impactos socioterritoriais. Fernandes (2001) entende esses impactos como mudanças que ocorrem no território através das ações dos sem-terra, do Estado e dos latifundiários.

Ainda segundo o autor, impactos socioterritoriais são resultados de processos geográficos como a espacialização e a territorialização. Estes processos estão relacionados com os movimentos sociais territorializados (FERNANDES, 2001) que são aqueles movimentos que provocam mudanças contínuas na sociedade, porque elaboram estruturas, desenvolvem projetos, processos de organização, de dominação do território e se encontram articulados com outros segmentos da sociedade civil, como, por exemplo, partidos políticos, igrejas e instituições não governamentais.

Ao trabalhar com a questão dos assentamentos rurais, Fernandes (2001) escolheu a ideia de impacto para analisar o processo de conquista ou obtenção da terra, por causa de seu significado principal: as forças que determinam a transformação, considerado um conflito social e histórico.

Num sentido mais geral, Ramalho (2002) entende impactos socioterritoriais como processos de transformação no território por meio da ação humana, especialmente pelo enfrentamento resultante da resistência e do conflito.

Refere-se a mudanças (sucessivas e simultâneas) provocadas por um fato social que se territorializa e espacializa num determinado lugar, reconfigurando significativamente a dinâmica do mesmo (RAMALHO, 2002, p. 75).

A área escolhida para a realização deste estudo é emblemática no que diz respeito à sobreposição de territórios, de conseqüentes conflitos de territorialidades

e, portanto, de impactos socioterritoriais. As disputas territoriais podem ser um fator de construção de identidades, como a quilombola.

A emergência dessas identidades coletivas, por meio de uma série de movimentos sociais, como o dos seringueiros, das quebradeiras de coco babaçu, dos atingidos por barragens, de tantos outros e, no caso, dos quilombolas, levou ao que Almeida (2002) entende como uma desconstrução da concepção naturalizada da natureza, colocando-a como uma representação em um campo de disputas. Essa territorialização é chamada, pelo autor, de territorialidades específicas.

Portanto:

Toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social [...] trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim, a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central da construção dessa identidade parte ou perpassa o território (HAESBAERT, 2002, págs.172-178).

É justamente nesse ponto, ao tratarmos do conceito de identidade, é que se faz necessário ter um pouco mais de cuidado, ainda mais quando consideramos um grupo social, no caso, as comunidades quilombolas, que, em alguns contextos, transitam, por vezes, entre as realidades rurais e urbanas. Esse fator bem particular é que vai, também, junto com outros fatores, caracterizar a constituição de seu território, ou seja, a identidade territorial quilombola.

1.2. Identidade: um conceito fragmentado?

Atualmente, o conceito de identidade começou a ser debatido nas mais diversas áreas do conhecimento. A complexidade da sociedade e das relações sociais contribuiu para a necessidade deste debate. Antes “era um objeto de meditação filosófica⁶, hoje é um dilema e um desafio” (BAUMAN, 2005, p. 23).

⁶ Ao ser questionado por Benedetto Vecchi sobre a identidade, na imaginação sociológica, principalmente nos trabalhos de Durkheim, Weber e Simmel, como algo “muito evasivo e escorregadio, quase um *a priori*”, Bauman afirma que todos estavam envolvidos com os problemas do tempo deles, e a identidade não se destacava entre eles. Afirma, ainda, que a identidade “é o papo do momento”, um assunto de extrema importância e evidência, e que, atualmente, atrairia os clássicos da Sociologia caso tivessem vivido para confrontá-lo.

Para Castells (1999) identidade seria:

O processo de construção de significados com base num atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado (CASTELLS, 1999, p. 22).

O autor considera o coletivo e o social, sempre questionando como, a partir de que, por quem, e para que, essa identidade é formada, construída. As identidades coletivas são um foco de sua análise, diretamente relacionadas com a sociedade em rede, ponto principal das relações contemporâneas.

Hall (2006), por sua vez, destaca que na segunda metade do século XX, período por ele chamado de modernidade tardia, emergem cinco grandes marcos teóricos na teoria social e nas ciências humanas, que resultam em um descentramento do chamado sujeito cartesiano.

Segundo o autor, existem alguns indicadores referentes ao descentramento. Aponta como primeiro a modificação da noção de individual, proveniente dos estudos de Karl Marx, afirmando que o sujeito é determinado historicamente. O segundo seria Freud e suas formulações sobre o inconsciente, consolidando a ideia de que a identidade é formada, também, por processos inconscientes. Outro descentramento seria o poder do Estado. Foucault afirma que esse poder serve para manter o controle e a disciplina da população, através dos regimes administrativos.

Por fim, como quinto descentramento do sujeito cartesiano, Hall (2006) fala da influência do movimento feminista na área política, social, familiar e econômica, no sentido da discussão de gênero, por exemplo. Enfim, ao considerar os descentramentos, o autor demonstra a mudança da identidade que antes era estável, singular, e, atualmente, é plural, contraditória e fragmentada.

Nós somos todos seres poli-identitários, na medida em que reunimos em nós uma identidade familiar, regional, transnacional e, eventualmente, confessional ou doutrinal (HALL, 2006, p. 116).

Bauman ao considerar a “modernidade líquida”, assume a “liquefação das estruturas e instituições sociais” (BAUMAN, 2005, p. 57) e, conseqüentemente, da identidade, ou identidades.

Você assume uma identidade num momento, mas muitas outras, ainda não testadas, estão na esquina esperando que você as escolha. Muitas outras

identidades não sonhadas ainda estão por ser inventadas e cobiçadas durante sua vida (BAUMAN, 2005, p. 92).

Outra análise é feita por Argier (2001). Segundo o autor, de acordo com a abordagem contextual, não existe definição de identidade em si mesma. Os processos identitários não existem fora de contexto, são sempre relativos a algo específico que está em questão.

A coisa em jogo pode ser, por exemplo, o acesso à terra (caso em que a identidade é produzida como fundamento das territorialidades), ao mercado de trabalho (quando as identificações têm um papel de exclusão, de integração ou de privilégio hierárquico) ou às regalias externas, públicas ou privadas, turísticas ou humanitárias (e as identidades podem ser os fundamentos do reconhecimento das redes ou facções que tomam para si essas regalias). O que está em jogo é sempre passível de ser detectado na pesquisa empírica contextualizada, aprofundando caso por caso o conhecimento de tudo o que cerca a questão identitária, constituindo então a parte mais relativa da identidade, aquela que se nota quando as identidades são consideradas como processos localizados, datados, mas que desaparece quando se fala das identidades como produtos já dados (ARGIER, 2001, p.9).

Portanto, podemos concluir, a partir das formulações desenvolvidas anteriormente, que o conceito de identidade é extremamente delicado de ser definido, assim como a sua constituição em si. As experiências do sujeito são múltiplas e, em sua maioria, diferentes, proporcionando uma infinidade de vivências, por vezes contraditórias e extremamente dinâmicas.

Entretanto, faz-se necessário compreender o conceito segundo Leite (2000). A autora afirma que a construção da identidade destes grupos é uma longa etapa, no que diz respeito à formalização da diferenciação etnicocultural no âmbito local, regional e nacional.

Enquanto uma expressão da identidade grupal, o significante “negro” vai somando em seu percurso tudo aquilo que advém de tal experiência, ou seja, elementos de inclusão (que mantêm o grupo unido em estratégias de solidariedade e reciprocidade), e também de segregação (ou seja: a desqualificação, a depreciação e a estereotipia). Os sentidos do termo e as experiências nele circunscritas revelam sua ambigüidade: por um lado, a marginalização; por outro, a força simbólica demonstrada no seu persistente poder aglutinador, vindo a configurar ou expressar uma identidade social, e a nortear inclusive políticas de grupos (LEITE, 2000, p.342).

Nesse sentido, é fundamental compreender o conceito de identidade quilombola como uma forma de expressão de organização de grupo, principalmente como forma de resistência e luta por suas terras de direito.

1.3. Quilombolas e a sua construção teórica durante a história.

O quilombo era uma das formas de defesa dos negros, contra não só a escravidão, mas também à discriminação racial e o preconceito. A resistência negra muitas vezes foi marcada por esta territorialidade.

Moura (1986, p. 16) cita a resposta do Rei de Portugal ao Conselho Ultramarino, datada de 02/12/1740, que definiu os quilombos como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.

Para Munanga (2001, p. 71), a palavra “Kilombo” é originária da língua banto Umbundo, falada pelo povo Ovimbundo, que se refere a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central, mais especificamente na área formada pela atual República Democrática do Congo (antigo Zaire) e Angola. Apesar de ser um termo umbundo, constitui-se um agrupamento militar composto pelos Jaga ou Imbangala (de Angola) e os Lunda (Congo, antigo Zaire) no século XVII.

O quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas banto (Ki-lombo, aportuguesado Qui-lombo). [...] A história do quilombo como a dos povos bantu é uma história que envolveu povos de regiões diferentes entre Zaire e Angola. [...] A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de superhomens invulneráveis às armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: Lunda, Imbangala, Mbundu, Kongo, Wovimbundu, etc. (MUNANGA, 2001, p. 21-25).

Este autor, ao recuperar a relação do quilombo brasileiro com o quilombo africano, reafirma sua importância como forma de resistência ao escravismo.

Os quilombos brasileiros podem ser considerados como uma inspiração africana, reconstruída pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra forma de vida, de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os tipos de oprimidos. O processo de aquilombamento existiu onde houve escravidão dos africanos e

seus descendentes [...] Nesse sentido podemos entender o quilombo não só como uma instituição militar da África Central, mas, principalmente, como uma experiência coletiva dos africanos e seus descendentes, uma estratégia de reação à escravidão [...] Essa definição de quilombo (ou mocambo, como alguns costumam chamá-los) nos mostra um aspecto da resistência negra que nem sempre é discutido por nós em nosso cotidiano (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 71-72).

Freitas (1991) realizou uma tipologia dos quilombos com base em sua economia. Estes podiam então ser: agrícolas, extrativistas, mercantis, mineradores, pastoris, de serviços ou predatórios.

Outro aspecto a ser mencionado a respeito dos quilombos brasileiros é que, embora, de alguma forma, representem resistência ao sistema escravista, nem todos foram formados pela reunião de escravos fugitivos. Podemos elencar algumas situações que deram origem a quilombos (quadro 01).

Quadro 01: Tipologia das origens das terras das comunidades quilombolas no Brasil.

Tipos	Origem das terras ocupadas
Quilombos por fazendas falidas e / ou abandonadas	Em momentos de crise da produção, o fazendeiro abandonava a terra que era, posteriormente, ocupada pelos negros escravizados que trabalhavam nela.
Quilombos por herança	Há muitos casos que fazendeiros deixaram pedaços de terras para negros escravizados de confiança, ou então viúvas solitárias as deixaram para seus escravos, ou ainda casos que o herdeiro é filho do proprietário.
Quilombos por terras doadas ao “Santo”	São as terras doadas por fazendeiros que receberam serviços de natureza religiosa por parte dos negros escravizados.
Quilombos por terras compradas	São as terras que foram compradas por negros que conseguiram sua carta de alforria e juntaram dinheiro por seu trabalho.
Quilombos por serviços prestados ao Estado	São as terras que foram doadas pelo Estado devido à participação de negros escravizados em guerras, por exemplo.
Quilombos por ocupação de terras devolutas	Mesmo antes e depois da abolição da escravidão, a marginalização dos negros fez com que migrassem em busca de terras distantes não ocupadas.

Fonte: Anjos (2009), Leite (2000).
Organização: José Luiz Sirotheau.

Em tempo:

Os quilombolas brasileiros ocuparam sertões e florestas, cercaram e penetraram em cidades, vilas, garimpos, engenhos e fazendas; foram

atacados e usados por grupos escravistas, aos quais também atacaram e usaram em causa própria; fugiram da escravidão e se comprometeram com a escravidão; combateram e se aliaram com outros negros, índios e brancos pobres; criaram economias próprias e muitas vezes prósperas; formaram grupos pequenos, ágeis, móveis e temporários, ou grupos maiores, sedentários, com geração e que se sucediam politicamente estruturados; envolveram-se com movimentos políticos de outros setores sociais, desenvolveram seus próprios movimentos, alguns abolicionistas; aproveitaram-se de conjunturas políticas conflitivas nacionais, regionais, até internacionais, para crescer, ampliar alianças, fazer avançar seus interesses imediatos e projetos de liberdade mais ambiciosos (REIS; GOMES, 2005, p. 23).

A Constituição de 1988, por meio do artigo 68, não apenas garantiu os direitos às terras que ocupam as comunidades remanescentes de quilombos, como também nominou o sujeito comunidades rurais negras.

Além disso, o termo “remanescente” introduz um diferencial com relação ao quilombo, pois o que passa a estar em pauta não são as reminiscências, mas sim as comunidades que reivindicam serem reconhecidas como remanescentes de quilombos, ou seja, organizações sociais, grupos de pessoas que estejam se organizando para garantir seus direitos, principalmente os relativos à terra.

De acordo com Arruti (2006), ao assumir essa identidade o grupo social ganha certa representatividade nas relações com seus vizinhos, na política local, frente aos órgãos e às políticas governamentais, no imaginário nacional e, finalmente, no seu próprio imaginário.

O uso do qualificativo remanescente está menos relacionado a uma estratégia argumentativa do que a um habitus semântico que emerge da própria linguagem e prática dos aparelhos de Estado e que introduz o tema dos “quilombos contemporâneos” em um certo “senso prático” (ARRUTI, 2006, p. 79)

Esse acionamento identitário possibilitou uma grande quantidade de comunidades reivindicarem o reconhecimento de seus territórios como remanescentes de quilombos, pois a ampliação inclui casos, como já visto, em que negros libertos compraram terras, receberam terras cedidas por herança dos senhores aos seus escravos, ocuparam terras pacificamente depois de abandonadas pelos senhores em momentos de crise econômica, ocuparam e/ou administraram terras doadas aos santos padroeiros dos povoados etc.

Existe, pois, uma atualidade dos quilombos deslocada do seu campo de significação original, isto é, da matriz colonial. Quilombo se mescla com

conflito direto, com confronto, com emergência de identidade [...] O quilombo como possibilidade de ser, constitui numa forma mais que simbólica de negar o sistema escravocrata [...] A reivindicação pública do estigma 'somos quilombolas' funciona como uma alavanca para institucionalizar o grupo produzido pelo efeito de uma legislação colonialista e escravocrata (ALMEIDA, 1996, p. 17).

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a pedido do Ministério Público Federal, em outubro de 1994, reuniu um Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais (GTCNR) para definir “remanescente de quilombo”, expressão que constava do texto da Constituição e que vinha gerando impasses no reconhecimento dos territórios quilombolas.

Assim, para a ABA “remanescente de quilombo” é:

Toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado [...] Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar (ABA *apud* SÃO PAULO, 1997, p. 47).

De acordo com Leite (2000), que participou do citado GTCNR, tratava-se de desfazer a ideia de isolamento e de população homogênea ou como decorrente de processos insurrecionais. As definições do grupo procuravam posições críticas em relação a uma visão estática dos quilombos, críticas estas baseadas em uma definição de cultura como absolutamente dinâmica.

Seriam, desta forma, grupos étnicos, isto é, nas palavras de Barth (1998), um tipo organizacional que confere pertencimento por meio de normas para indicar afiliação ou exclusão.

Assim, ao lado do paradigma histórico e etnológico das terras de uso comum, o conceito de grupo étnico impõe uma definição de remanescentes de quilombos calcada em critérios subjetivos e contextuais, marcados pela ideia de contrastividade, por meio da qual um grupo se percebe e se define sempre pela oposição (no caso, o conflito fundiário) a um outro. O conceito de grupo étnico surge, então, associado à ideia de uma afirmação de identidade (quilombola) que rapidamente desliza semanticamente para a adoção da noção de autoatribuição [...] Sob a perspectiva da etnicidade, o abandono de um naturalismo (raça) ou de um historicismo (os quilombos históricos) não deveria levar à adoção de um culturalismo, conforme ele surge embutido naquela ‘afinidade eletiva’ entre questão negra e cultura no Brasil (ARRUTI, 2006, p. 93).

Entretanto, a autoidentificação como descendente de escravos, ou melhor, negro escravizado, não é suficiente. É necessário também o reconhecimento etnohistórico, feito a partir de estudos históricos e antropológicos que resultem em um relatório consistente.

A Constituição Brasileira, promulgada em 05/12/1988, em seu artigo 68 do ADCT, reconhece a propriedade das terras ocupadas por comunidades quilombolas, sendo o Estado obrigado a emitir-lhes títulos pertinentes:

Artigo 68 - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos (BRASIL, 1988, n.p.).

Também nos artigos 215 e 216 há o objetivo de valorização e difusão de manifestações culturais, materiais ou não, das comunidades quilombolas:

Artigo 215º - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

1º . O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

2º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Artigo 216º - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos e edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

1º . O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

2º. Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

3º. A lei estabelecerá incentivo para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

4º. Os danos e ameaça ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

5º. Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombolas. (BRASIL, 1988, n.p.)

De acordo com Leite (2000), diversas tentativas de regulamentação da lei aconteceram, mas esse espaço de disputas envolve vários interesses – econômicos, políticos e fundiários – dos mais diferentes sujeitos, o que atrapalha os procedimentos de titulação.

CAPÍTULO II - A PRODUÇÃO SOCIOHISTÓRICA DO ESPAÇO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ABACATAL.

2.1. Um pequeno histórico do Município de Ananindeua⁷ e da comunidade quilombola de Abacatal.

O processo de formação do Município de Ananindeua foi iniciado lenta e gradativamente, sendo que os primeiros colonizadores foram os ribeirinhos, caboclos que se estabeleceram no rio Maguari, na época do movimento revolucionário da Cabanagem⁸, procedentes de várias localidades do Pará. A localidade do Maguari é, portanto, o núcleo urbano mais antigo de Ananindeua e onde estão sedimentadas suas raízes histórica e cultural (SIROTHEAU, 2008).

Por volta de 1850, chegaram os colonizadores, que foram os primeiros proprietários de terra a se estabelecerem no Maguari, áreas do Distrito Industrial e do Mocajatuba, sendo que o registro de terras mais antigo é o de Francisco Gregório, datado de 1856.

Podemos identificar traços da fundação do Município de Ananindeua que estão relacionados com o estabelecimento de uma parada e/ou estação da Estrada de Ferro de Bragança, no lugar onde hoje se encontra instalada sua sede municipal.

Segundo Sirotheau (2008), inicialmente, Ananindeua fazia parte do Município de Belém, tornando-se freguesia e, posteriormente, distrito desse Município. Em 1938, passou a pertencer ao Município de João Coelho (atual Santa Izabel do Pará), voltando, no mesmo ano, à circunscrição belenense. Constituiu-se Município oficialmente instalado em 1944, compreendendo os seguintes distritos: o da sede, Engenho Arará e Benfica (desmembrados do Município de Belém) e Benevides (desanexado do atual Município de Santa Isabel do Pará).

A partir da localização da estação da Estrada de Ferro o seu povoamento começou a adquirir dinamismo, sendo reconhecido como freguesia, e mais tarde,

⁷ O nome do Município de Ananindeua tem origem na língua Tupi-Guarani, recebeu este nome em decorrência da abundância de árvores de médio porte, chamadas ananin ou anamim, muito comuns na região na época de sua colonização. Estas árvores tinham diversas aplicações que iam desde propriedade medicinais ao uso industrial e serviam também para calafetar embarcações, ensebar cordas, feitura de tochas etc.

⁸ O movimento da Cabanagem, segundo Salles (1985), foi de cunho popular e contou com a participação de elementos das camadas média e alta da região, entre os quais se destacam os nomes do fazendeiro Félix Clemente Malcher e do seringueiro Eduardo Angelim. Negros e índios também se envolveram diretamente no evento, insurgindo-se contra a elite política no Pará. Dentre alguns líderes populares da Cabanagem esteve o negro Manuel Barbeiro, o negro liberto de apelido Patriota e o escravo Joaquim Antônio, que manifestavam ideias de igualdade social. O nome remete à habitação (cabanas) da população de mestiços, escravos libertos e indígenas que participaram do movimento.

como Distrito de Belém. Após a implantação de um curtume, o Maguari, iniciou-se um processo de desenvolvimento lento e contínuo.

Pelo Decreto-Lei Estadual nº 4.505, de 30/12/1943, promulgado pelo Interventor Federal, Magalhães Barata, o Município de Ananindeua foi criado, acontecendo sua instalação como tal em 03/01/1944 (SIROTHEAU, 2008).

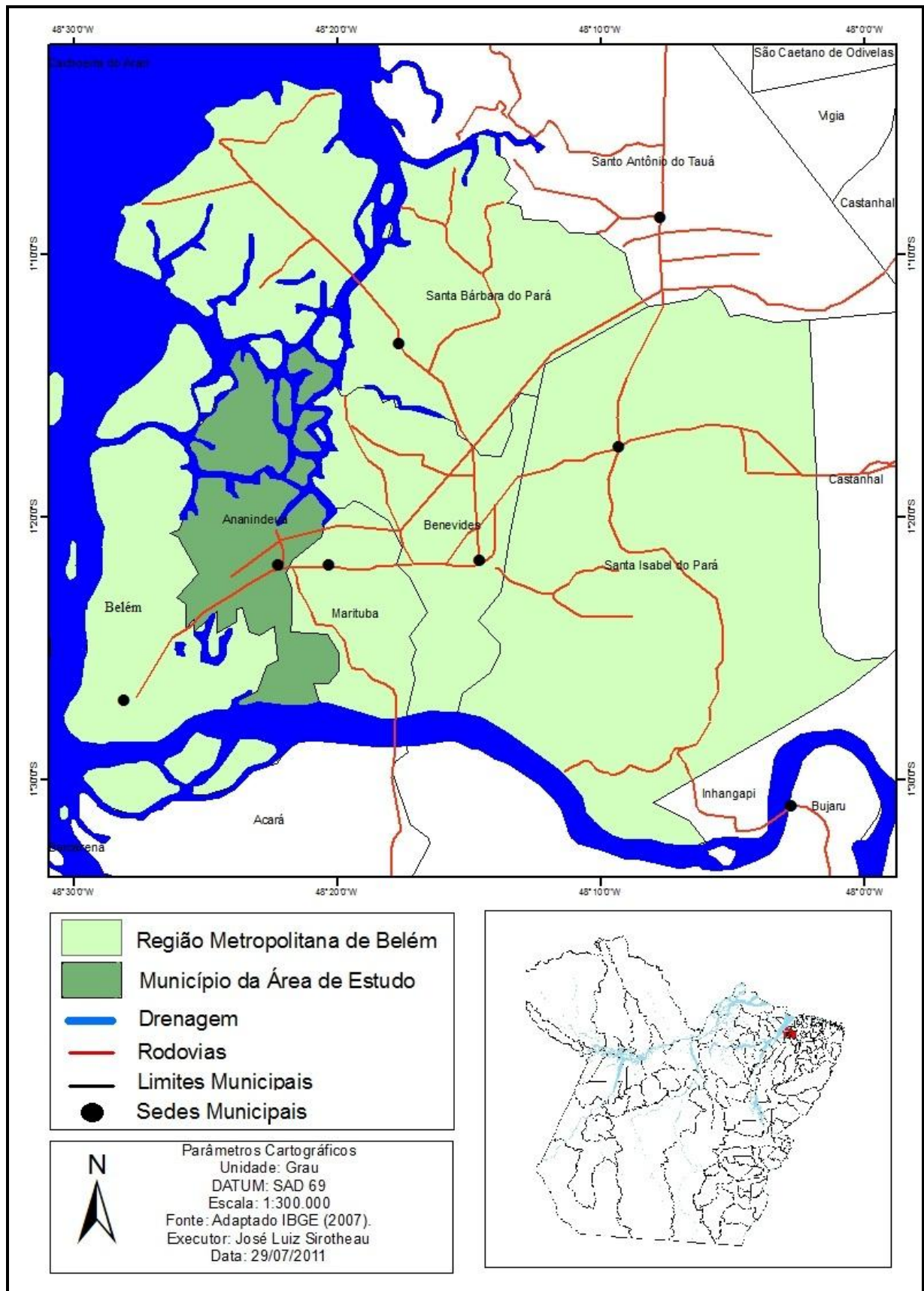
Entre os anos 1947 a 1956, o Município de Ananindeua contava com os seguintes distritos: Ananindeua, Benevides, Benfica e Engenho do Arará. No ano de 1961, pelo disposto na Lei nº 2.460, de 29 de dezembro, com as áreas de seus distritos (Engenho Arará, Benfica e Benevides), foi constituído o Município de Benevides.

Hoje, Ananindeua é o segundo Município com maior população no Estado do Pará e caracterizado por intensa dinâmica demográfica, pertencendo à Mesorregião Metropolitana de Belém e a Microrregião de Belém. A sede Municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 01° 21' 58" de latitude Sul e 48° 22' 22" de longitude Oeste de Greenwich. Seus limites são, ao norte o Município de Belém, ao sul o Rio Guamá, ao leste os municípios de Benevides e Marituba e ao oeste o Município de Belém (mapa 01).

Segundo o Relatório de Diagnósticos do PDA (ANANINDEUA, 2006b), em 1980 a população do Município era de 65.878 habitantes, possuindo apenas 10% da população na área urbana. Em 1991, o aumento é relativamente baixo, passando para 88.151. Em 2000 a quantidade aumentou cerca de 500%, para 393.569 e com quase 100% da população localizada em área urbana. No ano passado, em 2011, a população aumentou para 478.000, sendo a porcentagem da concentração urbana mantida.

Essa evolução populacional pode ser melhor visualizada na tabela 01, na qual podemos perceber, inclusive, como a quantidade da população rural diminuiu bastante se comparada com a explosão de habitantes localizados em âmbito urbano.

Mapa 01: Localização do Município de Ananindeua na RMB.



Fonte: Adaptado de Brasil (2007a).

Tabela 01: Evolução da população, densidade demográfica e relação da população urbana e rural, em Ananindeua.

Anos	População (Hab.)	Densidade (Hab./Km ²)	Estimativa percentual da população urbana
1980	65.878	135,83	10,39%
1991	88.151	181,75	84%
1996	341.257	1.782,95	86,4%
2000	393.569	2.056,26	99,76%
2007	484.278	2.540,81	99,76%
2011	478.000	2.507,86	99,75%

Fonte: Brasil (2010a).

Organização: IDESP/SEPOF e José Luiz Sirotheau.

Segundo Pará (2009), o solo do Município, no geral, é caracterizado como concrecionários lateríticos indiscriminados distróficos, textura indiscriminada, latossolo amarelo distrófico, textura média. A vegetação é caracterizada pela floresta secundária, em vários estágios, proveniente do desmatamento executado na área para o cultivo de espécies alimentícias de ciclo curto (milho, mandioca etc.).

Nas áreas sujeitas à inundação margeando os rios, está presente a vegetação de várzea, com suas espécies típicas, como a virola ou ucuúba, a andiroba, o açaí e o miriti ou buruti.

O desmatamento alcançou 78,03% até o ano de 2006, de acordo com as imagens LANDSAT-TM. Os principais acidentes geográficos e que devem ser preservados são os rios Benfica, Maguari-Açu e Guamá e os igarapés Aurá e Uriboquinha (PARÁ, 2009).

Ananindeua apresenta um relevo relativamente uniforme, com pouquíssimas oscilações altimétricas, sendo que sua cota média gira em torno de 16 metros. O arcabouço geológico é representado pelos sedimentos terciários da formação barreiras, e do quaternário subatual e recente. O relevo apresenta níveis baixos, representados pelas várzeas, terraços e, predominantemente, pelos baixos platôs, inseridos na unidade morfoestrutural do Planalto Rebaixado da Amazônia (Baixo Amazonas).

O clima de Ananindeua é similar ao de Belém, megatérmico, úmido, temperatura elevada em torno de 25°C, pequena amplitude térmica. O regime

pluviométrico está em torno de 2.250 a 2.500mm com chuvas regulares, com maior concentração de janeiro a junho. A umidade relativa do ar está em torno de 85%.

É neste Município, com cerca de 190 Km², que se encontra a comunidade quilombola Abacatal, às margens do igarapé Uriboquinha, mantendo uma relação com a vida urbana (mapa 02).

A origem da comunidade está ligada aos vários engenhos de cana-de-açúcar que existiram ao longo dos séculos XVIII e XIX nas proximidades de Belém, às margens de rios como Guamá, Bujaru, Acará e Moju.

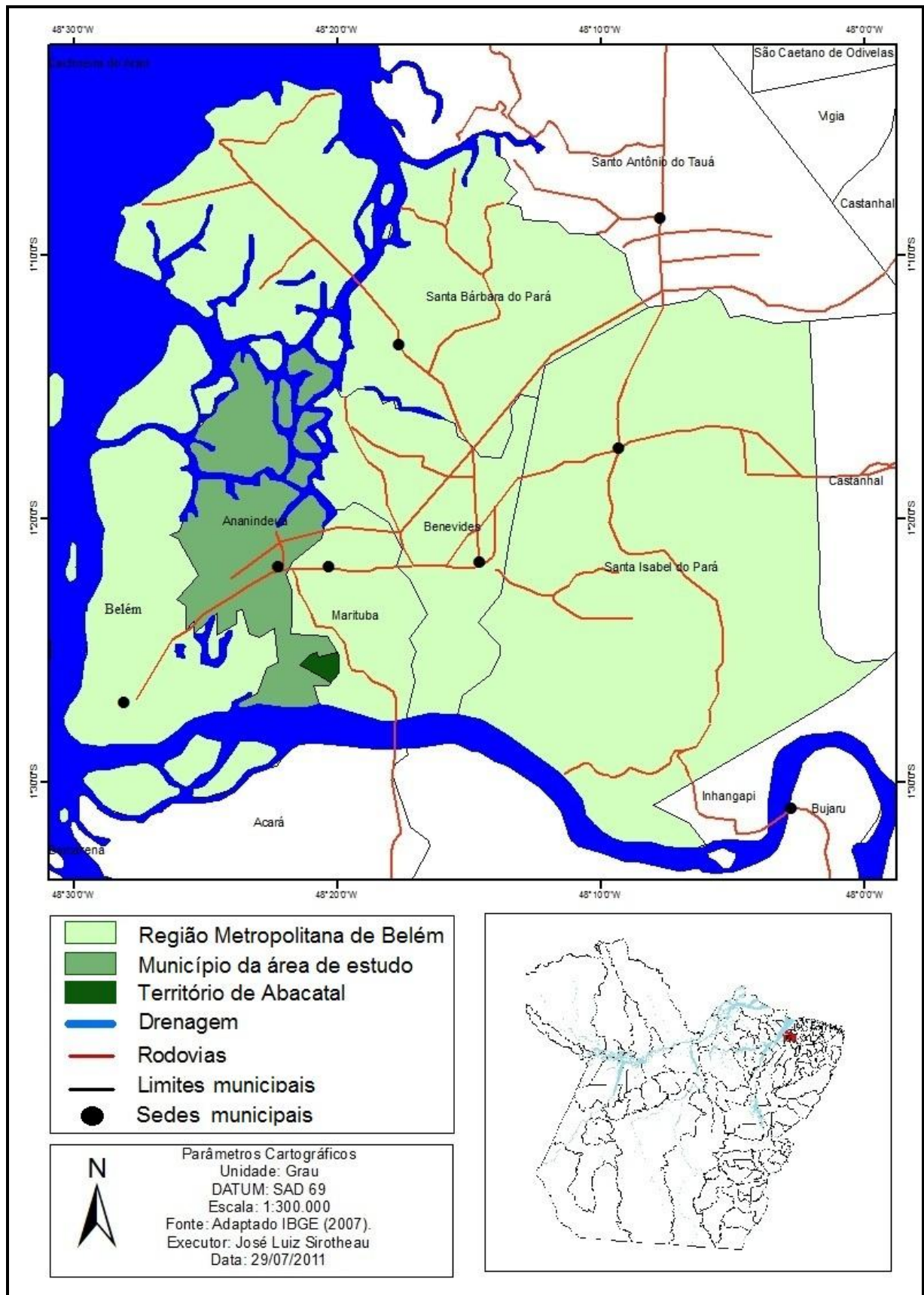
O Engenho do Uriboca, do Conde Coma Mello, era uma dessas propriedades e é nele que se inicia a história da comunidade quilombola de Abacatal. As terras da comunidade foram deixadas como herança pelo Conde Coma Mello para três de suas filhas: Maria do Ó Rosa de Moraes, Maria Filistina Barbosa, Maria Margarida Rodrigues da Costa. As "Três Marias" foram filhas de Coma Mello com a negra escravizada Olímpia (MARIN; CASTRO, 2004).

No entanto, a terra titulada, entregue à comunidade em 13 de maio de 1999 pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), representa menos de 15% daquela que possuíam por herança do Conde, seu legado foi de uma sesmaria equivalente a 2.100 hectares e o território foi titulado com 308 hectares. Após solicitação de revisão da área territorial, Abacatal conseguiu a mudança para 583,3 hectares, em 02/12/2008.

A maior parte da área é composta por mata secundária, limitada ao norte com a fazenda Uriboca, que foi propriedade da empresa Guamá Agro-Industrial S/A (propriedade da empresa Pirelli), e ao sul, à jusante do igarapé Uriboquinha, com um terreno pertencente à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Sua parte leste é também margeada pelo igarapé Uriboquinha e os fundos, em todo lado oeste, é limitado por antigos terrenos da empresa Pirelli e algumas propriedades particulares.

A comunidade tira proveito da proximidade com o centro urbano para comercializar seus produtos, participando aos sábados de uma feira em Ananindeua. Levam à feira produtos de seus roçados (derivados da mandioca, o maracujá, o jambu) e também o carvão.

Mapa 02: Localização da comunidade quilombola de Abacatal.



Fonte: Adaptado de Brasil (2007a).

Segundo Marin e Castro (2004), o sistema de produção agrícola combina as roças de inverno e verão (mandioca, milho, maxixe, macaxeira e jerimum) e as culturas perenes e semiperenes (como cupuaçu, açaí, pupunha, uxi, acerola e maracujá).

Foi realizada uma representação espacial de Abacatal, baseada nos trajetos realizados nos trabalhos de campo. A intenção, na verdade, é demonstrar o mapa mental criado a partir da vivência na comunidade, destacando os pontos mais visitados e destacados pela comunidade no decorrer das entrevistas (Figura 01).

Não iremos estender a descrição de fatos históricos da comunidade em questão, haja vista que, no último capítulo, será feito um aprofundamento deste ponto, relacionando com a construção territorial e da identidade de Abacatal.

2.2. O processo de metropolização em Belém

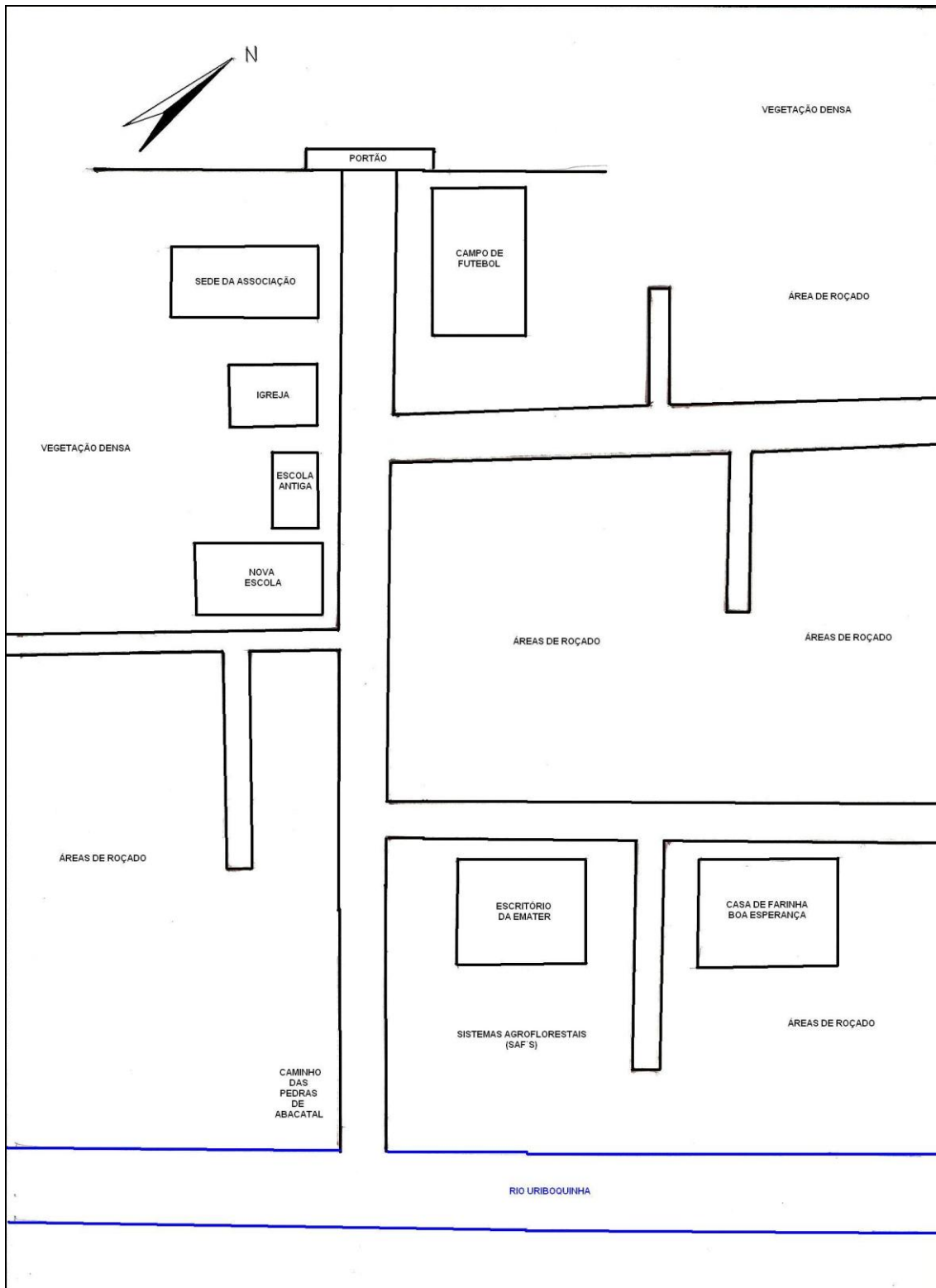
Discutir o conceito de metropolização não é a proposta principal deste trabalho, contudo, é uma variável importante nesta pesquisa, visto que possui um papel considerável na constituição da identidade e do território dos mais diferentes grupos sociais.

As diversas formas de relação de um determinado grupo, no caso a comunidade quilombola em questão, com a metrópole, imprimem certas dinâmicas que podem influenciar nas práticas e nas formas de organização social e territorial desses sujeitos.

Preliminarmente, devemos partir do entendimento sobre o processo de urbanização, o qual, segundo Castells (2000, p. 39), teria dois sentidos: a concentração espacial da população, dentro de limites de dimensão e densidade; e a difusão de um sistema de valores, atitudes e comportamentos chamado cultura urbana.

Uma forma espacial de ocupação do espaço por uma população, a saber o aglomerado resultante de uma forte concentração e de uma densidade relativamente alta, tendo como correlato previsível uma diferenciação funcional e social maior... (CASTELLS, 2000, p. 40).

Figura 01: Croqui de Abacatal.



Fonte: Trabalho de campo, 2012.

A cidade é produto e (re) produtora do sistema capitalista ao concentrar as atividades produtivas. Trata-se, em verdade, da “difusão no espaço das atividades, das funções e dos grupos, e sua interdependência, segundo uma dinâmica social amplamente independente da ligação geográfica” (CASTELLS, 2000, p. 53).

Assim, compreende-se que o metropolitano alimenta e se articula ao conjunto de mecanismos que viabilizam o capital, e evidencia um modelo contraditório, incorporando atores econômicos e sociais. Sendo assim, é possível compreender a metropolização como um processo de expansão intensiva (de concentração de renda e riqueza) e extensiva (de concentração de pobreza manifestada espacialmente).

No caso da RMB, mais especificamente em Ananindeua, podemos considerar como variável o aglomerado subnormal ao justificarmos a concentração extensiva. Segundo Brasil (2010b), aglomerados subnormais⁹ são:

Um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (BRASIL, 2010b, p. 19).

No município onde está localizado Abacatal, 62,1% da população reside em área considerada conglomerado subnormal, correspondendo a 288.611 pessoas distribuídas por entre 76.770 domicílios. Desse universo de moradores, mais de 70% não possuem acesso à rede de água e de esgoto, o que comprova a precariedade infraestrutural e baixa renda.

Lencioni (2008) afirma que a metrópole é, antes de qualquer coisa, uma aglomeração, sendo assim, a concentração demográfica é um elemento definidor da metropolização.

Isso leva a outra característica da metrópole, a capacidade de concentração de recursos e serviços:

O primeiro, o de concentração do capital, permite entender que, embora essa metrópole possa ser representada por imagens que indicam que ela é

⁹ A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou precariedade de serviços públicos essenciais (BRASIL, 2010b, p.19).

espraiada e dispersa, é preciso frisar que ela é igualmente concentrada. Faz parte da racionalidade da acumulação capitalista concentrar um grande número de população, renda, indústrias de alta tecnologia e trabalho qualificado, bem como fazer da metrópole difusa e espraiada territorialmente, uma única bacia de trabalho e habitat, dentre outros aspectos que poderíamos enumerar (LENCIONI, 2008, p.16).

Contudo, vale ressaltar que o processo de metropolização na Amazônia se deu de forma diferenciada. E considerar este fato é também tratar a região como zona de fronteira. Esta, por sua vez, está ligada à reprodução capitalista na região e de integração regional ao resto do País. De acordo com Becker:

No passado, povoamento e investimento se vinculavam à atividade agrícola ou mineira e geraram crescimento da população e da produção. A fronteira no final do século XX tem novas feições num novo patamar de integração nacional, com mercado em grande parte unificado e sob comando de uma nova dimensão das capitais envolvidas: (a) já nasce heterogênea, constituída pela superposição, de frente de várias atividades, e o povoamento e a produção são relativamente modestos, (b) e tem intenso ritmo de urbanização, (c) o governo federal tem papel fundamental no planejamento e no volume de investimentos infra-estruturais (BECKER, 1994, p. 10).

Algumas cidades, principalmente as capitais, na Amazônia passaram a fazer parte do circuito industrial. De antigo entreposto comercial passam a ser organizadas em função das necessidades industriais. Isso significa dizer que o Estado precisa implantar serviços, a exemplo de uma malha viária de longo alcance para atender às empresas, sistema bancário etc.

A urbanização na fronteira teve importância significativa para concentrar a população potencializada para trabalhar a exploração dos recursos naturais. De acordo com a mesma autora, os núcleos urbanos vão exercer um poderoso fator de atração de migrantes. Sendo assim, era preciso urbanizar a região para que pudessem realizar as prospecções e adaptações necessárias à exploração dos recursos.

Através da criação dos núcleos urbanos planejados e dos investimentos em infra-estrutura e equipamento funcional urbano, a política urbana condiciona, efetivamente, o povoamento e contribui para estrutura do mercado de trabalho na região (BECKER, 1994, p.53).

Portanto, a urbanização da fronteira significa intensificação da concentração populacional nas cidades. Segundo Becker (1994), de 1970 a 1980 a população urbana passa de 37,7% para 51%. Neste mesmo período, Belém registra um

aumento populacional de 19,9% para 64,9%. As rodovias passam a serem as principais responsáveis por esses aumentos devido às facilidades de circulação.

As rodovias são os eixos da nova circulação, em detrimento da via fluvial, deslocando o sítio dos núcleos dos vales para a terra, formando e revivendo cidades (BECKER, 1994 p.54).

Essa nova forma de reorganização espacial belenense, influenciada pelo processo de metropolização, mas não de forma linear, é marcada pela inclusão da região amazônica nas propostas governamentais de interligação comercial em escala nacional. O marco dessa interligação foi o início da construção, em 1961, da rodovia Belém-Brasília. Esta via acabou por transportar não só os bens materiais e de consumo, como também os valores urbanizantes, já em intensas ações nas cidades centrais nacionais. A velocidade da estrada, as novidades por elas trazidas e as forças produtivas que se canalizam por ela, rumo à região, intensificaram esse processo. Este é o sentido de metropolização acelerada que damos à nova forma urbana de Belém a partir da década de 1960 (BECKER, 1994).

Portanto, podemos dizer que o processo de metropolização em Belém tem vínculo com as propostas nacionais de enquadrar o espaço amazônico a uma reprodução mais intensificada do capital. O governo brasileiro implementou medidas estruturais (físicas e creditícias) na região a fim de que o ingresso do capital encontre na região uma estrutura de transporte, eletrificação, subsídios, entre outras estruturas, que deveriam responder pela contrapartida de investimento governamental na região.

Trindade Jr. (1998) acrescenta que a fase de metropolização de Belém, iniciada ainda na década de sessenta, consolida-se nas décadas seguintes com a incorporação de cidades e vilas próximas a Belém, definindo uma malha urbana única, ainda que fragmentada.

(...) o processo que contorna a metrópole não é linear. Ele é marcado por rupturas, (des) continuidades, (re) construções e (re) estruturações. Nesse sentido, a atual forma urbana belenense, produto do processo de metropolização, mostra-se prenhe de dinamismo, posto que acompanha o movimento histórico de seu conteúdo, que lhe dá sentido e, por isso, esta sujeito a um marcante processo de reconstrução. (TRINDADE JR. 1998, p.5).

Sendo assim, segundo o autor, a partir de meados do século XX foi possível perceber o processo de metropolização em Belém. Foram considerados dois os períodos que marcaram esse processo. O primeiro se caracteriza por uma forma metropolitana concentrada; o segundo, por uma forma metropolitana dispersa e/ou fragmentada. O primeiro período foi caracterizado pelo crescimento sempre maior da população em relação ao crescimento territorial urbano. Já o segundo período expressa “a exteriorização espacial de processos, por meio de objetos ou conjunto ordenado de objetos (residências, indústrias, áreas de lazer, comércio etc.) no território” (TRINDADE JR, 1998, p. 23).

Ainda sobre a metrópole belenense, Trindade Jr. afirma que:

Se define pela existência ainda do primado metropolitano no contexto regional e pela primazia do núcleo metropolitano, responsável por conformar a metrópole dispersa. Portanto, o espaço metropolitano se desenvolve não só através de um maior adensamento, mas também se estendendo e se expandindo, configurando, portanto, a cidade dispersa. Aqui, os limites administrativos têm pouco a ver com a dinâmica sócio-espacial verificada. (TRINDADE JR, 1998, p. 353).

Este caráter dinâmico é fundamental na reestruturação por qual passa a RMB. Os espaços urbanos, portanto, são construídos e reconstruídos conforme os diferentes tempos dos diversos sujeitos inseridos, estejam eles relacionados com o grande capital ou sendo agricultores familiares em bairros periféricos.

Por fim, uma contribuição central na discussão da influência metropolitana no modo de vida do sujeito vem de Harvey (1980). Segundo ele, a organização social de modo estratificado, baseado numa integração por meio do mercado de troca, constituiria a condição ampla para o desenvolvimento urbano, aprofundando o grau de mercantilização característico da urbanização capitalista e o desequilíbrio a ele inerente. Desenvolvimento e não-desenvolvimento seria, então, duas faces da mesma moeda.

Daí o conceito de cidade defendido por Harvey (1980): formas criadas e produzidas para mobilização, extração e concentração geográfica de quantidades significativas do produto excedente socialmente definido. São então, as cidades formas concentradoras de valores e igualmente responsáveis pela drenagem de valores de outras áreas, portanto, desestruturadoras por natureza.

No terceiro capítulo será enfatizado de que forma a metropolização exerce influência na produção espacial e territorial da comunidade quilombola de Abacatal.

A seguir enumeraremos as diversas legislações criadas e políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, a fim de que possamos identificar quais incidem na comunidade estudada e seus efeitos sobre ela.

2.3. Legislações e políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas e seus desdobramentos para a constituição dos seus territórios.

A nova Constituição Brasileira, ao inserir o artigo 68 do ADCT, legitima os direitos às diferenças culturais, o que impulsiona a mobilização de vários grupos étnicos em busca da propriedade coletiva da terra.

Em meados da década de 1990, várias esferas do governo começam a criar, a partir do artigo constitucional, políticas públicas que visavam a atender as demandas dos quilombolas. Durante esse processo, a abrangência das políticas foi aumentando, assim como a diversidade de suas ações, atingindo diferentes setores, como educação, saúde e assistência social (ARRUTI, 2003).

Algumas análises vêm sendo feitas visando a compreender as recentes intervenções estatais nas comunidades quilombolas. Chagas (2001) e Leite (1999), por exemplo, discutem o processo de reconhecimento destes.

Sendo assim, vamos discorrer sobre algumas legislações e políticas públicas conhecidas que são direcionadas para os remanescentes quilombolas. A partir do levantamento dos documentos, foram colocados em ordem cronológica, ao mesmo tempo em que foi construída uma espécie de relato histórico.

No âmbito federal podemos citar a Constituição Federal de 1988 e destacar os artigos 215 e 216. Em resumo, os mesmos citam que o Estado deve proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional, além de tombar todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Outra legislação que podemos citar é o ADCT e seu artigo 68, falando que aos remanescentes das comunidades de quilombos, que estejam ocupando suas terras, seja reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.

Mesmo com estas determinações legais, somente em 1995 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria do INCRA nº 307/1995 (BRASIL, 1995) que

determinava que se efetuasse a titulação das terras quilombolas sem especificar de maneira detalhada o procedimento a ser adotado, o que, obviamente, deixa nublado e com muitos empecilhos o processo de legalização de terras quilombolas, como podemos perceber no trecho abaixo:

I – Determinar que as comunidades remanescentes de quilombos, como tais caracterizadas, inseridas em áreas públicas federais, arrecadadas ou obtidas por processo de desapropriação, sob a jurisdição do INCRA, tenham suas áreas medidas e demarcadas, bem como tituladas, mediante a concessão de título de reconhecimento, com cláusula “pro indiviso”, na forma do que sugere o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal (BRASIL, 1995, n.p.).

Nesse momento, a Fundação Cultural Palmares¹⁰ (FCP) era a instituição responsável em implementar as determinações feitas pelo INCRA. Para tanto, foi baixada a portaria de nº 25, de agosto de 1995 (BRASIL, 1995b), que, dentro dos seus oito artigos, em resumo, trata sobre as normas que regerão os trabalhos de identificação e delimitação das terras, feitas por um grupo técnico que ficaria responsável pelo trabalho de identificação e delimitação da comunidade, determinando o prazo para conclusão dos relatórios antropológico, cartográfico e fundiário (BRASIL, 1995b).

No período de 1996 à 1999, houve uma aproximação inicial entre o INCRA/FCP, o Ministério Público e os institutos de terras estaduais, para resolução das questões dos procedimentos, interrompida pela ação governamental que transfere essa competência ao Ministério da Cultura, no fim de 1999, implementada através da Portaria n.º 447, de 2 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999), como podemos ver no trecho que segue:

Art. 1.º Delegar competência à titular da Presidência da Fundação Cultural Palmares para praticar e assinar os atos necessários ao efetivo cumprimento do disposto no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, atendidas as prescrições legais pertinentes.
Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto neste artigo, a autoridade delegada deverá dar prévio e formal conhecimento ao Ministro de Estado da Cultura do procedimento administrativo referente ao ato a ser praticado (BRASIL, 1999, n.p.).

Nesse sentido, através da publicação da Portaria nº 40, de 13 de julho de 2000 da FCP (BRASIL, 2000), é estipulada as novas formas de solicitação de

¹⁰ A FCP foi criada através da Lei N.º 7.668, de agosto de 1988, com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.

titulação de terras, assim como as respectivas etapas e requisitos, formas essas que servem de base para os procedimentos determinados pelo Decreto nº 3.912/2001 (BRASIL, 2001). Este foi entendido como inconstitucional, pois exigia a comprovação de permanência no mesmo local, por mais de cem anos, desde a abolição da escravatura, às comunidades que requeressem a titulação; outra visível barreira que transmitia aparentemente a não vontade de prosseguimento de cunho legal aos direitos dos remanescentes de quilombolas.

O decreto regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro imobiliário das terras por eles ocupadas.

Para os devidos fins de direito, competia à Fundação Cultural Palmares (FCP) iniciar, dar seguimento e concluir o processo administrativo referente às ações acima citadas. Dentro dos requisitos somente era reconhecida a propriedade sobre terras que eram ocupadas por quilombos em 1888 e estavam ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 05 de outubro de 1988. Esse processo administrativo somente seria iniciado por requerimento da parte interessada e nele deveria constar relatório técnico e parecer conclusivo elaborado pela FCP (BRASIL, 2000).

Ainda segundo os direcionamentos do Decreto 3.912/2001, o relatório teria que conter a identificação dos aspectos étnicos, histórico, cultural e socioeconômico do grupo; estudos complementares de natureza cartográfica e ambiental; levantamento dos títulos e registros incidentes sobre as terras ocupadas e a respectiva cadeia dominial, perante o cartório de registro de imóveis competente; delimitação das terras consideradas suscetíveis de reconhecimento e demarcação; parecer jurídico. Essas ações poderiam ser executadas mediante convênio firmado com o Ministério da Defesa, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), o INCRA e outros órgãos e entidades da administração pública federal ou empresas privadas, de acordo com a natureza das atividades (BRASIL, 2001).

Após a conclusão do relatório técnico, a Fundação Cultural Palmares remeteria aos seguintes órgãos para manifestação no prazo comum de trinta dias: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); SPU; Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e INCRA.

Após a manifestação dos órgãos relacionados no parágrafo anterior, a FCP elaboraria parecer conclusivo no prazo de noventa dias e o publicaria, em três dias consecutivos, no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada onde estaria a área a ser demarcada, em forma de extrato e com o respectivo memorial descritivo de delimitação das terras. Se, no prazo de trinta dias, a contar da publicação a que se refere o parágrafo anterior, houver impugnação de terceiros interessados contra o parecer conclusivo, o presidente da FCP apreciaria a mesma no prazo de trinta dias (BRASIL, 2001).

Se não houver impugnação, decorridos trinta dias contados da publicação, o presidente da FCP encaminharia o parecer conclusivo e o respectivo processo administrativo ao Ministro de Estado da Cultura. Em até trinta dias após o recebimento do processo, o Ministro de Estado da Cultura decidiria, mediante portaria, os limites das terras, determinando a sua demarcação.

Seria garantida à comunidade interessada a participação em todas as etapas do processo administrativo. A demarcação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos seria homologada mediante decreto. Em até trinta dias após a publicação do decreto de homologação, a FCP conferiria a titulação das terras demarcadas e promoveria o respectivo registro no cartório de registro de imóveis correspondente (BRASIL, 2001).

No ano de 2003, é publicado o Decreto nº 4887/2003 (BRASIL, 2003), que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ADCT; fato esse que é considerado por alguns segmentos um avanço muito grande comparado à lenta e gradativa evolução das iniciativas governamentais no que diz respeito à titulação de terras.

Contudo, os dados relativos aos processos em andamento no INCRA, segundo dados da própria instituição, revelam a pouca eficiência do governo federal. Atualmente, 87% dos processos em curso na referida instituição não foram alvo de qualquer providência além de receber um número de protocolo (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012).

Esses fatos refletem-se no desempenho orçamentário do órgão fundiário. Desde 2004, o instituto não utiliza integralmente os recursos de seu orçamento destinados à titulação das terras quilombolas. Segundo a Comissão Pró-Índio, do Estado de São Paulo, em 2004 utilizou apenas 10% do orçamento disponível; em

2005 somente 12%; em 2006, 26%. O baixo desempenho manteve-se durante o segundo mandato do Governo Lula: 23% em 2007, 10% em 2008, 14% em 2009 e 6% em 2010. Portanto, a falta de recursos não justifica o baixo número de titulações.

Ainda segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo (2012), também não é real a alegação de que os processos administrativos não têm prosseguimento por conta da sua judicialização. Embora se verifique um aumento dos questionamentos na justiça, ainda são poucos os processos paralisados em função de decisões judiciais, conforme constatado nas pesquisas sobre as ações.

A demora nas titulações deve-se, em grande parte, aos empecilhos burocráticos introduzidos nos procedimentos para a regularização das terras quilombolas ao longo do Governo Lula. Os mesmos foram aparecendo por meio de sucessivas determinações: a Instrução Normativa INCRA nº 16/2004 (BRASIL, 2004); a Instrução Normativa INCRA nº 20/2005 (BRASIL, 2005), a Portaria FCP nº 98/2007 (BRASIL, 2007b) e a Instrução Normativa INCRA nº 49/2008 (BRASIL, 2008) que vigora atualmente como Instrução Normativa INCRA nº 57 de 2009 (BRASIL, 2009). Essas exigências introduzidas a cada nova norma tornaram o processo mais moroso e custoso e, conseqüentemente, mais difícil de ser concluído, contrariando que a motivação de tais mudanças seja, realmente, a necessidade de aperfeiçoar as normas a fim de dar segurança jurídica ao processo e evitar futuros conflitos no judiciário (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012).

As tabelas 02 e 03 mostram a quantidade de terras tituladas, com atualização até o fim de 2011, sendo que, se formos comparar os órgãos governamentais responsáveis pela titulação, será percebida uma menor performance por parte do INCRA.

Tabela 02: Percentual, por unidades federativas, de terras quilombolas tituladas (até 2011).

UF	Número de terras	Porcentagem
Amapá	03	2,73%
Bahia	05	4,55%
Goiás	01	0,91%
Maranhão	23	20,91%

Minas Gerais	01	0,91%
Mato Grosso do Sul	03	2,73%
Mato Grosso	01	0,91%
Pará	52	47,24%
Pernambuco	02	1,82%
Piauí	05	4,55%
Rio de Janeiro	03	2,73%
Rondônia	01	0,91%
Rio Grande do Sul	03	2,73%
Sergipe	01	0,91%
São Paulo	06	5,45%
Total	110 ¹¹	100,00%

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo (2012), Brasil (2012b).

Tabela 03: Número de títulos por órgão expedidor

Órgão expedidor	Número de títulos	Porcentagem
CDA	01	0,83%
FCP	12	10,00%
IDATERRA	01	0,83%
INCRA	22	18,33%
INTERBA	01	0,83%
INTERPI	05	4,17%
ITERJ	01	0,83%
ITERMA	23	19,17%
ITERPA	45	37,49%
ITESP	06	5,00%

¹¹ A diferença entre esse números se dá pelo fato de que algumas comunidades receberam o título de dois órgãos diferentes

SAFRJ	01	0,83%
SPU	02	1,67%
Total	120	100%

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo (2012), Brasil (2012b).

As constantes mudanças normativas também refletem o grande número de processos abertos no órgão em questão sem providências tomadas, como podemos perceber na tabela 04:

Tabela 04: Número de processos abertos no INCRA

Processos abertos pelo INCRA por ano									
Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Número de processos	09	111	209	190	167	124	147	74	64

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo (2012).

Nesse sentido, a Instrução Normativa INCRA n° 57, de 20 de outubro de 2009 é a mais recente que estabelece os procedimentos do processo administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão¹², titulação e registro das terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades de quilombos.

Dentro da seguinte instrução algumas conceituações são consideradas:

Art. 3º. Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Art. 4º. Consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural (BRASIL, 2009, n.p.).

É importante ressaltar que a autodefinição da comunidade será certificada pela Fundação Cultural Palmares, mediante Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos do referido órgão.

¹² Segundo Ferreira (2004), é o ato ou efeito de retirar de imóvel quem dele se apossou sem autorização do proprietário.

Segundo Brasil (2009), o processo administrativo terá início por requerimento de qualquer interessado, das entidades ou associações representativas de quilombolas, e compete ao INCRA a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a desintrusão, a titulação e o registro imobiliário das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência comum e concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A identificação dos limites das terras das comunidades remanescentes de quilombos é feita a partir de indicações da própria comunidade, bem como a partir de estudos técnicos e científicos, inclusive relatórios antropológicos, que consistirão na caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural da terra ocupada pela comunidade, mediante o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação¹³ (RTID), com elaboração a cargo da Superintendência Regional do INCRA, que o remeterá, depois de concluído, ao Comitê de Decisão Regional, para posicionamento e encaminhamentos subsequentes.

Dentre esses encaminhamentos posteriores está a publicação, por duas vezes consecutivas, no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federativa onde se localiza a área sob estudo, de algumas informações específicas, como denominação do imóvel e limites.

Será enviado o RTID a vários órgãos e entidades para, no prazo comum de 30 (trinta) dias, apresentarem manifestação sobre as matérias de suas respectivas competências, como, por exemplo, o IPHAN, o IBAMA, e seu correspondente na Administração Estadual, a FUNAI. Caso haja sobreposição, cabe à Superintendência Regional do INCRA, junto com a outra parte, adotar as medidas cabíveis, visando à garantir a sustentabilidade dessas comunidades, conciliando os interesses do Estado (BRASIL, 2009).

As partes afetadas terão o prazo de noventa dias, após a publicação e as notificações, para contestarem o RTID na Superintendência Regional do INCRA, juntando as provas pertinentes. Não havendo contestações, o presidente do INCRA notificará o recorrente sobre a decisão.

A demarcação da terra reconhecida será realizada observando-se os procedimentos contidos na Norma Técnica para Georreferenciamento de imóveis

¹³ Possui informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas.

rurais, aprovada pela Portaria nº 1.101, de 19 de novembro de 2003, do Presidente do INCRA e demais atos regulamentares expedidos pela Autarquia, em atendimento à Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001 (BRASIL, 2009).

No que diz respeito à titulação, ocorrerá mediante a outorga de título coletivo e pró-indiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade, devidamente registrada no Serviço Registral da Comarca de localização das áreas.

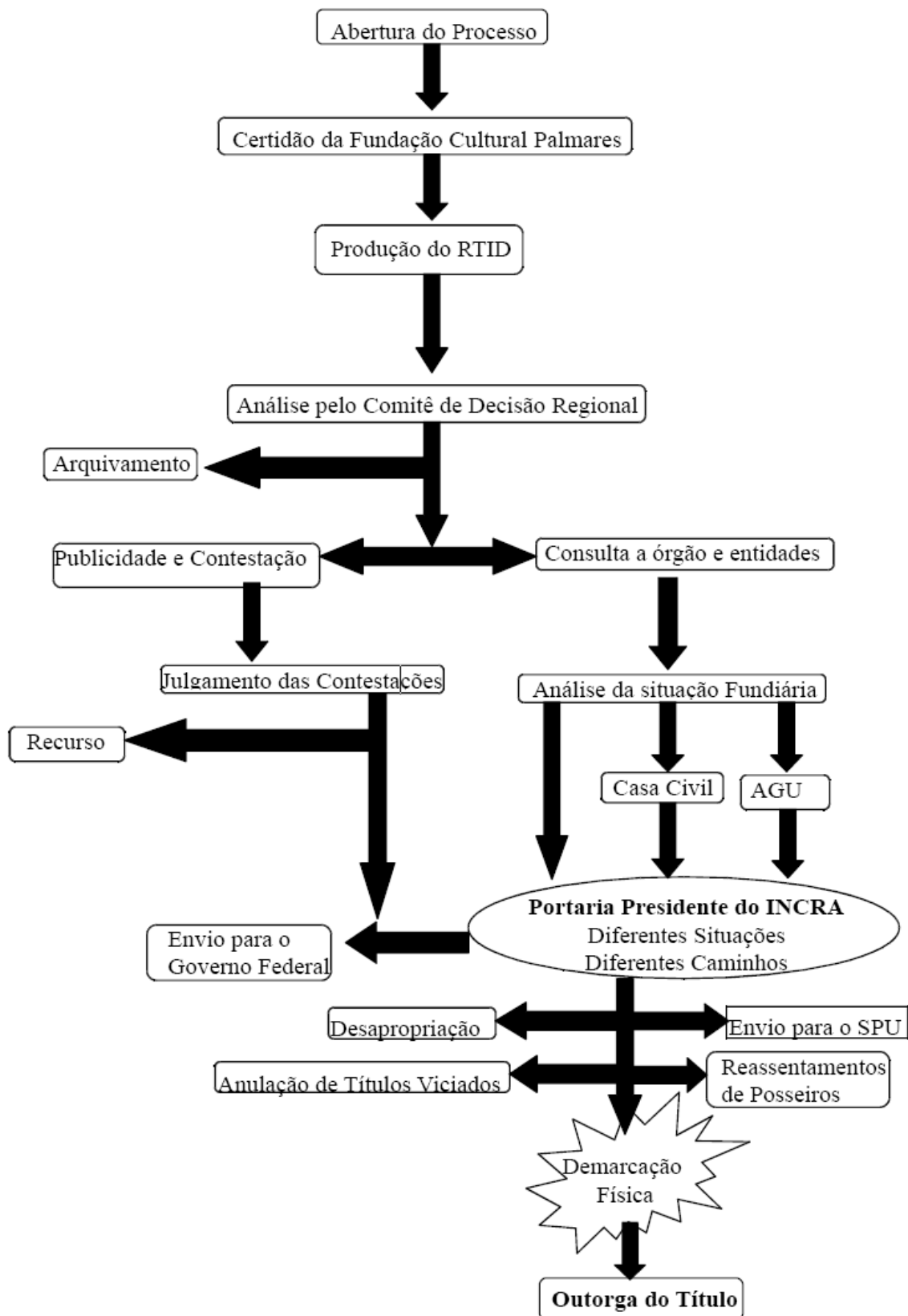
A instrução em questão revoga todas as anteriores que tratam da identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades dos quilombos, como a Instrução Normativa nº 16, de 24 de março de 2004, Instrução Normativa nº 20, de 19 de setembro de 2005 e a Instrução Normativa nº 49, de 29 de setembro de 2008 (BRASIL, 2009). Os trâmites estão organizados no organograma nº 01.

Para além das legislações, um programa foi criado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamado Programa Brasil Quilombola (PBQ), idealizado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

O PBQ possui o modelo de gestão pautado na transversalidade, na descentralização e no caráter democrático e possuía um orçamento de um pouco mais de R\$ 130.000.000,00.

O referido programa possuía inúmeros segmentos de ação, sendo ainda subdivididos, como, por exemplo: terras (mediação de conflitos etc), promoção da igualdade racial (inclusão social), segurança alimentar (Programa Fome Zero etc.), desenvolvimento e assistência social (Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), saúde (Programa Saúde da Família), infraestrutura (Programa Luz para Todos, saneamento, moradia), geração de renda (artesanato quilombola, piscicultura), gênero e desenvolvimento (capacitação, apoio a projetos etc.), direitos humanos (registro civil), educação (Programa Brasil Alfabetizado, educação quilombola), meio ambiente (gestão ambiental em quilombos, ecoturismo), esportes (Programa Segundo Tempo) e previdência social (Programa Educação Previdenciária).

Organograma 01: Processo de titulação de um território quilombola.



Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo (2012).

Podemos visualizar melhor esses campos mais amplos e gerais no quadro 02:

Quadro 02: Eixos balizadores das ações do poder público brasileiro junto às comunidades quilombolas.

Ação	Características
Regularização Fundiária	Resolução dos problemas relativos à emissão de títulos de posse das terras. É a base para a implantação de alternativas de desenvolvimento sustentável, além de garantir a reprodução física, social e cultural de cada comunidade;
Infraestrutura e Serviços	Consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infra-estrutura e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas.
Desenvolvimento Econômico e Social	Modelo de desenvolvimento local, baseado nas características territoriais e na identidade coletiva, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política;
Controle e Participação Social	Estímulo à participação ativa dos representantes quilombolas nos fóruns locais e nacionais de políticas públicas, promovendo o seu acesso ao conjunto de ações definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município.

Fonte: Brasil (2012c).

Portanto, podemos perceber que houve ao menos no campo da teoria, um planejamento em nível federal que visava a beneficiar a maioria, se não todos os campos no que diz respeito às comunidades de remanescentes de quilombos.

Continuando a análise das legislações e políticas públicas, focalizemos a escala de âmbito estadual, ou seja, o Estado do Pará.

Nessa esfera podemos citar a Constituição Estadual de 1988, em seu artigo 322 (PARÁ, 1988), onde é dito que aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos no prazo de um ano, depois de promulgada a mesma. Contudo, somente dez anos depois, ou seja, em 1998, é que foi promulgada a Lei Estadual n.º 6.165 (PARÁ, 1998) de 02 de

dezembro que dispõe sobre a legitimação de terras das comunidades quilombolas. Entretanto, esta lei não é considerada efetiva, pois não instrumentaliza meios para a efetivação da legitimação das terras.

Posteriormente é baixado o Decreto nº 3.572/1999 (PARÁ, 1999) regulamentando a Lei n.º 6.165, de 02 de dezembro de 1998, dispondo sobre a legitimação de terras das comunidades quilombolas, sendo que em seu artigo 1º, delega a competência ao ITERPA para a execução dos procedimentos administrativos visando à identificação, demarcação e expedição dos títulos de propriedade de terras ocupadas por comunidades remanescentes dos quilombos.

No ano seguinte, em 2000, é baixado o Decreto nº 4.054 (PARÁ, 2000), que cria o Programa Raízes, que contribuiu para a identificação de cerca de 240 comunidades quilombolas no Estado em seu Plano 2000-2002. Tal programa possuía quatro eixos principais: titulação das terras quilombolas; apoio a projetos sustentáveis em terras indígenas e quilombolas; projetos de valorização da cultura e de capacitação em educação para quilombolas e povos indígenas; e infraestrutura física e social (PARÁ, 2000).

Para consolidar a permanência na terra de direito das comunidades quilombolas, o ITERPA criou o Território Estadual Quilombola (TEQ). Essa modalidade especial de assentamento insere-se na política mais ampla do governo estadual de fortalecer a agricultura familiar e o reconhecimento dos direitos territoriais das populações tradicionais. O Decreto Estadual nº 713/2007 (PARÁ, 2007a), criou diversas modalidades de assentamento, entre eles o TEQ. O artigo doze fala que esta é a área destinada aos remanescentes das comunidades de quilombos, cujos territórios tenham sido reconhecidos de propriedade dos mesmos e visa possibilitar o etnodesenvolvimento dessas comunidades.

A partir das características socioculturais e de organização dos quilombolas o Estado garantirá a implementação das políticas públicas quilombolas. A Instrução Normativa ITERPA nº 01, de 09 de maio de 2007, e a Resolução nº 01, de 24 de agosto de 2007, que aprova a Norma de Execução nº 01, de 24 de agosto de 2007, complementam a legislação específica a esses projetos e criam outras duas modalidades de assentamento: Projeto Estadual de Assentamento Sustentável (PEAS) e o Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAE).

O ITERPA instituiu por meio da Instrução Normativa nº 01 (PARÁ, 2007b), de 09 de maio de 2007, projetos especiais denominados: “Território Estadual Quilombola”, que possibilitou aos quilombolas ter acesso a crédito, infraestrutura e assistência técnica.

Um ano depois é realizada outra ação em nível legislativo através do Decreto nº 1.240/2008 (PARÁ, 2008) que institui o Comitê Gestor da Agenda Social Quilombola no Estado do Pará. Esse comitê tem como atribuições propor, articular, coordenar, fiscalizar, monitorar e avaliar ações da Agenda Social Quilombola, por meio da atuação compartilhada entre órgãos e entidades públicas e privadas envolvidos na solução de problemas sofridos pelos quilombolas, além de coordenar e elaborar diagnósticos de âmbito municipal para subsidiar as ações dos órgãos estaduais com atuação nas comunidades quilombolas. O comitê em questão é formado por representantes do governo federal (SEPPIR, INCRA, UFPA, ELENORTE, MPF, MDA, FCP etc.), governo estadual (EMATER, SEMA, SEGUP, ITERPA, SEGOV, SAGRI, SEJUDH etc.), Movimento Negro (MALUNGU, CEDENPA, MOCAMBO, UNEGRO etc.) e de representantes das Comunidades Quilombolas (Vinte representantes eleitos através de regimento interno) (PARÁ, 2008).

Em 2011 é criado um decreto do governo do Estado que institui a política estadual para as comunidades remanescentes de quilombos. Esta política seria desenvolvida a partir de um conjunto de planos, projetos e ações sistemáticas e articuladas entre os órgãos da administração direta e indireta, tendo em vista a garantia de direitos e a promoção do desenvolvimento social, econômico e ambiental, de forma sustentável, das Comunidades Remanescentes de Quilombos.

Essa política estadual para comunidades remanescentes de quilombos seria executada com base nos seguintes instrumentos: nos Planos de Utilização Sustentável e de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental, e no Plano Plurianual (PPA) do Estado do Pará.

Dentro das diretrizes dos Planos de Utilização Sustentável e Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental, estão: direito territorial, qualidade de vida, geração de renda, equidade de gênero e faixa etária, fortalecimento das comunidades, valorização das comunidades, participação e controle social.

A gestão dos planos de utilização e planos de desenvolvimento será desenvolvida por meio da Comissão Estadual de Políticas para Comunidades

Remanescentes de Quilombos composta por sete representantes do Estado do Pará e sete das comunidades remanescentes de quilombos.

Por fim, a última escala de análise é a municipal. Nesse nível de atuação pública só foi possível encontrar alguma iniciativa no PDA:

Seção II

Da unidade rural 02

Art. 27 - Na macrozona rural continental sul deverá ser adotado as seguintes diretrizes e propostas:

I - do meio ambiente natural:

- a) controlar o uso e a ocupação desta unidade;
- b) implantar a faixa marginal de proteção – FMP do Rio Aurá, Igarapé Oriboquinha, Igarapé do Abacatal e Igarapé Pau Grande;
- c) criar a unidade de conservação das nascentes do Rio Aurá, do Igarapé do Abacatal e do Igarapé do Pato Macho.

II - da habitação:

- a) em parceria com a União, estruturar a comunidade quilombola do Abacatal;
- b) coibir a ocupação urbana destas áreas tendo em vista se tratar da área de proteção ambiental - APA de Belém.

III - do saneamento:

- a) orientar os residentes desta unidade meios alternativos de saneamento básico.

IV - do transporte e mobilidade sustentável:

- a) promover o acesso através da Estrada do Aurá ao Rio Guamá e facilitar o transporte hidroviário para Belém a partir deste ponto;
- b) consolidar a estrada de acesso da Br 316 à comunidade do Abacatal.

V - da educação:

- a) promover uma educação às crianças residentes desta unidade.
- b) ampliar e qualificar o transporte escolar dos estudantes.
- c) estimular nas escolas locais a discussão sobre educação ambiental e educação urbana, começando pela história e desenvolvimento da cidade de Ananindeua.

VI - da cultura:

- a) tomba e preservar a área da comunidade quilombola do Abacatal.

VII - da saúde:

- a) em parceria com a União, promover programas de saúde para esta comunidade.

VIII - do desenvolvimento econômico:

- a) procurar reaproveitar economicamente as cavidades no solo remanescentes das explorações minerais existentes, assim denominadas “covões”;
- b) incentivar a implantação de eletrificação rural.

IX - do desenvolvimento rural:

- a) apoiar e incentivar as atividades agrícolas da comunidade do Abacatal.

X - da exploração sustentável dos recursos naturais:

- a) regulamentar e normatizar as explorações de recursos nesta unidade.

Seção VI

Do plano diretor setorial das Ilhas e do Abacatal

Art.189 – O plano diretor setorial das Ilhas e do Abacatal tem por finalidade assegurar a proteção e conservação das ilhas e do Abacatal, garantindo a qualidade de vida para as gerações atuais e futuras (ANANINDEUA, 2006a, n.p.).

É possível perceber que na esfera municipal existem diversas referências à Abacatal e suas proximidades. As mesmas poderiam impactar positivamente no território, haja vista que muitos dos anseios dos habitantes da comunidade são contemplados no PDA.

O levantamento das leis, decretos, políticas etc, possui sua importância no sentido de que as suas aplicações, ou não, provocam impactos socioterritoriais nos espaços das comunidades quilombolas, considerando que as dinâmicas desses grupos, principalmente no que tange à titulação das terras, estão diretamente relacionadas com essas implementações.

Sendo assim, esses são os direcionamentos que podemos encontrar por parte do poder público no que diz respeito às políticas públicas e às legislações voltadas para as comunidades de remanescentes quilombolas. Posteriormente, verificaremos se algumas dessas ações são implementadas na nossa área de estudo, a comunidade quilombola de Abacatal, na Região Metropolitana de Belém.

Quadro 03 : Quadro sinótico das diversas legislações e políticas públicas.

Leis, Normas, Decretos, Planos, Programas.	Ano	Esfera	Conteúdo/Resumo
Constituição Federal	1988	Federal	Proteção e tombamento das culturas afrobrasileiras.
Consituição Estadual	1988	Estadual	Reconhecimento da propriedade definitiva das terras quilombolas.
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	1988	Federal	Reconhecimento da propriedade definitiva com emissão dos respectivos títulos.
Portaria do INCRA nº 307	1995	Federal	Determina a titulação das terras quilombolas.
Portaria da FCP nº 25	1995	Federal	Normatiza os trabalhos de identificação e delimitação das terras quilombolas.
Lei Estadual n.º 6.165	1998	Estadual	Legitima as terras das comunidades quilombolas.
Decreto N.º 3.572	1999	Estadual	Regulamenta a identificação, demarcação e expedição dos títulos de terras quilombolas.
Portaria do Min. Da Cult. n.º 447	1999	Federal	Transfere às competências do INCRA/FCP ao Ministério da Cultura.
Portaria da FCP nº 40	2000	Federal	Estipula as novas formas de solicitação de titulação de terras.
Decreto nº 4.054	2000	Estadual	Cria o Programa Raízes.
Decreto da FCP nº 3.912	2001	Federal	Regulamenta das disposições relativas ao processo administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e o registro imobiliário.
Decreto do INCRA Nº 4887	2003	Federal	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação,

			demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.
Programa Brasil Quilombola	2004	Federal	Cria ações em diversas áreas junto às comunidades quilombolas.
Instrução Normativa INCRA nº 16	2004	Federal	Instrumentalização para o Decreto do INCRA nº 4887.
Instrução Normativa INCRA nº 20	2005	Federal	Instrumentalização para o Decreto do INCRA nº 4887.
Plano Diretor de Ananindeua	2006	Municipal	Ações em diversas áreas (ambiental, cultural, infraestrutura etc.).
Portaria Fundação Cultural Palmares nº 98	2007	Federal	Instrumentalização para o Decreto do INCRA nº 4887.
Decreto do ITERPA nº 713	2007	Estadual	Cria a modalidade de assentamento do Território Quilombola.
Instrução Normativa ITERPA Nº 01	2007	Estadual	Cria, para os quilombolas, acesso ao crédito, infraestrutura e assistência técnica.
Instrução Normativa INCRA nº 49	2008	Federal	Instrumentalização para o Decreto do INCRA nº 4887.
Decreto Nº 1.240	2008	Estadual	Institui o Comitê Gestor da Agenda Social Quilombola no Estado do Pará
Instrução Normativa INCRA nº 57	2009	Federal	Instrumentalização para o Decreto do INCRA nº 4887.
Decreto Estadual Nº 2.690	2010	Estadual	Cria o Território Estadual Quilombola de Abacatal/Aurá.
Decreto Estadual nº 261	2011	Estadual	Institui a Política Estadual para as Comunidades Remanescentes de Quilombos.

Organização: José Luiz Sirotheau.

Sendo assim, foram verificadas no próximo capítulo quais influências essas legislações, políticas públicas e o processo de metropolização têm na constituição do território quilombola de Abacatal.

CAPÍTULO III – Comunidade de Abacatal: a natureza da identidade territorial quilombola em realidade metropolitana

Este último capítulo será dividido em três partes. Na primeira será focada a criação e o fortalecimento da identidade quilombola, assim como o contexto em que essa identidade foi acionada. Na segunda parte serão abordadas as várias ações públicas e privadas direcionadas para a comunidade em questão e os efeitos dessas ações no território de Abacatal, ou seja, os impactos socioterritoriais. Por fim, na terceira parte, será analisada a expressão da identidade territorial, em contexto metropolitano, dos sujeitos da comunidade.

O quadro 04 mostra quais entrevistados foram inseridos na pesquisa. Para evitar a exposição dos mesmos, foi adotado um sistema de identificação com nomes fictícios, com objetivo de preservar a identidade dos informantes. Foram selecionados relatos de seis pessoas da comunidade dentro do universo de dez entrevistados.

Quadro 04: Discriminação dos entrevistados.

Entrevistado	Idade	Gênero	Número de pessoas na família	Fonte de renda familiar
Maria do Socorro	42	Feminino	08	Agricultura, autônomo
Alice	19	Feminino	06	Agricultura
José	50	Masculino	08	Agricultura, autônomo
João	72	Masculino	06	Agricultura, aposentadoria
Cida	30	Feminino	05	Funcionária pública
Pedro	52	Masculino	05	Agricultura, carvoeiro

Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

3.1. A construção da identidade quilombola: expressão da relação sociedade e espaço

Durante as entrevistas e conversas informais, foi percebido, se considerado como um todo, que as falas eram remetidas a tempos, relativamente, mais presentes, precisamente a partir do conflito de tentativa de grilagem das terras. Podemos inferir, em face desse cenário, dois motivos. Primeiro, as pessoas com a idade mais avançada, ou seja, que foram testemunhas de um tempo mais pretérito, em sua maioria, faleceram.

O segundo motivo seria que os conflitos de terras foram extremamente marcantes no imaginário desses sujeitos. Esse tempo, o dos conflitos, é considerado como mais presente. E a comunidade quilombola de Abacatal é marcada por uma longa história de crises com os mais diversos agentes.

É possível supor que existiram formas específicas de territorialidades quilombolas, principalmente se considerarmos o contexto em que viviam os negros escravizados em Belém como, por exemplo, nas terras do conde. Entretanto, a “identidade específica”, que define o território quilombola hoje, no “sentido político” de ser, se define a partir do processo da tentativa de tomada das suas terras (ALMEIDA, 2002; LEITE, 2000). Sendo assim, é a partir desse momento histórico que desenvolveremos este capítulo.

Dona Maria do Socorro relata a história contada por seu pai. No ano de 1954, um senhor chamado Justino Canuto dos Santos estabeleceu-se na área com a permissão dos moradores, alegando que não teria onde morar. A chegada de pessoas novas que solicitavam morar na área e conseguiam, não era tão difícil, como pode ser percebido:

Antigamente os velhos eram respeitados (...) Às vezes chegava um parente, uma pessoa de longe, gostava daqui e pedia pra ficar (...) Então os mais antigos reuniam e decidiam se ficava ou não (...) Com o Justino (Canuto dos Santos) foi assim... (Maria do Socorro, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

A partir disso, desconhecendo as origens da terra, o Sr. Justino Canuto dos Santos requereu a área, conforme atestado na etnografia documental da comunidade de Abacatal realizada por Marin e Castro (2004). Segundo esta pesquisa, em 11/10/1954, ele comprou as supostas terras devolutas do Estado destinadas à

indústria agrícola, medindo 4.200 metros de frente e 2.000 de fundo, pelo valor de CZ\$ 219,30 (duzentos e dezenove cruzeiros e trinta centavos), conseguindo o título provisório.

Dona Maria do Socorro afirmou que quando a situação foi descoberta pelos moradores da área, os mesmos entraram com uma ação, comprovada pela mesma etnografia dos documentos. Em 13/06/1957, é publicado no Diário Oficial do Pará (DOEPA) o decreto nº 2.285, que cassa o título provisório adquirido pelo Sr. Justino Canuto dos Santos, baseado no fato que as terras pertenciam a terceiros.

Após a cassação o Sr. Justino Canuto dos Santos impetrou mandado de segurança contra o ato governamental que gerou o acórdão¹⁴ nº 43 do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA), publicado no DOEPA de 26/05/1958, tornando sem efeito o decreto nº 2.285/1957 (MARIN; CASTRO, 2004).

Durante esse período de disputas judiciais pela oficialidade da posse do território vários fatos ocorreram. Nesse ínterim, o Sr. Justino Canuto dos Santos cobrava dinheiro para que os moradores de Abacatal trabalhassem na terra.

O Sr. Justino, instalado na terra e mantendo uma relação familiar com alguns dos moradores, praticou uma série de atos arbitrários. Entre 1957 e 1977, as famílias foram obrigadas a pagar renda, e imperava uma situação de temor, de obediência, com condutas isoladas (...) de contestação. Relatam os entrevistados: “ele proibiu de fazer roças nas terras. Como antes tudo era dividido e em 1977, Justino diz que não era pra dividir. Fizeram a tentativa de entrar na justiça para ter o direito do trabalho”. Em 1970 ele abriu uma pedreira e um grupo começou a trabalhar, mas todos deviam pagar a renda: “ele vendia uma carrada de pedra de 5 metros, recebia R\$ 50,00 – vamos supor – e ficava com R\$ 10,00 para ele, sem ter trabalhado nada” (MARIN; CASTRO, p. 132, 2004).

Segundo a Sra. Maria do Socorro, por volta de 1970, o Sr. Luiz Mesquita da Costa, genro do Sr. Justino Canuto dos Santos, foi morar em Abacatal, ficando à frente da situação. A partir disso a relação ficou cada vez pior. As rendas percentuais cobradas aumentaram, desde a agricultura até a extração de pedras para construção, sua principal fonte de enriquecimento.

Ele enricou as nossas custas, entendeu? Quando a gente abriu o olho já foi tarde demais. Hoje os terrenos são só buraco. Tudo por aqui foi pedreira, tudo. Saía daqui, dia e noite, carrada e carrada de pedras, mas muita pedra,

¹⁴ É a decisão do órgão colegiado de um tribunal (câmara, turma, seção, órgão especial, plenário etc.). Trata-se, portanto, o acórdão de uma representação, resumida, da conclusão a que se chegou, não abrangendo toda a extensão e discussão em que se pautou o julgado, mas tão somente os principais pontos da discussão (NERY JR., 2006).

entendeu? Já pensou? Explorava as pessoas. Esse homem enricou... (Maria do Socorro, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

Concomitantemente a esses fatos, as ações judiciais continuavam. Em 26/12/1988, através do processo 003098/82, foi expedido pelo ITERPA um relatório de análise do documento provisório possuído pelo Sr. Justino Canuto dos Santos. Consta nos autos uma análise feita pelo desembargador Osvaldo de Brito Farias afirmando que existia protesto por parte de vários cidadãos contra a apropriação. Esse fato contrastaria com a afirmação que aquelas terras seriam devolutas.

(Diário de Justiça de 20.02.1958, fls. 2) Diz em síntese o seguinte: a) a existência de inúmeros cidadãos na área, com domínio através de compra ou através do usucapião trintenário; b) trata-se de requerimento malicioso sob a inexata alegação de serem as terras devolutas; c) o processo de compra “ocorreu em sigilo”; d) não serem as terras devolutas, ao contrário das alegações de inexistência nas mesmas de agregados dos locatários (MARIN; CASTRO, p. 186-187, 2004).

Baseado nesses fatos, o desembargador Almir Lima Pereira, corregedor geral de justiça, através do Provimento 06/1983, de 21/06/1983, declarou inexistente e cancelou a matrícula e registro do imóvel rural, expedido pela antiga Secretaria de Estado de Obras, Terras e Águas, em favor do Sr. Justino Canuto dos Santos. Contudo, em 17/10/1983, o advogado do mesmo deu entrada em um pedido de reconsideração, sendo deferido e, conseqüentemente, revogado o provimento pela escritã Auristéla Franca Torres, em 27/10/1983 (MARIN; CASTRO, 2004).

Nesse cenário, o Sr. Luiz Mesquita da Costa¹⁵ começou a procurar compradores para a área. Entre algumas tentativas, publicou em um jornal de São Paulo a venda de um terreno. O anúncio chamou a atenção da empresa Transporte e Comércio Rio Castanho Ltda, que, em 06/10/1987, conforme Certidão de Translado, do livro 141, fls 56-Uº, do cartório Kós Miranda, comprou a referida área por Cz\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzados), Cz\$ 500.000.00 para o Sr. Luiz Mesquita da Costa e o restante para o Sr. Justino Canuto dos Santos.

Então, a empresa deu entrada na ação de reintegração de posse, no dia 15/07/1988, através do escritório de advocacia Daniel Coelho de Souza. Nos autos da ação está descrito que os moradores de Abacatal tinham:

¹⁵ Registrado às fls. 78/79 do livro B/20, em 12/09/1980, no cartório Bezerra Falcão, adquiriu parte do imóvel referente à Abacatal junto ao Sr. Justino Canuto dos Santos (MARIN; CASTRO, 2004).

Invadido (...) que, injustificadamente, ali procederam algumas benfeitorias precárias (...) instalando-se no local com a finalidade de retirar do terreno (...) pedra e piçarra (...) Continuando a posse violenta (MARIN; CASTRO, 2004, p. 212).

Segundo a Sra. Maria do Socorro, ao lembrar-se dos momentos de conflito com a empresa, afirmou exaltada que a realidade era o oposto. Lembra que em um dia de Círio de Nossa Senhora de Nazaré, um oficial de justiça, acompanhado de policiais militares e outras pessoas desconhecidas, estas equipadas com motosserras, machados etc., começaram a derrubar as casas e retirar as famílias. Algumas pessoas foram coagidas a procurarem outro lugar para morar. O medo decorrente da violência provocou uma desterritorialização compulsiva.

Esse relato coincide com os documentos levantados pela pesquisa de Marin e Castro (2004), como, por exemplo, o ofício nº 114 de 08/09/1988, lavrado pela juíza titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Ananindeua.

Exmo. Sr. Dr. Cel. Antônio Carlos da Silva Gomes (...) transita por este juízo (...) de reintegração de posse em que é (...) a firma Transporte e Comércio Rio Castanho LTDA, e como réu Raimundo Nonato Caiabão e outros (...) concedeu liminarmente favorável a autora a posse do imóvel. Assim sendo, para que não haja e se porventura houver resistência por parte dos réus, no cumprimento desta decisão judicial, solicito V.Exa. cinquenta soldados da Polícia Militar, para assegurar o cumprimento da Sentença deste juízo, pelo oficial de justiça (MARIN; CASTRO, 2004, p. 216).

No dia da reintegração, 07/10/1988, além das casas derrubadas, foram alvo o prédio da escola municipal, instalada há mais de dez anos pelo prefeito da época, além do prédio com todas as instalações do Projeto de Produção de Alimentos (PPA) financiado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Derrubaram até a caixa d'água da comunidade (...) A gente ia perder as galinhas, que eram do projeto. Só não morreram porque um padre, não lembro de onde, comprou elas todas (...) Chegaram até a jogar óleo e veneno no lago, lá onde a gente criava peixe... (Maria do Socorro, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

A Sra. Maria do Socorro afirmou que a ação não foi finalizada devido à chegada de um carro do jornal "O Liberal". Inclusive, a participação do jornal foi considerada muito importante para a resistência da comunidade, pois denunciava os conflitos que aconteciam, expondo ao público esses fatos. Dentre as pessoas que

compunham as quatro famílias desalojadas estavam idosos, gestantes e crianças, em um total de 26 pessoas.

No dia 28 de julho de 1989, exatamente às 13h30min, de uma sexta-feira, trinta sujeitos desconhecidos, armados e acompanhados por uma pá mecânica, contrariando o poder público, haja vista que a liminar de reintegração de posse estava temporariamente suspensa, invadiram as terras de Abacatal e começaram a destruir as casas sem ao menos dar tempo de retirar os objetos pessoais do interior.

Em seguida, dois barracões, um onde se realizava reuniões da comunidade e outro onde armazenavam materiais e papéis referentes a projetos ligados a EMATER e SUDAM, além do reservatório de água que servia para a irrigação das lavouras, foram destruídos.

Soma-se a isso o fato desses sujeitos terem fechado a estrada de acesso à comunidade, impossibilitando qualquer tipo de comunicação. Durante a noite, ocuparam a escola, patrimônio público municipal, e atearam fogo na construção.

Esses fatos são confirmados através do ofício nº 268, de 31/07/1989, assinado pela Dra. Rosi Maria Gomes de Farias, juíza em exercício da 2ª Vara Cível de Ananindeua, ao comandante do antigo Patrulhamento Tático Metropolitano (PATAM). O teor faz referência ao ataque aos moradores, solicitando o envio de guarnições com finalidade de retirar os autores do fato do local.

No dia 18/08/1989, a juíza Maria de Nazaré Savedra Guimarães emite uma requisição tendo, em parte, o seguinte comentário:

(...) a parte beneficiada pela medida usando da mesma para reintegrar-se e extrajudicialmente, de modo ilegal na posse do imóvel objeto do presente litígio, conforme foi noticiado ontem, pela “televisão Liberal”, quando em entrevista, **um dos sócios confirmou haver derrubado as casas** (grifo nosso) com respaldo na liminar concedida (MARIN; CASTRO, 2004, p. 251).

Esse trecho documental comprova a ação ilegal citada em vários depoimentos. Dessa vez, cerca de 34 pessoas, dentre elas 21 crianças, ficaram sem teto, tendo todos os seus pertences, se não destruídos, abandonados ao sol e a chuva.

Durante as várias investidas de apropriação das suas terras, os membros da comunidade de Abacatal contaram com algumas pessoas para ajudar na sua defesa.

Por participarem há muito tempo das atividades da igreja católica e estreitarem laços de amizade, seminaristas do Pio X e as irmãs da Sagrada Família ajudaram, tanto fazendo círculos de conversas sobre os direitos que todos possuíam quanto amparando psicologicamente as vítimas dos constantes atos de violência. Posteriormente, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Sociedade de Direitos Humanos (SDH) se uniram ao grupo.

Essas conversas e esclarecimentos legais, provocados por esses conflitos, instigaram a comunidade a se organizar, motivando a criação da Associação dos Moradores de Abacatal/Aurá, em 06 de março de 1988.

Durante a construção da defesa jurídica, vários documentos foram juntados aos autos do processo, comprovando o tempo em que os membros da comunidade viviam naquele território, dentre eles certidões de casamento e de óbito. Existe uma certidão, registrada em 18/07/1957, em que o falecido possuía 117 anos, ou seja, nasceu em 1840, nas terras de Abacatal, provando o longo tempo de ocupação.

A derrubada das casas, a destruição dos projetos que estavam sendo implementados pela EMATER, SUDAM etc, ou seja, o vislumbamento que claramente havia a possibilidade da perda de suas terras foi o principal indutor para o início da formação concreta da identidade quilombola.

Nesse sentido, o primeiro passo foi o fortalecimento da história, esta gravada na memória, nas lembranças dos mais antigos.

A gente sempre escutou falar que tinha negro aqui na comunidade, que existia negro, que faziam isso, aquilo. Só que daí a gente não fazia parte dessa história, entedestes? (Maria do Socorro, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

Segundo os moradores, a atuação de pesquisadores da Universidade Federal do Pará também colaborou bastante para o fortalecimento da luta da comunidade, além do que, muitos consideram que a comunidade conseguiu o título das terras graças, em parte, ao trabalho realizado.

A gente só começou a fazer parte dessa história depois que veio os pesquisadores que fizeram o estudo e comprovaram que o Caminho de Pedras foi feito pelos negros que habitavam aqui na comunidade (Maria do Socorro, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

Portanto, a identidade quilombola é legítima, eles possuem uma relação ancestral com a terra onde vivem, tendo formas específicas de produzir e de se relacionar com ela. Entretanto, essa identidade só foi acionada e construída no momento em que houve a possibilidade de perder as terras em que viviam. É uma identidade política, territorial, quilombola.

Além de influenciar na solidificação da identidade quilombola, esses fatos foram causadores de profundos impactos socioterritoriais. Casas destruídas assim como plantações e criações foram determinantes para a mudança das dinâmicas dentro da comunidade.

3.2. Impactos socioterritoriais na comunidade quilombola de Abacatal e adjacências.

Segundo Cruz (2006), o resultado da estratégia de “ocupação” e “modernização” da Amazônia, chamada de economia de fronteira (BECKER, 2006), seriam os conflitos sociais e territoriais com as “comunidades tradicionais” (índios, pescadores, quilombolas, seringueiros, trabalhadores rurais etc.), que lutam contra vários agentes para permanecer nos territórios historicamente ocupados. Esses territórios marcam as formas de apropriação dessas coletividades, formas específicas que garantem a sua reprodução física, social e cultural.

Cruz (2006) também destaca que os principais antagonistas das “comunidades tradicionais” são o Estado e o capital – os velhos e novos capitais. O Estado interfere quando assume o papel de agente ordenador do território, expresso através da construção de infraestruturas que afeta os territórios dessas populações. O capital interfere ao se territorializar, imprimindo suas estratégias no espaço e causando a desterritorialização das comunidades, seja através das atividades extrativistas, industriais ou de qualquer outra natureza.

Ao considerarmos a comunidade quilombola de Abacatal, podemos visualizar várias ações dessa natureza, quantidade essa consideravelmente maior por estar inserida dentro da RMB, no Município de Ananindeua, espaço de intensa dinâmica estatal e do capital. Portanto, nos próximos subcapítulos serão tratadas algumas dessas ações e os seus respectivos impactos socioterritoriais.

3.2.1 As ações de órgãos públicos no que se refere à assistência técnica.

Segundo Gomes (2005), a partir de 1984, os agricultores de Abacatal passaram a receber a prestação de serviços de assistência técnica pública através da implantação de projetos com vistas à produção de alimentos e atendimento das necessidades de autoabastecimento e geração de renda, as maiores dificuldades enfrentadas pelos moradores, principalmente das famílias que não tinham roçado.

Conforme relatório de atividades internas da EMATER, as ações desenvolvidas naquele período foram horta comunitária, criação de frango consorciado com peixes e a cultura do maracujá. Todas as atividades foram interrompidas com a destruição das estruturas montadas e dos plantios, no evento relacionado com a grilagem de terras sofrida pelos moradores de Abacatal. Uma das ações consideradas mais importantes parou devido a esse problema, que foi o Projeto de Produção de Alimentos (PPA), realizado pela SUDAM.

Após todos estes acontecimentos, somente no início dos anos 1990, outras ações de caráter emergencial foram desenvolvidas, no sentido de atender às carências dos moradores do território, que haviam se acentuado. Assim, novas roças coletivas foram implantadas, introduzidas culturas perenes, assim como a criação de pequenos animais (aves e peixes).

Alguns agricultores adotaram essas novas formas, enquanto outros resolveram continuar na forma tradicional, conforme faziam no passado: roça itinerante e produção de carvão, que requerem a derrubada de áreas de mata. Segundo Gomes (2005), a última atividade, voltada para a comercialização, é um dos principais fatores para o desmatamento das áreas da comunidade.

É nesse âmbito, da agricultura, que essas assistências técnicas encontraram facilidade na implementação, pelo menos inicialmente. No caso do Sistema Agroflorestal (SAF), muitas famílias participaram da capacitação – seleção de mudas, preparo do solo etc. – terminando-a. Entretanto, atualmente, poucas famílias continuam nesse projeto.

Segundo o técnico da EMATER, responsável pela comunidade de Abacatal, Sr. Luiz Carlos Franciscato, um dos principais motivos para o abandono seria a questão financeira. Adequar-se aos moldes técnicos, obter lucro e, ao mesmo tempo, atender ao consumo familiar, seria um processo de longo prazo, e alguns produtores anseiam por resultados imediatos.

Apesar disso, vários projetos foram elaborados. No quadro 05 podemos visualizar quais foram as intervenções realizadas no território de Abacatal idealizadas por diferentes órgãos públicos.

Quadro 05: Síntese das intervenções dos órgãos de assistência técnica (1984-2004)

Intervenção	Período de Execução	Objetivos	Resultados Esperados
Projeto de Produção de Alimentos – PPA	1986-1988	Produzir alimentos para autoabastecimento e geração de renda através da comercialização dos produtos.	Implantação de atividades de horticultura, piscicultura, avicultura, suinocultura e a cultura do maracujá, envolvendo as famílias dos agricultores de Abacatal; capacitação de agricultores em técnicas agrícolas.
Projeto Microbacias	1989-1990	Possibilitar a preservação de fontes e igarapés presentes na área da comunidade.	Implantação de projeto de reflorestamento de mata ciliar do igarapé Uriboça em toda a extensão da estrada de acesso a comunidade com palmeiras nativas e espécies frutíferas.
Feira do Produtor	1991	Facilitar a organização e comercialização da produção.	Tornar os produtos da comunidade de Abacatal conhecidos e agregar valor.
Casa de Farinha “Boa Esperança” no Retiro	1995	Possibilitar melhorias no processo de produção de farinha na comunidade.	Inserir novas técnicas para produção de farinha; possibilitar um melhor padrão de qualidade do produto para comercialização.
Concessão de título dominial	1998	Reconhecimento do território quilombola de Abacatal através da titulação.	Diminuir a pressão sobre a área e possibilitar o acesso dos agricultores a créditos e financiamentos específicos.
Apicultura	2003	Possibilitar alternativa de geração de renda através da comercialização de mel.	Capacitar agricultores em técnicas de manejo de apiários; e Implantação de colméias na comunidade.
Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas	2004	Recuperar as áreas de roçados abandonados através de implantação de Sistema Agroflorestal demonstrativo (SAF) em 1 hectare.	Capacitar agricultores em SAF's; Propor alternativa a atividade de roça itinerante.
Produção de adubo orgânico	2004	Produzir adubo orgânico para cultivo de culturas variadas.	Aumento da produção agrícola com menores custos.
Produção de culturas de	2004	Criar culturas de maracujá, acerola e	Diversificação da produção frutífera para consumo e geração

frutas cítricas		cupuaçu.	de renda.
-----------------	--	----------	-----------

Fonte: Gomes (2005) e trabalho de campo, 2012.

A maioria dos projetos e ações expostos acima surgiu através de diálogos entre membros da comunidade e técnicos da SUDAM e EMATER, alguns por iniciativa da comunidade, outros dos órgãos envolvidos.

Entretanto, diferentemente do trabalho desenvolvido por Gomes (2005), nosso objetivo não é analisar as políticas públicas e sua aceitação na comunidade, entre outros, mas sim compreender como essas intervenções impactaram o território quilombola de Abacatal. Portanto, primeiramente, vamos analisar a influência dos projetos desenvolvidos pela assistência técnica (EMATER, SUDAM, IBAMA) na comunidade.

Ao considerarmos o PPA e o projeto Microbacias, não foi possível visualizarmos em campo os efeitos espaciais devido ao problema fundiário. Entretanto, percebemos nas entrevistas realizadas que esses projetos foram muito significativos para os membros das comunidades. O Sr. José e o Sr. Pedro, por exemplo, afirmaram que durante a implementação dos projetos foram aprendidas muitas outras formas de cultivo, de técnicas. Porém, o mais importante é que naquele momento havia uma maior interação das pessoas, além de estarem unidas contra a possibilidade da grilagem nos momentos de trabalho coletivo na terra, pois discutiam sobre vários assuntos.

O projeto da Feira do Produtor não era exclusivamente para os agricultores de Abacatal. Na verdade, surgiu através da iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ananindeua com fins de comercializar sua produção. Contudo, atualmente, devido à baixa rentabilidade algumas famílias que iniciaram, anos atrás, deixaram de vender no local.

Outra intervenção que foi bastante impactante no território de Abacatal foi a de Recuperação de Áreas Degradadas. Esse projeto decorreu de uma parceria entre EMATER e EMBRAPA e foi iniciado através de um SAF, constituído inicialmente de feijão caupi, cupuaçu, castanha-do-pará e maracujá.

Posteriormente, houve um aumento para além de 01 hectare, sendo adicionado o cultivo de acerola e açaí; este último próximo da área do Caminho das Pedras, local de grande força simbólica para comunidade, pois representa e

materializa a época no qual o antigo proprietário das terras, Conde Coma Mello, descia ao chegar pelo rio e remete à ancestralidade com a terra.

Esse projeto foi muito relevante no início, cerca de cinco famílias aderiram ao projeto inicial preparando a terra de forma sistematizada, conforme as técnicas introduzidas pelos extensionistas, ou seja, essa ação influenciou na forma de relação e produção dos sujeitos com a terra, mudando a espacialização da produção.

As intervenções nas formas de produzir em Abacatal não influenciaram na identidade territorial, entretanto causaram um relativo impacto nesta. Os espaços destinados aos cultivos foram mudados, provocando uma nova dinâmica territorial. Por exemplo, algumas famílias construíram novas casas nas proximidades das hortas coletivas.

3.2.2 As ações do Programa Brasil Quilombola

No que diz respeito ao Programa Brasil Quilombola (PBQ), as ações que podemos ver aplicadas mais incisivamente na comunidade é o Programa Luz para Todos, a Bolsa Família e o acompanhamento técnico prestado pela EMATER até o ano de 2004.

O primeiro projeto foi implementado em toda a comunidade quilombola de Abacatal. Durante todo o trajeto dentro da comunidade é percebido os postes novos do Programa Luz para Todos (foto 01).

Muitas famílias consideram a chegada da energia um fator extremamente positivo, pois vem proporcionar certo conforto, tanto pelo uso do ventilador quanto da geladeira e do televisor. Também foi comentado que com relativa frequência o serviço de poda comparece à comunidade para diminuir o perigo de galhos de árvores derrubarem a fiação.

Entretanto, durante a época das chuvas acontece, frequentemente, a interrupção do serviço; fato esse que é relatado pelos moradores por causar bastante prejuízo. Alguns perdem produtos que são mantidos na geladeira e refrigerador.



FOTO 01 - PROGRAMA LUZ PARA TODOS NA COMUNIDADE: Ação do PBQ na comunidade de Abacatal. Foto: José Luiz Sirotheau (04/02/2012).



FOTO 02 – SERVIÇO DE PODA NA COMUNIDADE: Outra ação do PBQ na comunidade de Abacatal. Foto: José Luiz Sirotheau (04/02/2012).

Outros já perderam eletrodomésticos pela variação da tensão elétrica, soma-se a isso o fato de que a energia demora bastante a voltar.

Quando não tinha luz era mais difícil. Lembro que tinha uma cesta que meu pai tinha feito que ficava em cima de uma geladeira velha, que não funcionava. Lá a gente deixava os peixes salgados pra poder não estragar, tinha muita gurijuba. Hoje não, não tem coisa melhor que tomar uma água geladinha. Agora quando falta luz... Em época de chuva falta muito, o homem lá da taberna já perdeu muita coisa com queda de luz (Maria do Socorro, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

O Programa Bolsa Família também é bastante presente na comunidade. Não foi possível entrevistar todas as famílias de Abacatal, entretanto todos os que foram entrevistados afirmaram que algum membro da família é contemplado pelo benefício. Esse auxílio é bastante valorizado por algumas entrevistadas.

Esse dinheirinho é bom, né? Às vezes a gente precisa comprar uma coisa ali outra aqui, pra gente comer, né? Às vezes o dinheiro tá pouco e a Bolsa vem ajudar (Maria do Socorro, Trabalho de Campo, fevereiro/2012)

Alguns outros segmentos do PBQ são contemplados através do edital de acompanhamento técnico, por exemplo, na área de geração de renda e desenvolvimento.

Porém, é importante ressaltar que muitas ações previstas no PBQ não são implementadas na comunidade quilombola de Abacatal. Podemos exemplificar citando a questão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do Programa da Saúde da Família, dos projetos de Habitação e Saneamento, de Educação, principalmente no que se refere à educação quilombola, além do grave problema do meio ambiente, expressos pela educação ambiental e pelas ações em gestão ambiental e ecoturismo.

A falta de ações por parte do poder público mobilizam alguns membros da associação de moradores e da comunidade no sentido de se organizarem socialmente em busca de melhorias. As reuniões realizadas na sede aproximam as pessoas reforçando os laços. São frequentes os comentários que evocam a ancestralidade das respectivas famílias.

3.2.3 As ações do Estado do Pará

A área que há séculos pertencia ao Conde Coma Melo foi uma das principais áreas impactadas, afetando Abacatal. Primeiramente foi utilizada pela empresa Pirelli, depois o Estado formalizou o Parque Ecoturístico do Guamá (PEG) e, mais recentemente, o Refúgio de Vida Silvestre MetrÓpole da Amazônia (REVISMA). Podemos afirmar que os mesmos provocaram impactos socioterritoriais de extrema relevância, haja vista que influenciou diretamente no tamanho da comunidade.

Segundo matérias publicadas no jornal “O Liberal” (MARIN; CASTRO, 2004), no ano de 1998, aconteceu uma mobilização de invasão por parte do Movimento dos Sem Terra (MST) na antiga fazenda Guamá, conhecida como mata da Pirelli, de aproximadamente 7,8 mil hectares, distante 14 quilômetros de Belém.

De forma mediadora, o presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), Marcelo Freitas, sugeriu distribuir lotes entre trabalhadores sem terra e desempregados sem moradia, podendo beneficiar diretamente cerca de 650 famílias. Contudo, oficialmente, o governo não entregou lote algum, pois se recusou a negociar com o movimento.

Após a desocupação da área por parte do MST, no terreno da empresa multinacional Pirelli, que teve seu projeto de plantio de seringueiras fracassado na década de 1970, foi projetado pelo governo do Estado do Pará o Parque Ecoturístico de Belém, em 2,8 mil hectares da referida área.

O projeto possuía, inicialmente, empreendimentos voltados para o lazer, como represas para passeios de barco, parques zoobotânicos e trilhas para excursões ecológicas. Cerca de R\$ 100 milhões seriam investidos, sendo que metade desses recursos seria dividida com a iniciativa privada, e o restante seria proveniente do dinheiro da privatização das Centrais Elétricas do Pará (CELPA) (MARIN; CASTRO, 2004).

Empresários pretendiam construir hotéis de lazer e hotéis-fazenda, além de parques temáticos voltados para a cultura e meio ambiente. A prática de esportes também seria incentivada no parque, estando prevista a construção de uma vila olímpica, cartódromo e lagos para pesca nos rios Guamá, Uriboca e Uriboquinha.

Entretanto, o projeto inicial não saiu do papel, haja vista que os hotéis, parques, cartódromos etc., não foram construídos. Mas, ainda assim, o PEG ou Parque Ambiental de Belém foi criado, possuindo área de 7.787,33 ha. Seu principal

acesso dista aproximadamente 23 km do centro de Belém. Estende-se por uma faixa de 18 km ao longo da margem direita do rio Guamá, entre os rios Caraparu, a leste, e Uriboquinha a oeste. Situa-se contíguo à Área de Proteção Ambiental de Belém (APA - Belém), a oeste, e suas terras abrangem cinco municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Izabel do Pará, todos integrantes da RMB.

Por fim, dentro dessa antiga área da Pirelli, foi criado o REVISMA, através do Decreto Estadual Nº 2.211 de 30/03/2010 (PARÁ, 2010), publicado no Diário Oficial em 01/04/2010. Com um pouco mais de 06 mil hectares, localiza-se nos municípios de Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Izabel do Pará.

Para tanto, houve a formação do conselho gestor, elaboração do plano de manejo, criação de base administrativa, centro de visitantes e outras medidas de interesse público. No planejamento das estratégias de proteção e fiscalização, prevê-se oficinas com atores-chave, da equipe de fiscalização da SEMA e do Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA).

Arthur Farias, da COHAB-PA, afirmou que há uma proposta habitacional do Governo do Estado para essa área. Entretanto, será somente na área antropizada, ou seja, 940,45 hectares do total serão utilizados na construção das unidades residenciais, equivalente a 11,4% da área total.

Há ainda um projeto básico preliminar e um projeto em estudo. No primeiro, o investimento total seria de R\$ 176,5 milhões e visa a atender de 4 a 9 mil famílias com moradia, gerando 10.700 empregos diretos e 21.400 empregos indiretos. O segundo prevê investimentos de aproximadamente 250 milhões de reais, por meio dos quais seriam construídos 15 mil unidades residenciais, empregando diretamente 15.150 trabalhadores e outros 30.300 indiretamente. Os recursos seriam oriundos de repasse do Ministério das Cidades e contrapartida do Governo do Pará.

Em todas as interferências podemos considerar que a comunidade quilombola de Abacatal foi impactada, até porque parte desse espaço utilizado foi subtraído do espaço original que seria da comunidade, além de que as projeções que se fazem sobre a utilização dessa área afetarão diretamente o Abacatal.

Aquela área lá era muito usada pra gente caçar, era muito bom, tinha muita caça. Agora não dá mais, né? Tinha um lugar que a gente costumava ir, tinha muitas castanheiras, era bom de caçar e pegar castanhas, frutas. Agora não dá mais, é proibido (João, Trabalho de Campo, fev/2012).

Outra criação do governo do Estado foi o Parque Estadual do Utinga, ou Área de Proteção Ambiental de Belém. Segundo Leray (2010), a ocupação cada vez maior de espaços territoriais, em função da crescente população metropolitana, vinha ameaçando há décadas através, principalmente, da ocupação “desordenada” e desmatamentos, os cursos d’água da região, em especial os lagos Bolonha e Água Preta, principais fontes de abastecimento de água da cidade de Belém. Diversas medidas governamentais foram tomadas na tentativa de proteção desses mananciais.

Assim, o Decreto Estadual nº 3.251 de 12/04/1984, estabeleceu uma área de 1.598,10, denominada Área de Proteção Sanitária – Lago Bolonha e Água Preta, que foi declarada como de utilidade pública para fins de desapropriação. Sob a coordenação da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), foi elaborado em 1987, o Plano Diretor do Parque do Utinga (PDU) com o objetivo principal de proteger os mananciais Bolonha e Água Preta e apresentar subsídios para a definição de critérios com relação ao uso e à ocupação do solo.

O Decreto Estadual nº 670, de 21/02/1992, retomou a discussão e criou uma comissão governamental composta pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) e Órgão Oficial de Turismo do Pará (PARATUR) com a finalidade de atualizar o Plano Diretor do Parque do Utinga (PDU), que deu origem ao “Estudo para Proteção Ambiental dos Mananciais do Utinga e Adjacências”, estabelecendo a criação de Área de Proteção Ambiental (APA) da Região Metropolitana de Belém, onde se inserem partes das bacias dos igarapés Uriboquinha e Tucunduba, a bacia do rio Aurá e as bacias tributárias dos lagos Bolonha e Água Preta.

Esse último documento sugeriu a criação do Parque Estadual do Utinga situada numa área especial dentro de um terreno da COSANPA, recomendando ajustes e adequação fundiários junto à EMBRAPA. Assim, foi criado o Parque Estadual do Utinga através do Decreto Estadual nº 1.330 de 02/10/2008.

Ambos, o Parque Ecoturístico do Guamá e o Parque Estadual do Utinga, tomaram uma considerável área do terreno original do conde Coma Mello, sendo que, segundo depoimento de alguns entrevistados, apesar dos moradores de Abacatal deixarem de adentrar nesses locais para caça e cultivo de roçados,

algumas pessoas de fora se estabeleceram no local, construindo casas, e que nenhuma atitude foi tomada com relação a isso.

Já tem uns terrenos que tiraram dentro da área do Parque, já tem uma área tirado pico, tem morador com caseiro lá dentro, fica perto da área (...) que vara no Uribocão (...) tem gente lá, dentro da área de preservação (Pedro, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

Na figura 02, podemos visualizar a área dessa segunda intervenção do Estado com fins para preservar o reservatório de água que abastece a capital paraense.

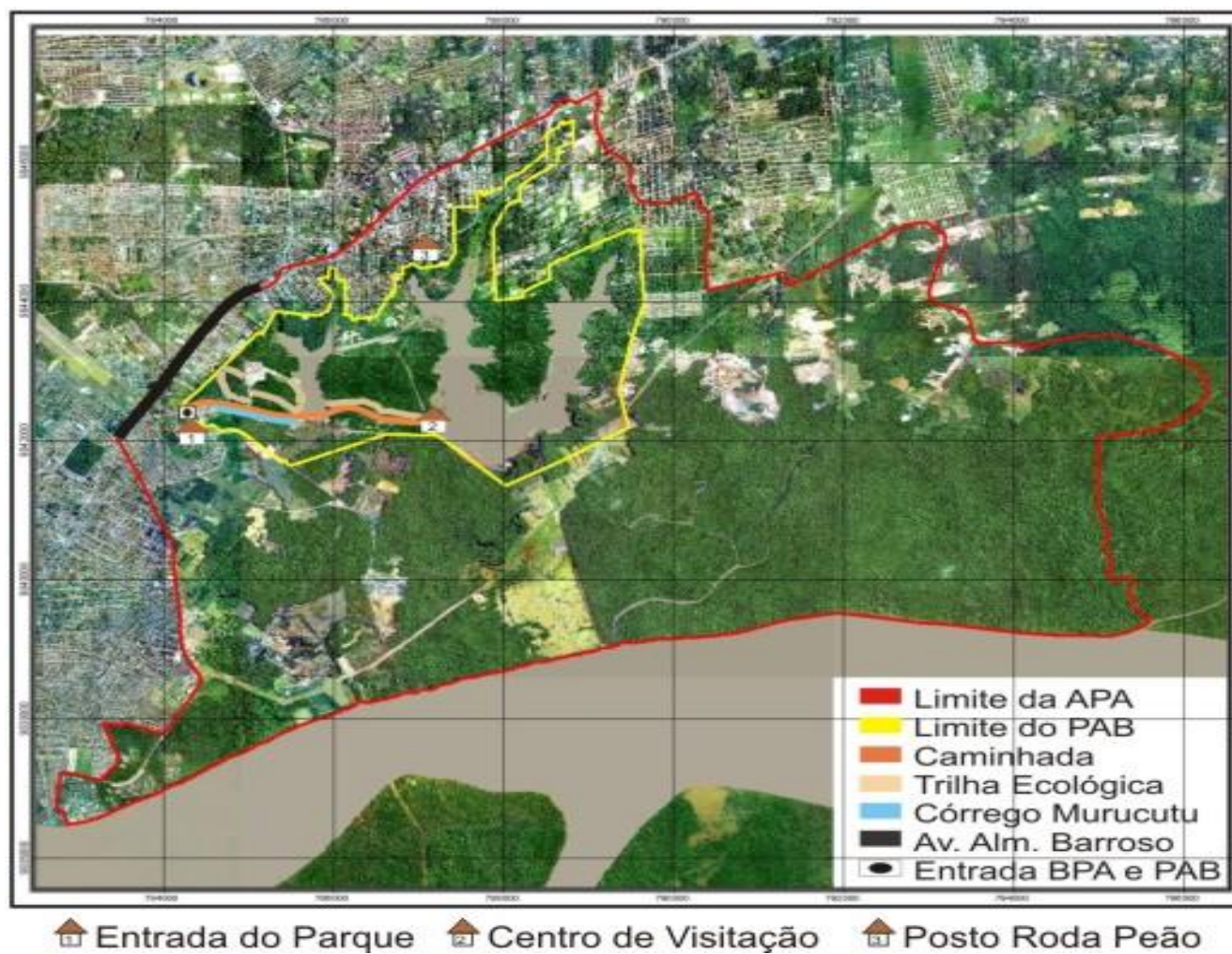
Outro grande projeto que afetou diretamente a comunidade quilombola de Abacatal foi a Alça Viária. Sabe-se que os modelos de desenvolvimento implementados nos últimos 40 anos no espaço amazônico vêm alterando e criando paisagens agrárias diferenciadas (HURTIENNE, 2004), não levando em consideração as territorialidades específicas das populações tradicionais existentes.

O projeto foi composto de rodovias, algumas já existentes e que foram recuperadas, além de novos trechos que foram construídos. As rodovias são interligadas pelas pontes dos rios Acará-Miri, Moju e Guamá. Esse ordenamento territorial, por meio da implantação de um sistema de engenharia, objetivou, segundo Pará (2012a), integrar plenamente os Municípios de Barcarena e Abaetetuba à Região Metropolitana de Belém e a região nordeste do Pará (Castanhal, Santa Luzia, Santa Maria e os demais municípios) ao sul e sudeste paraense.

A ideia da construção da Alça Viária era muito antiga. Vários governantes cogitaram essa possibilidade, mas ela não se concretizava. Essa questão, inclusive, está na memória de alguns membros da comunidade:

A Alça Viária desde que eu era moleca assim (...) eu via o pessoal falar. (...) Entrava governo, saía governo, entrava governo, saía governo. Todo mundo dizia que a Alça Viária nunca sairia do papel. Aí começou o comentário que vai passar dentro da comunidade de Abacatal (...) Muitos pensaram que era mentira (...) Quando é num tempo desses chega o pessoal da SETRAN [Secretaria Estadual de Transportes] e diz: "olha, a Alça Viária vai passar por dentro da comunidade". (...) E agora? (Maria do Socorro, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

FIGURA 02: Área de Proteção Ambiental e área do Parque Ambiental de Belém.



Fonte: Pará (2012b).

Essa perspectiva reavivou alguns sentimentos de medo da comunidade, entretanto algumas pessoas ficaram empolgadas com a suposta possibilidade de geração de renda.

O primeiro passo que eles iam dar pra nós: cercar e fazer um posto de gasolina pra comunidade ganhar dinheiro (...) (Som com expressão de rebuliço, alvoroço, muda a voz fingindo ser outra pessoa) “Ah, nós vamos ganhar dinheiro! Toda a comunidade vai ficar rica. O dinheiro que entrar vai ser dividido pra comunidade, pra todas as pessoas, pra todas as famílias” (Maria do Socorro, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

Foi realizada uma assembléia geral na comunidade, algumas pessoas ficaram interessadas em ganhar dinheiro com o posto de gasolina. Nesse caso, visivelmente houve uma desestabilidade na coesão da comunidade.

Graças a Deus que os que não queriam (...) é aquelas pessoas que tinham uma visão, não tinham um grau de instrução elevado, mas com o pouco que tem do conhecimento foi pra briga, não quis. Tu já pensou se essas pessoas que querem? A Alça Viária tinha passado aqui dentro. Se o pessoal da frente aceita, os outros, mano, concordam (...) Aí não quis, brigamos e não passou. Conseguimos (Maria do Socorro, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

No fim, a comunidade decidiu contra o traçado da Alça Viária por dentro do seu território. Segundo Marin e Castro (2004), no dia da audiência pública, a associação dos moradores da comunidade quilombola de Abacatal leu um documento redigido na assembléia realizada na qual continham os principais argumentos contra a PA-150 na área, dentre as quais o fato de que a rodovia passaria por dentro de áreas de várzea, o que afetaria as formas de subsistência da comunidade, acabaria com os igarapés, como o Uriboquinha, fundamental para comunidade, além de possíveis mudanças no que diz respeito às ocupações espontâneas que poderiam surgir nas proximidades e da violência. Em vez disso, foram sugeridas as áreas da terra firme da Pirelli, o que foi acatado.

No que se refere às ações decorrentes de legislações estaduais, iremos nos restringir a analisar o Programa Raízes e o mais recente decreto estadual, o de nº 261, de 22 de novembro de 2011 (PARÁ, 2011), que institui a Política Estadual para as Comunidades Remanescentes de Quilombos.

O Programa Raízes foi criado pelo governo do Pará em 12 de maio de 2000 por meio do Decreto nº 4054 (PARÁ, 2000). Seu principal objetivo era articular dentro do governo estadual o atendimento das demandas dos povos indígenas e

das comunidades quilombolas. Sendo responsável por receber as reivindicações quilombolas, avaliá-las, discuti-las com os interessados e encaminhá-las para o órgão estadual competente para tratar da questão. Além disso, o Programa Raízes coordenou e acompanhou a execução das ações do governo do Pará dirigidas aos povos quilombolas e teve um papel importante na sensibilização dentro do governo estadual sobre as políticas específicas às comunidades quilombolas.

Graças ao referido programa, muitas pesquisas foram realizadas, principalmente no sentido de dar visibilidade às comunidades que pleiteavam, naquele momento, a titulação das suas terras. Documentários, encontros, livros, entre outras iniciativas, foram lembrados por alguns entrevistados:

Agora tem alguns livros escritos aqui sobre Abacatal. Me deram um aqui feito lá pelo IAP, né? Fala sobre um bando de comunidade quilombola por aí. E isso é importante né? Ajuda na luta pra conseguir as terras. Graças a esse Programa Raízes e a universidade (João, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

No que se refere à Política Estadual para as Comunidades Remanescentes de Quilombos (PECRQ), é previsto que a comissão crie ações que vem focar áreas bem parecidas com as do Programa Brasil Quilombola.

Após seis meses da existência do decreto, dentro da Comunidade de Abacatal ainda não foi percebido algum projeto proveniente desta comissão. No que diz respeito ao eixo da qualidade de vida, o acesso à educação e a inserção da história dos quilombos na escola Manoel Gregório Rosa Filho, de Educação Infantil e de 1ª à 4ª série, dentro de Abacatal, ainda não ocorreu. Portanto, como existe apenas o ensino fundamental menor na comunidade, alunos de 5ª à 8ª série e do ensino médio têm que se deslocar às escolas localizadas nas Águas Lindas, em Ananindeua, mais especificamente no Conjunto Júlia Seffer, como as escolas Erotildes Frota Aguiar e Eneida de Moraes. Dentro do currículo destas escolas não foram encontradas iniciativas direcionadas pela Lei 10.639/2003¹⁶.

Ainda nesse eixo, projetos referentes à melhoria do meio ambiente local, com educação para gestão ambiental, também não ocorreram. Um projeto com fins à educação ambiental é necessário em duas frentes. Primeiro, para combater grande quantidade de lixo despejado na principal via de acesso da comunidade, de forma a

¹⁶ A Lei 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afrobrasileira nos sistemas de ensino, sendo um instrumento legal que, junto ao Parecer do CNE-03/2004 e com a Resolução 01/2004, orienta ampla e claramente as instituições educacionais quanto às suas atribuições.

se ter clareza dos danos que esse lixo provoca, despejado por terceiros, e que inclui dejetos orgânicos, entulhos de construção e resíduos químicos.

Segundo que, infelizmente, podemos encontrar alguns focos de lixo doméstico em alguns pontos dentro da comunidade. Portanto, a conscientização para a limpeza da comunidade, com coleta seletiva de lixo, seria uma iniciativa interessante (foto 03).

Outro eixo que podemos destacar é o acesso à saúde, ao saneamento básico e à habitação. Preferimos aluginá-los, pois é alvo de muitas críticas por parte da comunidade. Na saúde, o fato de não existir um posto de saúde dentro da comunidade, exige que qualquer problema que possa vir a acontecer seja tratado no posto de saúde do Aurá, em Ananindeua, cerca de seis quilômetros de Abacatal, distância que seria relativamente menor se houvesse um meio de transporte adequado para a transferência.

O saneamento básico também é um ponto crítico. Havia uma caixa d'água comunitária, entretanto foi destruída durante o conflito com a empresa Rio Castanho e nunca houve mobilização para reconstruí-la. São poucas as casas que contam com um poço. Dona Maria afirma que é necessária uma profundidade considerável para alcançar o lençol freático, o que costuma aumentar o valor e o trabalho em fazê-lo. No que diz respeito às fossas sépticas domésticas, ainda podemos encontrar casas nas quais o banheiro é cavado no chão, forma que pode vir a causar doenças.

Quanto à tipologia das habitações, a maior parte das casas é de madeira, depois as de alvenaria e, por último, as de barro. No que diz respeito à organização espacial das casas, a maioria fica dispersa uma da outra. A associação já teve o interesse em ordenar a área da comunidade, tentando organizar as vias de forma uniforme, assim como as moradias, entretanto, não passou de uma ideia, pois não houve muita aceitação por parte dos moradores. Uma moradora residente em uma casa de barro afirma que o sonho era melhorar a casa dela, pois lá tinha goteira e o chão era de terra batida. Quando chovia bastante, formava-se certa quantidade de lama. Portanto, dentro desses três eixos, nenhuma ação foi direcionada dentro da comunidade quilombola de Abacatal.



FOTO 03 - LIXO DENTRO DA COMUNIDADE: lixo criado dentro de Abacatal, sendo possível perceber roupas antigas, descartáveis (copos e sacos) jogados em pequenas clareiras da mata. Foto: José Luiz Sirotheau (04/02/2012).



FOTO 04 - LIXO FORA DA COMUNIDADE: sacos cheios de lixo doméstico, caixas de papelões e pedaços de madeira e isopor jogados na Estrada do Aurá. Foto: José Luiz Sirotheau (04/02/2012).

No eixo da geração de renda, alguns direcionamentos são especificados, como produção com sustentabilidade ambiental da terra e dos recursos naturais disponíveis, além de dotação de infraestrutura produtiva e tecnológica, acesso à assistência técnica e à qualificação profissional e gerencial. Entretanto, ainda não foi visualizada nenhuma iniciativa.

Um dos pontos mais importantes seria a questão do resgate da história, da memória e de cultura das comunidades. No que se refere à comunidade quilombola de Abacatal, a memória transferida através da oralidade foi muito importante para o fortalecimento da identidade.

Por fim, um dos eixos mais delicados, pois perpassa pela principal reivindicação da comunidade, é a infraestrutura das estradas de acesso e os meios de transporte. Entretanto, como é um assunto inserido na esfera pública municipal, vamos abordá-las no próximo tópico.

3.2.4 As ações do Município de Ananindeua

Neste tópico serão consideradas as diretrizes citadas no Plano Diretor de Ananindeua. A primeira que chama a atenção é a parceria com a União, no sentido de estruturar a comunidade quilombola do Abacatal. Se for considerada a estrutura física da comunidade, como habitação e saneamento, poderemos perceber, conforme o subtópico anterior, que não houve ação alguma por parte de qualquer esfera pública.

Um ponto positivo observado é a presença de uma escola, a Manoel Gregório Rosa Filho, de educação infantil e de 1ª à 4ª série, dentro da comunidade. A estrutura física é boa, foi construída recentemente, ao lado da antiga. Muitos moradores elogiaram a escola.

Ao ser considerada a malha viária que dá acesso à comunidade, é importante lembrar que é prevista no Plano Diretor de Ananindeua a estruturação da estrada que interliga a BR-316 com Abacatal. Contudo, não é possível perceber em nenhum trecho qualquer ação dessa natureza, conforme as fotos 05 e 06.



FOTO 05 - CONDIÇÕES DA ESTRADA DO AURÁ: trecho intrafegável na estrada do Aurá. Foto: José Luiz Sirotheau (04/02/2012).



FOTO 06 – TRÂNSITO DE PESSOAS NA ESTRADA DO AURÁ: uma senhora precisa descer da bicicleta para poder atravessar. Enquanto a mulher passa, um motoqueiro espera a sua vez. Foto: José Luiz Sirotheau (04/02/2012).

Em virtude do tráfego de veículos pesados usados pelos “curvões” para o transporte de cargas, a estrada que dá acesso à comunidade de Abacatal fica extremamente prejudicada, aumentando o dano em épocas de chuva, como nos meses de março, abril e maio. Veículos de pequeno porte, e até bicicletas, em alguns momentos, não conseguem circular pela via.

Portanto, a principal estrada de deslocamento e de comunicação dos moradores da comunidade com as outras partes do Município, fica prejudicada, causando transtornos de todos os tipos, inclusive, como já ocorrido, o dano à integridade física e, conseqüentemente, à saúde, uma vez que precisam sair às pressas em busca de assistência médica urgente.

Este fato desrespeita alguns dos direitos básicos de todos os cidadãos, como o direito de locomoção, provocando, por vezes, constrangimentos de toda ordem em seu itinerário, principalmente no que diz respeito aos estudantes do ensino médio, que, constantemente, têm que retornar aos lares sem que tenham assistido às aulas, em face de terem se sujado com lama no trajeto.

Isso tem comprometido e prejudicado sensivelmente o aproveitamento escolar desses indivíduos, provocando, em alguns casos, a perda do ano. Solicitações já foram feitas para recuperar a via, entretanto nenhuma foi atendida pela prefeitura. Inclusive a associação conseguiu junto à Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC) um ônibus para o transporte dos alunos – todos de 5ª a 8ª séries e do ensino médio estão lotados em escolas que ficam no bairro das Águas Lindas, em Ananindeua, nas proximidades do conjunto Júlia Seffer –, entretando o veículo foi retirado, pois o trajeto fazia com que o mesmo ficasse atolado e com peças quebradas.

Quando o problema não é a lama, nos períodos chuvosos, é a poeira nos períodos mais secos. O constante movimento de veículos pesados provoca a dispersão de grande nuvem de poeira. Como muitos moradores transitam a pé ou de bicicleta por esta mesma via, acabam tendo problemas respiratórios.

É importante levar em consideração que a falta de ações impactam de forma negativa em Abacatal, assim como em qualquer lugar. Esses impactos socioterritoriais não permitem que os membros da comunidade possam ir e vir tranquilamente. Por vezes precisam utilizar vias alternativas e que levam muito mais tempo para percorrer apenas para chegar em casa.

3.2.5 As ações privadas

A expansão urbana, decorrente do processo de metropolização, ocorreu de forma muito intensa nos últimos anos do século XX, tanto em Belém quanto em Ananindeua. Um dos principais fatores que contribuíram para essa expansão foi a construção dos eixos rodoviários, como discorreu Trindade Jr. (1998).

Considerando o eixo da BR-316, podemos afirmar que a ocupação em torno da rodovia, tanto por parte de empresas quanto de habitações foi bastante acentuada. Se considerarmos as formas de ocupação populacional nas áreas do entorno do eixo, perceberemos que o estímulo aconteceu, principalmente, após as construções dos conjuntos habitacionais (TRINDADE JR., 1998; SIROTHEAU, 2008).

Tomemos como exemplo o conjunto Júlia Seffer. Graças à infraestrutura gerada pela criação do conjunto, no bairro Águas Lindas, em Ananindeua, como, por exemplo, energia elétrica, pavimentação das ruas e transporte coletivo, surgiu uma grande quantidade de ocupações espontâneas no seu entorno, como a comunidade São Judas Tadeu, conhecida como “Área Um”, a comunidade do Parque Associação Nova Integração (ANI) e a comunidade da Vila Moara.

O processo vem se repetindo se levarmos em conta o eixo da estrada do Aurá. Lembremos que a principal direção de crescimento urbano da RMB é rumo ao Rio Guamá. Nesse outro eixo, criaram-se alguns conjuntos habitacionais bem próximos, como o Jardim Amazônia I e II, o Jardim Hokkaido e o Girassol. Assim como aconteceu com o conjunto Júlia Seffer, novas ocupações espontâneas surgiram nas proximidades, mas em menor quantidade, proporcional ao empreendimento envolvido. Temos como exemplo a ocupação Carlos Marighella, que surgiu devido ao abandono de uma fazenda.

Antigamente, quando a gente seguia daqui era aquela rua deserta mesmo. Aí depois fundaram a invasão do Aurá, olha como já tá! Aí eles vem mais pra cá, está vindo cada vez mais pra cá (...) Aí a prefeitura já comprou um condomínio, já comprou um loteamento, já fez condomínio, logo aqui próximo, logo aqui na rua, passando o cemitério. Aí vão comprando, vão fazendo, vai chegando, vai chegando pra cá (Maria do Socorro, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

Portanto, se considerarmos esse processo de ocupação do espaço, consequentemente, de expansão urbana, podemos afirmar que a tendência é, cada

vez mais, esse fenômeno ficar acelerado, principalmente devido à atual política de habitação.

Segundo Holanda (2011), no primeiro ano do governo Lula, em 2003, a criação do Ministério das Cidades marcou o início de um processo de importantes mudanças relacionadas à política habitacional, no que se refere à significativa ampliação do volume de recursos, do leque de programas federais e a priorização do atendimento às camadas da população com menor renda.

Essa nova política habitacional, na segunda gestão (2007-2010), estruturou-se ainda mais, tendo um importante aumento no volume de recursos nos programas habitacionais, articulado às políticas urbanas, reunindo setores administrativos do governo federal responsáveis por ações na área da habitação, saneamento ambiental, mobilidade e transportes urbanos e outros programas urbanos.

Ainda segundo Holanda (2011), o Ministério das Cidades lançou a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e a Política Nacional de Habitação (PNH), estabelecendo as bases fundamentais das ações do Governo Federal nesses setores.

A PNH apresenta como principais eixos de atuação: a integração de assentamentos precários a partir da regularização urbanística e fundiária, a provisão habitacional e a integração entre a política habitacional e a política de desenvolvimento urbano, visando garantir habitação prioritariamente às camadas de baixa renda. Além disso, a PNH detalha a constituição do Sistema Nacional de Habitação, composto por dois subsistemas: o Subsistema de Habitação de Interesse Social, que trabalha com recursos do FGTS e outros Fundos, e o Subsistema de Habitação de Mercado, atuando com recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), viabilizando investimentos habitacionais para as diversas faixas de renda, numa estratégia para evitar que as classes médias se apropriem dos recursos públicos (ou semipúblicos, como o FGTS), como aconteceu durante os anos que precederam o governo Lula (HOLANDA, 2011, p. 106).

O governo aumenta os investimentos no setor habitacional. Assim, no início de 2009, é lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), voltado para o atendimento de famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos, com acesso restrito a empresas do setor da construção civil, no qual o poder público pode participar por meio de apoio às empresas, disponibilizando áreas, infraestrutura e outras ações facilitadoras. Relatórios oficiais demonstram que de 2003 a 2009 os recursos alocados nos programas habitacionais do governo federal cresceram mais

de 8 vezes, com importante ampliação do percentual de atendimento às faixas da população com renda até 3 salários mínimos.

Sendo assim, a partir dessa expansão urbana, iremos nos defrontar com o primeiro impacto à comunidade quilombola de Abacatal, proveniente de ações privadas.

Construíram agora um conjunto novo, um projeto da Minha Casa, Minha Vida, e eles construíram esse conjunto, esse residencial, e inclusive agora a gente tem notícia que aquele igarapé, que atravessa, que vai pra comunidade, o Aracanga, que chamam, que vai cair dentro do Uriboquinha, e o sistema de esgoto, pra minha surpresa, que eles tão fazendo tudinho, jogando dentro do Aracanga, que vai cair dentro do nosso igarapé, que corta a comunidade (...) Tem gente que bebe aquela água, tem famílias que moram na beira... (João, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

Segundo outros depoimentos, esse empreendimento também é responsável não só pela poluição do igarapé, mas também por retirar areia das cabeceiras, hipoteticamente para utilização nas construções.

Tão tirando o aterro, tão tirando a areia da cabeceira do Aracanga, drenando a areia, lavando e tirando, onde nosso igarapé tá aterrando, antes nosso igarapé que era o trânsito pra Belém, nem canoinha, casca, não entra mais (João, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

É percebido, na fala dos entrevistados, que a construção desse empreendimento está afetando diretamente a comunidade de Abacatal. O igarapé Aracanga deságua no Igarapé Uriboquinha, ambos eram bastante utilizados como forma de se locomover, ação que não pode ser mais realizada pelo fato de que, atualmente, o Aracanga encontra-se bastante assoreado devido a ações antrópicas.

Outra ação de origem privada, que é bastante polêmica e causa grandes problemas para os habitantes de Abacatal, é a intensa atividade de extração mineral tipo II (areias quartzosas, lateritas hidromórficas e argila), realizada de forma inadequada, conforme podemos visualizar na foto 07.



FOTO 07 - ÁREA DE EXTRAÇÃO MINERAL FUNCIONANDO: As marcas de pneus no solo comprovam o intenso movimento. No lado direito da foto percebe-se que há o avanço junto à mata, não havendo qualquer preocupação quanto à destruição da floresta. Foto: José Luiz Sirotheau (10/03/2012).

Como podemos perceber, esse “curvão” está em pleno funcionamento. O material retirado é bastante requisitado para a construção civil (areia e argila), ainda mais nesse momento em que estão acontecendo altos investimentos na área de construção civil, criando-se uma demanda cada vez maior por esses minerais. A postura que muitas empresas dessa natureza acabam adotando é de aumentar ainda mais a produção para satisfazer aos interesses das grandes construtoras e lojas de material de construção, aumentando, no processo, seus lucros.

A extração de materiais empregados na construção civil, assim como as demais formas de exploração mineral provocam constantes danos ambientais. Esses danos se configuram inicialmente pela retirada da cobertura vegetal, descaçamento do solo, desnível do relevo, a produção de lagos artificiais. Todas essas alterações da paisagem vão configurando drásticas mudanças no ecossistema das áreas, que muitas vezes acabam sendo abandonados sem a recuperação prevista na Lei nº 9.605/98¹⁷.

Se não bastassem os problemas que os “curvões” em funcionamento trazem para a comunidade, os que estão desativados também contribuem para aumentar a tensão entre os proprietários e a comunidade de Abacatal.

Existem as pessoas que tem dinheiro que querem passar por cima dos quilombolas de qualquer forma, não respeitam, né? Já passamos por isso, e continuamos passando, com materiais químicos que eles jogam na proximidade da comunidade e que tá atingindo o nosso igarapé, o igarapé Uriboquinha, né? No terreno bem na beira mesmo da rua, tem um material que dizem que é um material químico de papéis. É o que tá causando um dano danado (...) É horrível, é aquele cheiro forte, e tá atingindo o nosso igarapé, o Uriboquinha (Pedro, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

As atividades deste outro “curvão” estão paradas, contudo o movimento de caçambas naquela área ainda é intenso, mas em vez de retirar material, a intenção é despejar lixo químico, uma espécie de pó azulado/cinza, conforme pode ser visto na foto 08, com cheiro forte. O pó quando próximo da água parada, empoçado pelas dunas tóxicas, fica com uma consistência mais pastosa. Ao que parece, o cheiro se agrava quando está úmida.

¹⁷ Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.



FOTO 08: “CURVÃO DESATIVADO” COM DETRITOS: Apesar de não ser utilizado para retirada de aterro, na área é feito o despejo de lixo químico. É possível observar as marcas de pneus na terra. Autor: José Luiz Sirotheau (10/03/2012).



FOTO 09: “CURVÃO” ABANDONADO: é possível perceber o acúmulo de água, podendo servir de foco para insetos. Autor: acervo da comunidade.

Todo mundo que passa vê aquela desgraça. Tão tapando os buracos com esse material químico. Buraco com mais de 30 metros, 40 metros de profundidade, vão jogar aquele material pra cobrir? Não tem como, vai atingir com certeza (...) Que faz mal pra gente, faz! Quando a gente passa lá, quando eles tão jogando, você não suporta o cheiro horrível, forte que dá enjoão, dá tonteira, a gente passa mal (Maria do Socorro, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

Existe uma cerca em parte dessa área. No portão está escrito um aviso que proíbe a entrada de qualquer pessoa não autorizada. Dentro tem uma casa, cerca de 150 metros do portão. É possível ver pessoas por lá.

Um dos mais graves perigos que esta ação pode trazer à comunidade quilombola de Abacatal não pode ser visto, mas é uma grande ameaça à saúde dos habitantes. Trata-se da infiltração do resíduo químico nos lençóis freáticos. Nas proximidades do terreno podemos observar vários corpos d'água, inclusive uma parte de um igarapé passa nas proximidades.

As áreas de curvões abandonadas, que não possuem o tratamento adequado, seja a recuperação pelo aterramento e reflorestamento, como tratam as leis ambientais, ou reutilizando a área, de forma racional, para outros fins, começam a acumular água. Esse líquido fica parado, podendo atrair insetos, como mosquitos da dengue, causando muitos problemas de saúde para a população próxima.

Outro grave problema encontrado ao longo da via principal de acesso à comunidade quilombola de Abacatal é o lixo despejado, em sua maioria nos lados, como podemos ver nas fotos 10 e 11, mas já houve casos, segundo depoimento, de jogarem lixo no meio da estrada.

Na mesma foto é possível ver lajotas quebradas, pedaços de cabo elétrico, blocos de concreto e pedaços de madeira. Todos esses materiais são característicos de serem utilizados na construção civil. Coincidentemente, próxima dessa área acontece a construção dos conjuntos habitacionais, assim como a expansão do conjunto Girassol.

Esses problemas causam um grande desconforto para a comunidade. Foi recorrente a fala de que se sentem tristes por essa sujeira, que “ninguém respeita” eles. O impacto acaba sendo simbólico, como se o caminho para a casa deles fosse maculado e destruído aos poucos. E ainda, o medo de que, um dia, esses dejetos cheguem até o portão de entrada para Abacatal.



FOTO 10 - O PROBLEMA DO LIXO NA ESTRADA DO AURÁ: despejo de lixo doméstico, dentre os dejetos podemos encontrar fraldas descartáveis, garrafas de plástico etc. Foto: José Luiz Sirotheau (04/02/2012).



FOTO 11 - DESPEJO DE LIXO NA ESTRADA DO AURÁ: acúmulo de restos de construção, como lajotas e fios elétricos. Foto: José Luiz Sirotheau (04/02/2012).

Se não bastassem esses recorrentes problemas na infraestrutura viária, recentemente uma possível nova intervenção está prestes a tomar forma e impactar o território de Abacatal: é o projeto de um gasoduto.

As informações acerca desse empreendimento estão disponíveis em BRASIL (2012a). O sítio eletrônico do IBAMA hospeda a análise quantitativa de riscos das instalações do Gasoduto do Pará, tendo sido preparado pela Risco Ambiental Engenharia e a Ecology Brasil. O Gasoduto do Pará fará as operações de transferência de gás natural oriundo do Gasoduto Meio Norte, a partir do Município de Açailândia, para os Municípios de Marabá, Barcarena e Marituba, este último inserido na RMB.

Segundo o EIA-RIMA, o gasoduto possui cinco ramais, o ramal de número um tem origem no Município de Açailândia (MA) segue até Belém (PA), com uma derivação alimentando o Município de Barcarena (PA). O estudo publicado é referente a este ramal onde a extensão de Marabá à Barcarena apresenta 675,16 km e o trecho até Belém, 41,21 km, perfazendo um total de 716,37 km.

Dentro do referido estudo, a comunidade de Abacatal está inserida na Área de Influência Indireta (All), ou seja, a área real ou potencialmente sujeita aos impactos indiretos da implantação e operação das atividades, representada por uma faixa envolvendo todos os pontos obrigatórios de passagem do gasoduto, mais o seu entorno, incluindo as estruturas de apoio, os locais de acesso e as cidades e povoados que serão utilizados como base para sua implantação e operação.

A Área de Influência Indireta foi definida como sendo uma faixa contínua, ao longo de todo o traçado do gasoduto, com extensão de cinco quilômetros para cada lado, contados a partir de seus limites externos. A esse corredor serão acrescidas todas as áreas das estruturas de apoio às obras que porventura excedam as quilometragens citadas acima. Para o meio biótico, a All foi estabelecida com cinco quilômetros para cada lado, a ela acrescidas manchas expressivas de vegetação natural, cursos hídricos e áreas de preservação.

A All é composta por 22 municípios, pertencentes aos Estados do Pará, Tocantins e Maranhão, que terão trechos de seus territórios atravessados pelo duto ou afetados pelas áreas de infraestrutura de apoio às obras, conforme observado na definição da área de influência para o meio socioeconômico.

Ainda segundo o EIA-RIMA, para a realização do diagnóstico socioeconômico destes municípios foram necessários levantamentos, tanto em institutos de pesquisa

como nas instituições públicas locais. Além dos dados secundários foram realizadas pesquisas com autoridades municipais, de forma a se obter dados e avaliações sobre os municípios que não são registrados sob a forma de dados secundários. Destacam-se entre estas informações as ações dos poderes públicos locais, bem como projetos e planejamento.

Consta também que os dutos serão enterrados em toda a sua extensão com uma cobertura mínima de 1,0 m e a 1,50 m nos cruzamentos e travessias, exceto em trechos rochosos, onde a cobertura será de 60 cm.

A linha (começa na parte posterior na cor azul, depois preta e no fim vermelha) representa o eixo por onde passará o gasoduto, enquanto que a linha cinza simboliza a All (figura 03).

Na parte sobre a influência nos territórios das populações tradicionais, especificamente indígenas e quilombolas, fica explícito que, pelo menos nas comunidades quilombolas de Abacatal e Jambuaçu, a construção do EIA-RIMA aconteceu apenas com dados secundários. O grande problema é que as comunidades não sabiam que esse projeto estava em curso. As mesmas apenas souberam devido a uma reunião que aconteceu no dia 26 de novembro de 2011, no auditório da Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), através da iniciativa do Projeto Nova Cartografia Social¹⁸, coordenado pela professora e pesquisadora Rosa Elizabeth Acevedo Marin. A comunidade de Abacatal ficará dentro da All, como podemos observar na figura 04.

O medo da comunidade é justamente que esse empreendimento impacte na vida deles assim como foi experienciado com outras comunidades que sofreram influência de outros empreendimentos.

O exemplo marcante que podemos citar são os constantes conflitos existentes entre a Companhia Vale do Rio Doce (VALE) e a comunidade de Jambuaçu¹⁹. Soma-se a isso a previsão de que o gasoduto passará por dentro da área do

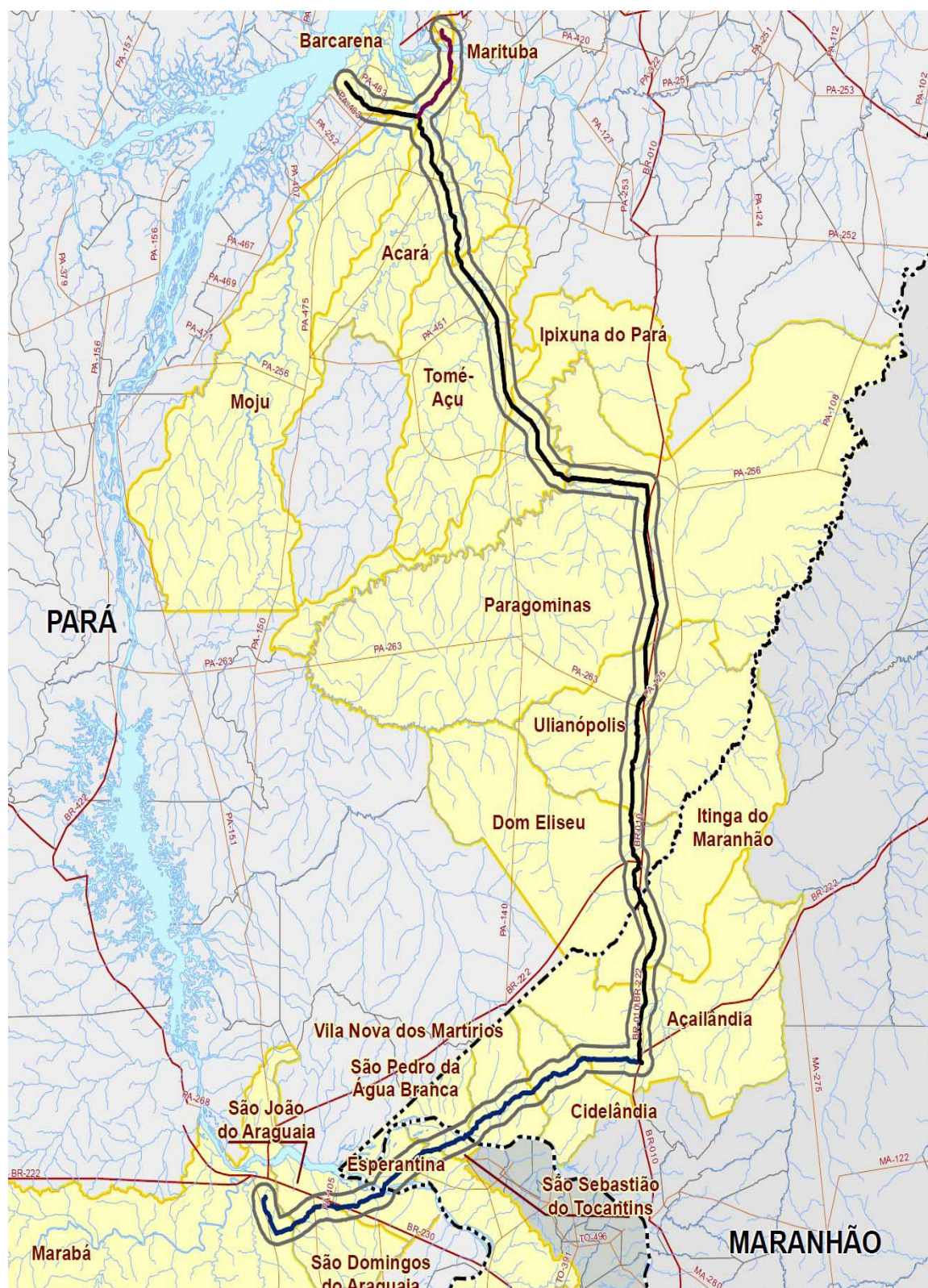
¹⁸ O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) objetiva dar ensejo à autcartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia e em todo o Brasil. Inúmeros fascículos já foram produzidos acerca da territorialização das Quebradeiras de Coco Babaçu, Povos dos Faxinais, Fundos de Pasto, Quilombolas, Pescadores, Ribeirinhos, Cipozeiros, Povoado Pantaneiro etc.

¹⁹ Para mais informações, há a tese em andamento: “Quilombolas de Jambuaçu-Moju: estratégias de organização face a grandes projetos”, da pesquisadora Joseline Simone Barreto Trindade. O vídeo “Amor pelo Território Quilombola de Jambuaçu”, que aborda o intrusamento da Companhia Vale do Rio Doce com a instalação de minerodutos para transporte de bauxita, também é um documento relevante. O fascículo três: “Quilombolas de Jambuaçu – Moju, Pará”, do Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, feito em 2007, ilustra, também, esse conflito.

REVISMA, que é uma área da categoria de Proteção Integral, e também da Área de Proteção Ambiental de Belém, de Uso Sustentável (figura 04).

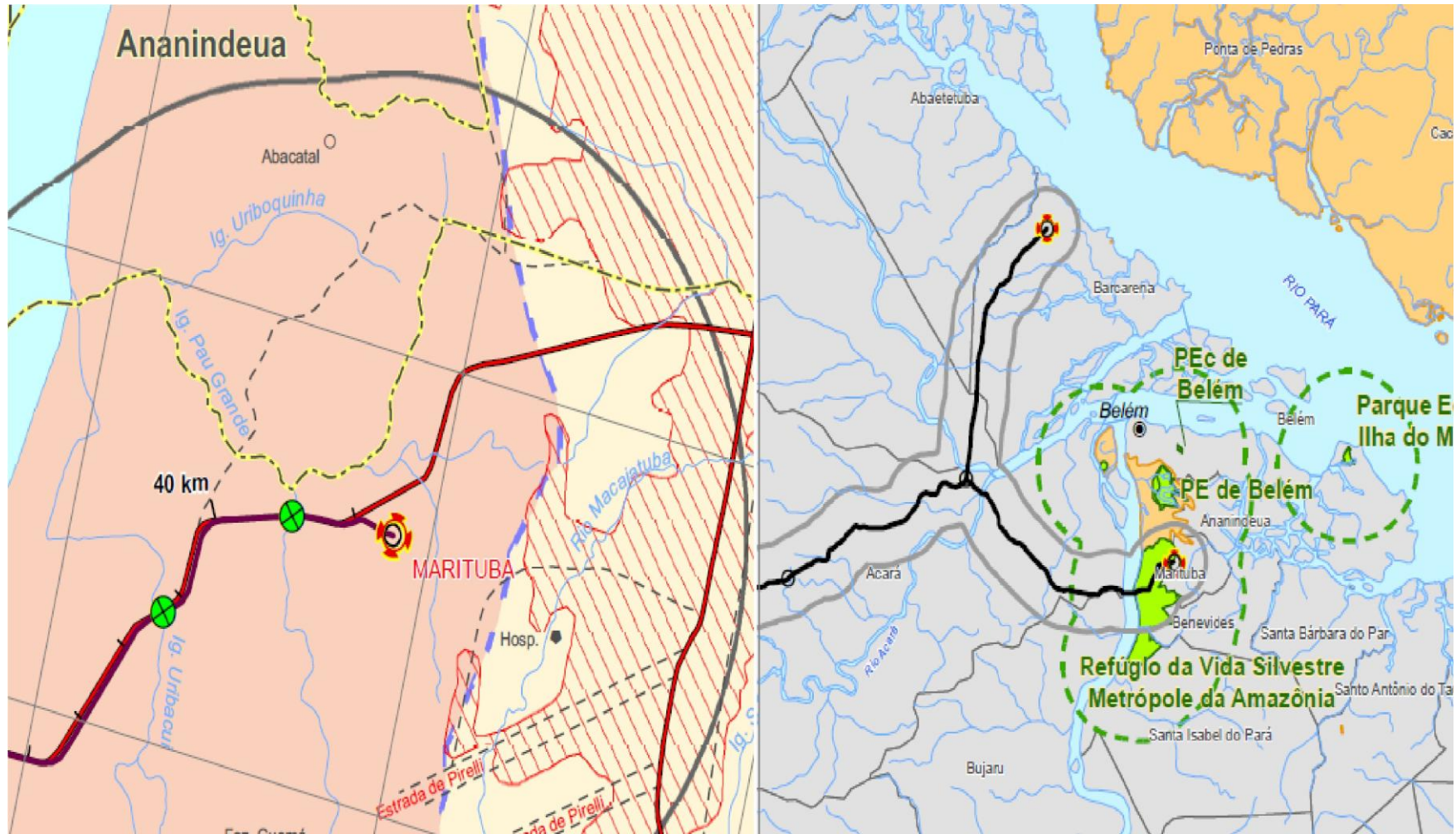
Portanto, ao considerarmos a amplitude deste empreendimento e os diversos territórios por onde ele passará, podemos concluir que se trata de um grande e ambicioso projeto, que envolve diversos agentes, desde o Estado até o grande capital. Sendo assim, visto à necessidade desses sujeitos em implementar o gasoduto, as possibilidades de acontecerem graves conflitos são bastante altas.

Figura 03: Trajeto do Gasoduto do Pará



Fonte: Brasil (2012a).

Figura 04: Representação de Abacatal dentro da AII do gasoduto e a influência do gasoduto nas Unidades de Conservação.



Fonte: Brasil (2012a).

Figura 05: Resumo dos impactos georreferenciados nas proximidades de Abacatal.



Fonte: Trabalho de campo, 2012.

3.3. O território quilombola de Abacatal hoje: identidade territorial, em contexto metropolitano.

Conforme várias conversas e entrevistas, até cerca de trinta anos atrás, o igarapé era a principal via de transporte da comunidade, sendo usado tanto para comercializar seus produtos em Belém, mais precisamente nos portos da Palha e Ponto Certo, quanto para compra de produtos para serem utilizados pelas famílias.

Novas vias de acesso foram construídas em meados da década de 1970. O principal objetivo era o escoamento da produção (a extração de pedra, areia, argila e madeira) decorrente da exploração realizada pelo Sr. Luiz Mesquita.

Quando os donos dos terrenos nas proximidades da comunidade começaram a utilizar suas áreas para a extração mineral do tipo II, a estrada do Aurá foi consolidada de vez. Nesse momento, o igarapé passou a ser cada vez menos utilizado para esse fim, e os moradores passam a adotar a estrada como nova via de circulação.

A estrada era o igarapé, era uma maré pra ir uma maré pra vim. Tu não tinha o acesso. Hoje não, tu pagou, eu já vou lá em Ananindeua. Sobe na bicicleta em 15 minutos ela tá lá. Eu não vou fazer comida, vou lá fora comprar um frango assado. Pula na bicicleta e vai, comprar um frango chega aqui e rapidinho, antes do meio-dia, tá almoçando. Antes não mano, entendeu? (Maria do Socorro, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

E ainda, outro depoimento que demonstra a mudança provocada pela troca do meio de circulação na comunidade.

Na minha época a gente não comia comida fresca. Pra ti comer uma comida fresca era muito difícil. A gente comia só feijão com charque, hoje em dia tem que ter o feijão com charque e tem que ter carne, frango, arroz, macarrão. Quando vinha de Belém, ia numa maré e vinha noutra, ficava com fome em casa. Às vezes tu tinha o dinheiro, acabava as coisas, tu tinha o dinheiro, mas tu tinha que esperar a maré encher pra poder ir, e nem todo mundo tinha canoa. Aí tinha que ver se alguém ia pra Belém, pegar carona, ir, ou pedir pra ela comprar, não tinha opção. Não tinha geladeira, como é que ia comprar comida fresca? (José, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

Essa dinâmica proporcionou uma mudança na espacialização dos habitantes de Abacatal. A área da beira do igarapé Uriboquina, outrora mais densamente ocupada, foi substituída pela ocupação na beira da estrada principal.

Nas casas desse eixo principal é difícil vermos produção de hortas nos quintais e o espaçamento entre elas é bem menor do que antes. Na verdade, as famílias que ainda trabalham com a terra utilizam as roças coletivas em locais específicos. Entretanto, nas áreas das famílias que habitam os diversos ramais que confluem para o eixo principal, podemos observar as pequenas hortas nos quintais, assim como a criação de animais.

Essa diminuição de famílias que trabalham com a terra, se comparado com os anos anteriores, aconteceu por alguns motivos. Primeiramente, a facilidade de se relacionar com a sede de Ananindeua, com a criação da estrada do Aurá, possibilitou novas possibilidades de trabalho, ainda que temporários, aos moradores de Abacatal.

Nesse momento, nos aproximamos de Miranda (2009), que ao analisar o rural e o urbano em colônias agrícolas de colonização antiga no Nordeste Paraense, observa mudanças na estrutura espacial dos lugares, nas residências e nas sociabilidades orgânicas; esta última sendo bruscamente substituída por relações de outras naturezas.

Durante os trabalhos de campo, encontramos funcionários públicos (agentes de saúde, professores etc.), pedreiros, entre outros. Se levarmos em conta a época em que Abacatal era “isolada”, não havia essa possibilidade de emprego, daí a relação com a terra ser muito mais intensa. Vale ressaltar que ainda tem moradores que complementam sua renda através dos cultivos na roça e com criações de animais.

Outro fator foi o aumento da população da comunidade. Muitas famílias que lá moravam agregaram parentes que viviam em outros municípios do interior do Pará e até de outros estados. Isso fez com que o número de casas aumentasse principalmente na área da via principal de Abacatal. Apesar das terras da comunidade serem de usufruto comum, garantido pela concessão do título de Domínio da Terra Coletiva, neste território cada família tem uma parte, ou lote, onde vivem e trabalham.

Segundo depoimentos, os terrenos variam de tamanho, em alguns casos chegam a até 25 hectares. No entanto, a maioria das famílias ocupa em média 06 hectares, baseadas em antigas regras de convivência. Vale ressaltar que alguns funcionários das agências de desenvolvimento também possuem alguns terrenos na comunidade. Segundo os moradores, são doações devido ao reconhecimento pelo

trabalho, empenho, dedicação e ajuda à comunidade. Portanto, o aumento da população, somado à diminuição do espaço para trabalhar a terra, reduziu as possibilidades de uso da mesma.

Outro fator que reduziu essa relação com a terra foram as constantes intervenções, tanto através das ações públicas quanto das ações privadas. Por exemplo, antigamente, quando não havia tanta pressão nas terras de Abacatal, os moradores – pai e filho – andavam por entre a abundante mata. Nessa relação o filho aprendia o modo de vida até então adotado pelos seus antepassados.

Com a constante redução territorial, seja através da criação da APA, ou do REVISMA, terras doadas pelo Estado a instituições, pessoas físicas e jurídicas, aconteceu a restrição da liberdade dos moradores. Essas profundas mudanças provocaram a diminuição ou mesmo desaparecimento gradual de espécies da flora e fauna em seu território. Isso reflete na dificuldade para pescar, caçar ou mesmo obter determinados recursos da mata usados em seu cotidiano.

Como é possível perceber no mapa 03, houve uma considerável regeneração da vegetação em muitas partes da comunidade, principalmente após o término da retirada de minerais e madeira por parte do Sr. Luiz Mesquita.

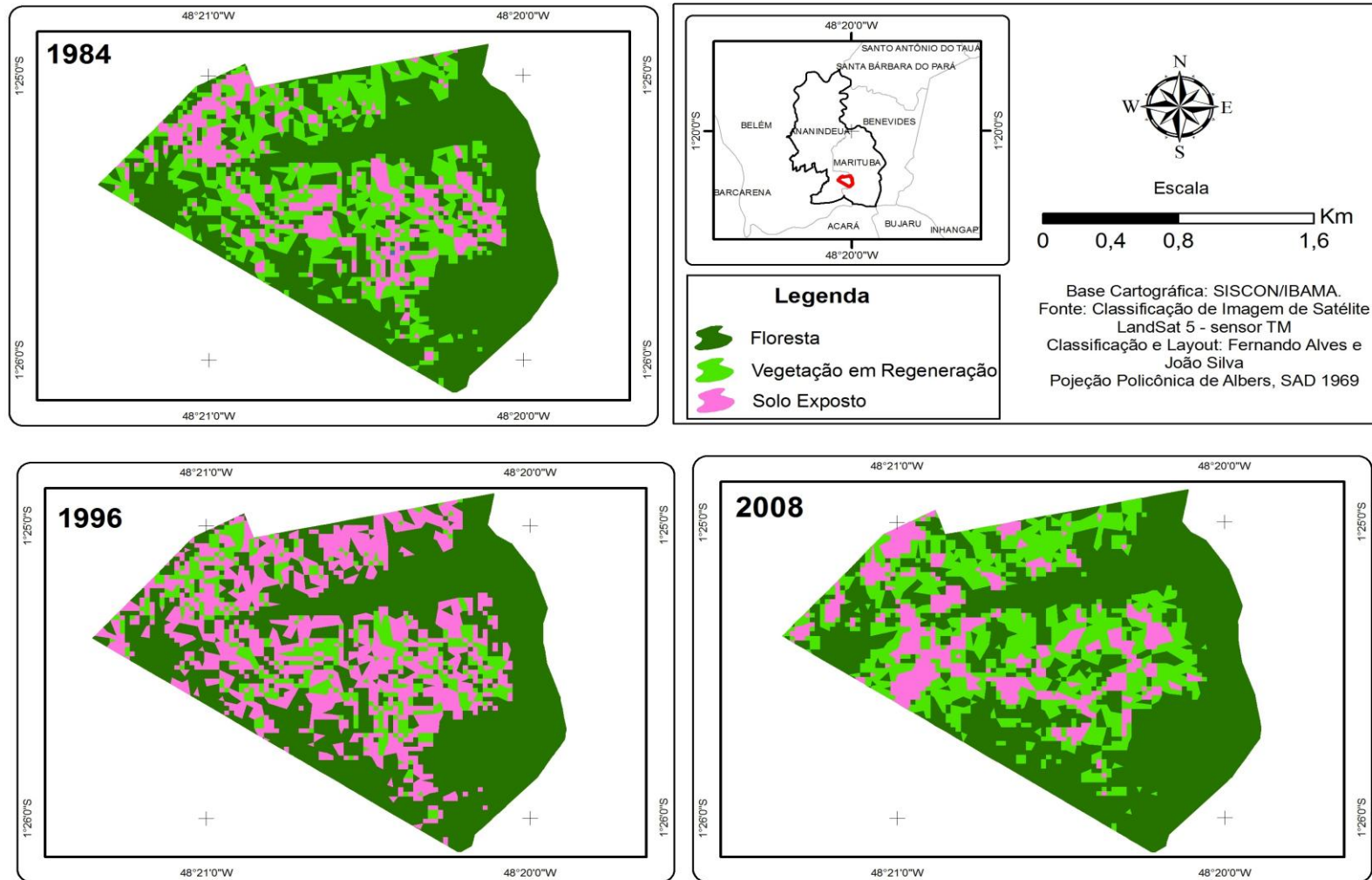
Essa recuperação das matas vai de encontro com a dinâmica de impactos, de natureza antrópica, na flora da RMB, conforme atestado por Ferreira et al (2012):

A proporção do desmatamento dos municípios da Grande Belém é alta, variando de 51% em Belém a 67.2% em Benevides. No município de Belém, o desmatamento é muito maior na região continental (87.5%) do que na região insular (32.6%). Na região continental do município de Belém sobraram poucos fragmentos florestais, com tamanhos pequenos e alto grau de isolamento. Existe diferença na distribuição destes fragmentos entre as regiões urbanas da parte continental do município, sendo as regiões central e sudeste as que apresentam os piores fragmentos em relação ao tamanho e grau de isolamento, enquanto a região sudoeste apresenta os melhores fragmentos (FERREIRA et al, pág.1-2, 2012).

Nesse sentido, podemos considerar que a titulação de comunidades quilombolas próximas a centros urbanos pode ser considerada uma alternativa para preservação das matas ciliares.

Mapa 03: Mapa multitemporal do desmatamento dentro da comunidade quilombola de Abacatal.

TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ABACATAL-PA: DESMATAMENTO NOS ANOS DE 1984, 1996 E 2008.



É importante acrescentar também que os projetos da EMATER, como foi tratado anteriormente, contribuíram para a modificação de uma forma de produção bastante degradante e exaustiva, sendo adotadas por muitas famílias uma forma mais racional e tecnicamente viável de produzir, sem exaurir e destruir a fertilidade do solo e a mata, como por exemplo as SAF's.

Apesar da diminuição considerável de pessoas que trabalham com a terra, muitas famílias ainda realizam essas atividades. Algumas adotam a fruticultura, principalmente das culturas de acerola, maracujá e cupuaçu, que aparentemente vêm oferecendo um bom retorno financeiro às famílias que comercializam a produção *in natura* ou em polpa. Outra parte da produção agrícola (e seus derivados) é comercializada aos sábados na feira livre de Abacatal, localizada na sede do Município de Ananindeua.

Mas o que foi percebido é que, ainda hoje, as principais atividades desenvolvidas, que envolvem a terra, é o roçado de mandioca para produção de farinha – considerada base alimentar e econômica das famílias locais –, e coleta de lenha para produção de carvão.

Podemos expressar a importância da produção de mandioca ao identificarmos a presença de três casas de farinha na comunidade. Uma foi implementada através do projeto da EMATER, como já foi mostrado anteriormente. Além da farinha, o tucupi, a goma e a farinha de tapioca também são produzidos.

A casa de farinha criada pelo projeto ainda funciona plenamente (fotos 12 e 13), mas, assim como as outras, não adotam todas as normas técnicas de higiene, embalagem etc. Isso faz com que esses produtos não possam ser absorvidos, por exemplos, pelas grandes redes de supermercados. Levando em conta que um dos objetivos principais seria aumentar a renda, é considerada fundamental a adequação nesses padrões.



FOTO 12 – PRODUÇÃO DE FARINHA NA CASA BOA ESPERANÇA: momento do assamento da farinha. Foto: José Luiz Sirotheau (12/02/2012).



FOTO 13 – PRODUÇÃO DE TUCUPI NA CASA BOA ESPERANÇA: processo de fervura do tucupi. Foto: José Luiz Sirotheau (12/02/2012).

Portanto, para tentar se ajustar às normas, foi projetada, através da prefeitura de Ananindeua, uma casa de farinha “moderna”. Entretanto, o projeto não foi terminado e a estrutura está sendo destruída pelo tempo. Alguns maquinários estão parados e correm o risco de danificar pelo desuso e pela falta de manutenção (foto 14 e 15).

No que diz respeito à produção de mandioca, as áreas direcionadas para o plantio estão cada vez menores. Isso está provocando uma diminuição da matéria prima para a produção dos derivados.

Na época em que a nova casa de farinha estava na fase de construção, algumas famílias se perguntavam se a mandioca das roças seria o suficiente para a produção. Atualmente, produtores chegam a sair para outros municípios atrás de mandioca para a produção. A experiência de um dos membros mais antigos é clara:

Eles já têm pouca roça de mandioca, tem vez que tem que ir atrás de comprar. Aí paga frete, o caminhão (...) tá uma nota pra utilizar, chega sai cheio daqui. Seria melhor se a mandioca daqui desse, a farinha ia ser mais barata, dava pra ganhar um dinheirinho a mais (João, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

Portanto, seria importante discutir uma forma de desenvolver algumas formas de geração de renda que tem potencial na comunidade. A criação de peixes e a olaria comunitária são grandes desejos de Abacatal.

A produção de carvão (foto 16 e 17) ainda é uma das principais formas de subsistência de algumas famílias da comunidade.

Olha, eu ainda tento ser a última opção a do carvão, mas quando a coisa aperta, o jeito é ir lá na mata tirar uns pedaços num pico, e fazer o carvão. Vendo uma saca grande por até R\$ 14,00 reais (Pedro, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).



FOTO 14 - ESTRUTURA DA NOVA CASA DE FARINHA: dentro do prédio encontram-se vários maquinários próprios para a produção de farinha, mas que estão estragando pela ação do tempo. Foto: José Luiz Sirotheau (12/02/2012).



FOTO 15 - ESTRUTURA INACABADA DA NOVA CASA DE FARINHA: é possível ver cupins na parede ao fundo e a instalação elétrica inacabada. Foto: José Luiz Sirotheau (12/02/2012).



FOTO 16 - PRODUÇÃO DE CARVÃO: dois fornos usados para a produção do carvão. Quando é terminada a queima, as sacas são colocadas na beira do caminho. Foto: José Luiz Sirotheau (12/02/2012).



FOTO 17 - TRANSPORTE DE CARVÃO: os produtores resgatam as sacas de carvão e colocam em bicicletas cargueiras, sendo levadas para mercados e feiras em Ananindeua e Marituba. Foto: José Luiz Sirotheau (12/02/2012).

Apesar disso, a quantidade de áreas usadas para esse tipo de atividade diminuiu bastante. Algumas famílias deixam algumas áreas se recuperarem e derrubam pequenos metros de mata secundária, evitando utilizar locais que já tenham se regenerado bastante.

O uso da madeira das árvores de Abacatal também se aplica para ampliações e reformas das residências, assim como para vender a algumas estâncias de material de construção em Ananindeua, mas, assim como na produção de carvão, a retirada de madeira diminuiu bastante.

Outras atividades, como apicultura e o artesanato com uso de argila, foram desenvolvidas com a promoção de cursos de capacitação, direcionados a um grupo específico composto por mulheres da comunidade, ministrados sob a orientação do Centro de Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) e da Fundação Curro Velho (fotos 18 e 19).

Essas atividades ratificam a ligação dos membros da comunidade com a terra onde vivem - seu espaço de reprodução social. Esse processo fortalece a identidade quilombola de cada um, pois o território onde vivem é fundamental para eles.

Entretanto, a metropolização e, conseqüentemente, a expansão urbana, vem influenciando diretamente a comunidade de Abacatal. A relação com a cidade traz vários efeitos para os habitantes de Abacatal

Nós somos privilegiados em morar ainda em Abacatal, entendeu? (...) Tem sim violência, mas só que não tá que nem lá fora, né? Hoje aqui tu ainda dormes e as bicicletas ficam assim no terreiro (...) Aonde que alí no Águas Brancas já se deixa uma janela aberta e vai lá pra cozinha? Então nós ainda temos isso ainda, e no meu tempo tinha mais ainda, hoje com o avanço da cidade, o Girassol tá bem ali... (Cida, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

A cidade tá chegando aí, taí a área da Pirelli, isso aí tudo, com mais uns anos, tudo vai ser cidade, eu posso até não ver, mas vai ser, porque o projeto que tem aí é pra 150.000 casas, né? Próximo, conjuntos habitacionais. E vai acontecer! (Maria do Socorro, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

Os mapas 04, 05 e 06 fundamentam um encontro que vai acontecer dentro de alguns anos: Abacatal ficará ao lado da cidade. Fica claro que ano após ano a mancha urbana se expande, cada vez mais, rumo à comunidade.

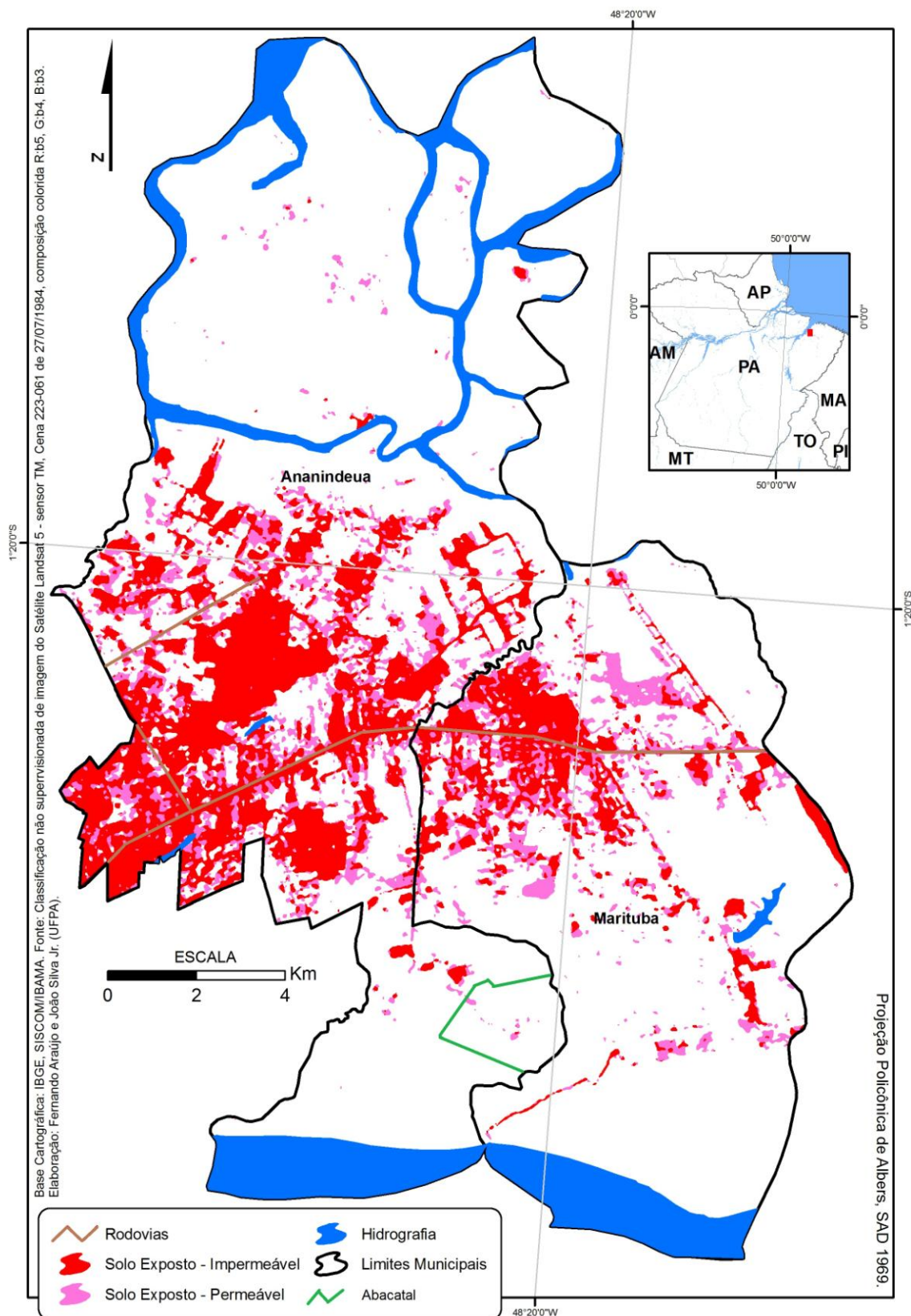


FOTO 18 - PRODUÇÃO DE ARTESANATO DESENVOLVIDO POR MULHERES: cestas confeccionadas com palitos de picolé e pintadas a mão. Foto: José Luiz Sirotheau (08/04/2012).

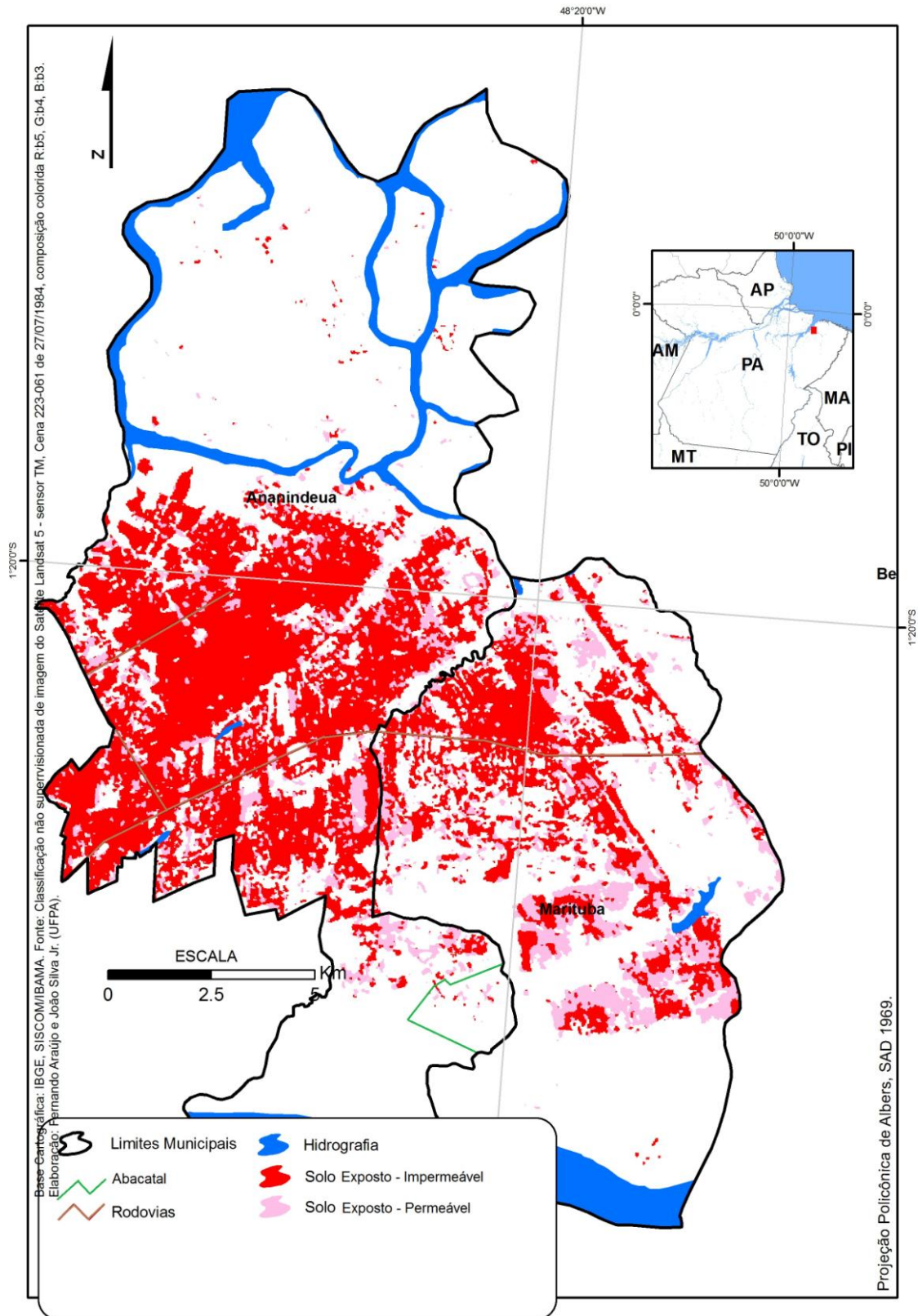


FOTO 19 - PRODUÇÃO DE ARTESANATO DESENVOLVIDO POR MULHERES II: cordões e pulseiras feitas com fibras de árvores, sementes e argila, material retirado da comunidade. Foto: acervo pessoal da comunidade.

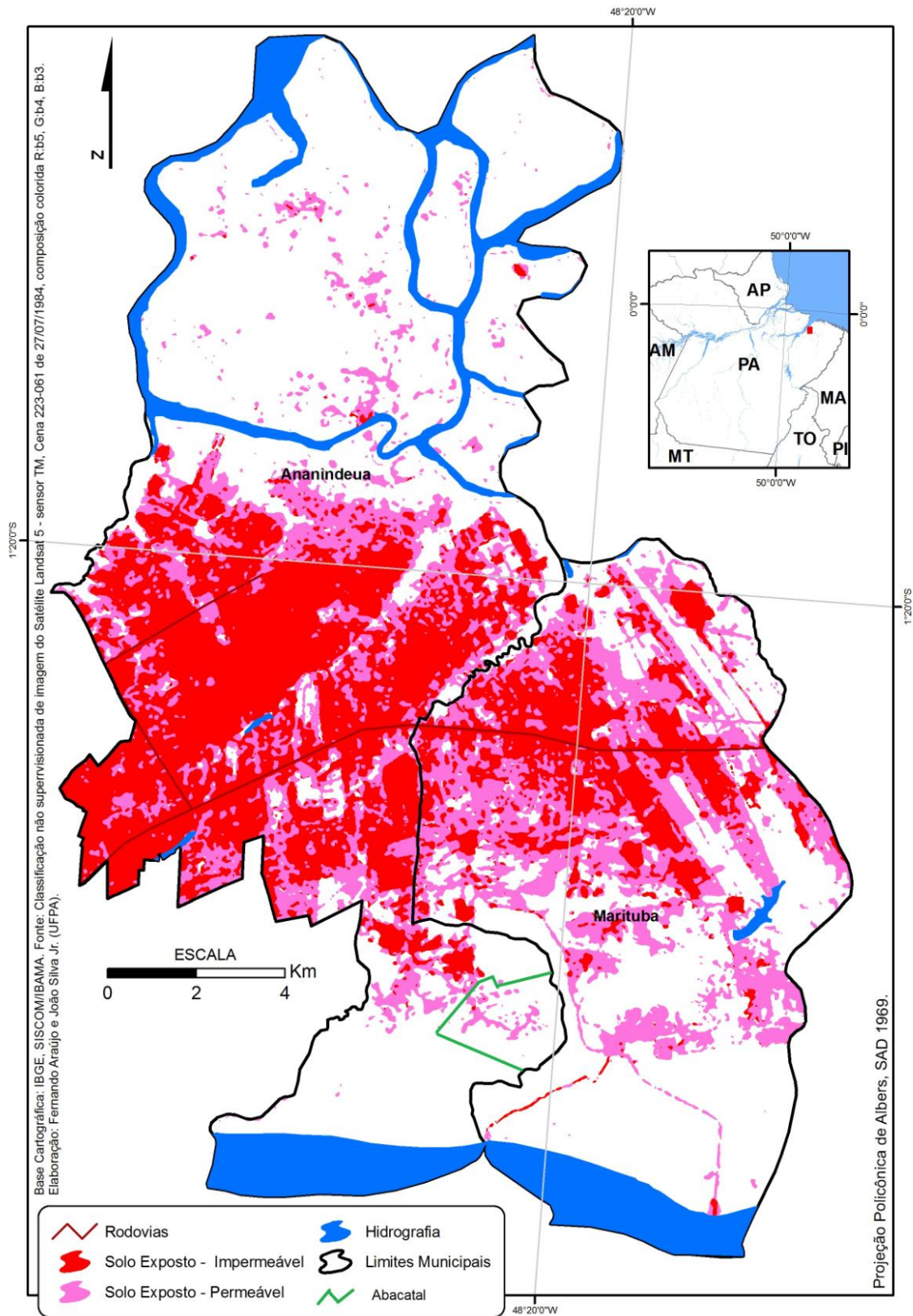
Mapa 04: O urbano nas proximidades de Abacatal em 1984.



Mapa 05: O urbano nas proximidades de Abacatal em 1996.



Mapa 06: O urbano nas proximidades de Abacatal em 2008.



Oficialmente, Ananindeua não possui divisão por bairros o que dificulta o levantamento, pois não existe uma organização das informações nos órgãos municipais. Devido a isso, o IBGE não disponibiliza os dados por bairros, e sim por setores censitários.

Entretanto o PDA propõe uma configuração nesse sentido. Levando em conta o ordenamento do plano, os “bairros” que mais estariam próximos à Abacatal seriam Águas Lindas, Júlia Seffer, Águas Brancas e Aurá, formados durante a década de 1980. Se sobreusermos os mapas dos “bairros” e setores censitários, podemos fazer a contagem das informações, ao fazê-la, o “bairro” Júlia Seffer, por exemplo, teria 10 setores censitários.

Sendo assim, a tabela 05 demonstra, em um espaço de 10 anos, o crescimento da população e de domicílios nos bairros em torno da comunidade. O IBGE ainda não disponibilizou dados sobre renda, escolaridade, emprego etc., referente ao Censo 2010.

Tabela 05: Evolução da população e dos domicílios nos bairros próximos à Abacatal²⁰

Bairro	População em 2000	População em 2010	Domicílios em 2000	Domicílios em 2010
Águas Lindas	14.500	21.818	3.900	5.343
Júlia Seffer	9.000	11.147	2.050	2.851
Águas Brancas	8.800	12.149	2.000	3.626
Aurá	9.700	16.574	2.900	4.974

Fonte: Brasil (2010a); Ananindeua (2006b).
Organização: José Luiz Sirotheau

Os bairros Águas Brancas e Júlia Seffer tiveram um aumento considerável, apesar de menor se comparado com Aurá e Águas Lindas. Possivelmente isso deve ao fato de que os primeiros são compostos, basicamente por conjuntos habitacionais, possuindo lotes definidos, enquanto que os outros são áreas de ocupação espontânea.

Os dados comprovam a expansão urbana que vem acontecendo em direção à Abacatal. É importante ressaltar que no ano de 2010 aproximadamente 10% dos

²⁰ Baseado em Ananindeua (2006b). No relatório há um gráfico que trata da hierarquia da população e dos domicílios por “bairros”. Portanto os números de 2000 não estão com um valor preciso, mas estimado.

domicílios dos bairros em questão estavam desocupados, além de possuir grandes áreas desocupadas, ou seja, potencialmente, essa população poderia ser maior.

Segundo os moradores, o principal problema trazido pelo crescimento e pela influência da cidade é a violência que, de pouco em pouco, vai aumentando. Não foram disponibilizadas pelo setor de estatística da Polícia Civil do Pará as ocorrências por bairros²¹, portanto não foram definidas as taxas específicas de violência.

Entretanto, podemos ter uma ideia ao considerarmos a pesquisa de Waiselfisz (2012), no que diz respeito ao mapa de violência no Brasil. Na RMB, em 1980, a taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes era de 14,5, em 2010 aumentou para 80,2. Ananindeua tem taxa superior a 100. Quando consideramos as crianças e os adolescentes, o problema também é grave. O município é o terceiro do País entre os mais violentos. No ano de 2010, a cada grupo de 100 mil jovens, 88,6 morreram assassinados. A taxa de homicídios de crianças e adolescentes do município é seis vezes superior à média nacional (13,8), considerada a quarta maior entre todos os países do mundo.

Outro fator que contribuiu para o aumento da violência na área foi a criação da Alça Viária. A via aumentou a dinâmica e o fluxo de pessoas. Algumas vezes, a comunidade quilombola de Abacatal, por fazer limite com a rodovia, já serviu de rota de fuga para assaltantes de motos.

Alguns outros motivos, como a constante entrada de pessoas que vinham com o propósito de caçar na área, ou então pegar curiosos (animal em extinção), além da constante possibilidade de surgimento de ocupações espontâneas, levaram a comunidade a criar um portão. A criação de muros ou portões é um símbolo. Representa a proteção da comunidade em face de outros sujeitos que, direta ou indiretamente, ameaçam a comunidade.

Outro ponto negativo que é bastante recorrente na fala dos membros da comunidade, principalmente dos que estão envolvidos com a associação dos moradores, é a falta de participação, de interesse, dos jovens, de até 21 anos, nos assuntos da associação e de Abacatal.

O que eu falo não vai acontecer agora, mas vai acontecer. Então a comunidade não tá preparada e será que essa população de hoje, esses

²¹ Não houve tempo hábil da data de solicitação, o prazo de levantamento estatístico pelo órgão e o prazo para finalização da pesquisa.

jovens vão, vão ter alguém com esse espírito de luta de defender o que é dele? Ou vai simplesmente abandonar? Porque o terreno não pode vender, mas simplesmente abandona e vai embora, que nem muitos fizeram, morava muita gente aqui, mas foram morar pra Belém, gente que foi com família enorme daqui [...] E essa gente nem se preocupa (Maria do Socorro, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

A relação que acontece é que essa geração mais jovem não viveu os momentos conflituosos, poucos eram nascidos. Aparentemente, depois da titulação, muitos jovens ficaram alheios à uma experiência que foi importante para o fortalecimento da identidade quilombola. Dona Maria afirma que conviver com a violência nas cidades está provocando mudanças nos jovens de Abacatal

Cansei de ver trazerem gente de fora pra beber final de semana aqui, esse zinho já arrumou confusão. Lá naquele bar, a farra começa cedo e vai até tarde. Certa vez, até um irmão esfaqueou outro por lá, vê se pode? O próprio irmão!? É o fim do mundo... (Cida, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

O maior interesse, na verdade, em expor essa situação não é problematizar a violência em si. A violência, assim como as drogas, a prostituição de menores e outros problemas sociais ocorrem em qualquer lugar, principalmente devido à falta de oportunidades inerente ao capitalismo. É importante relacionar essas questões com a possível inexistência de uma identidade territorial quilombola, e ainda, indagar que identidade será consolidada futuramente.

Ao que parece, esse desinteresse surgiu de alguns pais e mães dos jovens em questão. As assembléias de prestação de contas da associação muitas vezes ficam esvaziadas. É necessária fazer grandes mobilizações, de casa em casa, para tentar aumentar a quantidade de pessoas.

Mudou muito, muito, muito. Eu costumo dizer que antigamente era mais difícil, mas era muito melhor. Antigamente, quando tinha reunião, era a luz de lamparina, no barracão, nas novenas, tudo era lotado, hoje mano... (Maria do Socorro, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

A comunidade de Abacatal não é homogênea em relação à identidade territorial. Nem todo mundo que está lá se considera quilombola. Basta lembrar que muitas famílias que estão lá migraram de outros municípios do interior, tendo, inclusive, pessoas de outros estados. Alguns se instalaram depois do grande conflito fundiário que houve, após o momento da titulação. Entretanto, são habitantes deste

território, será que, como tais, defenderão as suas terras contra possíveis conflitos que possam surgir às portas de Abacatal?

Mas será que esse projeto (Gasoduto) a comunidade vai ter força suficiente pra lutar, pra brigar, com o individualismo que hoje tá na comunidade? E os que estão crescendo tão mais ainda (Maria do Socorro, Trabalho de Campo, fevereiro/2012).

Felizmente, nem só influências negativas foram trazidas pela relação mais íntima entre Abacatal e a cidade. Como já foi exposto ao longo deste trabalho, os habitantes de Abacatal tiveram acesso a escolas, hospitais, serviços jurídicos, lazer e postos de trabalho.

Outros conflitos são experienciados em outras comunidades quilombolas consideradas, inclusive, como quilombos urbanos, haja vista estarem localizados dentro da cidade, como se fossem bairros.

Um exemplo emblemático é o território quilombola da Família Silva. Segundo Carvalho e Weimer (2004), a comunidade está localizada no município de Porto Alegre, mais especificamente no bairro Três Figueiras. Em 2008 era composta por quinze famílias distribuídas em quinze residências. Naquele Município, a expansão urbana aconteceu de forma centrífuga, na medida em que a cidade ia crescendo a comunidade deslocava-se para as periferias mais distantes.

No passado, essas áreas eram taxadas pela população como “casas inabitáveis”, “colméia de vagabundos”, entre outros termos pejorativos. Atualmente ainda sofrem pressões fortíssimas da especulação imobiliária.

Outro caso exemplar é o da comunidade Chácara das Rosas, no Município de Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Diferentemente do território da Família Silva, ainda não possuem suas terras tituladas e lutam incessantemente por isso.

Segundo Carvalho (2010), a comunidade Chácara das Rosas está localizada numa zona residencial bastante valorizada da cidade de Canoas, cercadas por empreendimentos imobiliários de luxo. Vivem num terreno onde habitam, aproximadamente, quinze famílias negras aparentadas entre si, morando em pequenas casas de madeira com instalações improvisadas de água e luz e esgoto.

Há cerca de trinta anos o local é conhecido como “Planeta dos Macacos”. Esta é a forma preconceituosa como vizinhos e mesmo outros moradores

da cidade se referem a ele. Muitos acreditam que aquela área é perigosa, habitada ilegalmente por marginais. Morar naquele lugar implica numa pré-juízo da conduta de quem lá habita, constituindo-se assim enquanto um símbolo do estigma que recai sobre os integrantes deste grupo. Por este motivo era comum que as mulheres ocultassem seu endereço quando iam buscar trabalho nas residências próximas (CARVALHO, 2010, p. 245).

Essas comunidades sofrem constantemente com o preconceito da população dos arredores, com a discriminação e a segregação socioespacial. Essas constantes violências simbólicas serviam para diminuir a autoestima da população, mas agora servem de estímulo e agrega a comunidade em torno da criação e fortalecimento da identidade quilombola.

No caso de Abacatal, o recorrente descaso do poder público em sanar os constantes despejos de lixo, seja ele químico, orgânico, doméstico na estrada do Aurá, apesar das reclamações da comunidade, nos faz questionar se, com as devidas proporções, seria um caso de racismo ambiental.

Segundo Herculano e Pacheco (2006), o racismo ambiental é o conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados – índios, migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres, e, no caso, quilombolas – que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais.

Se considerarmos as pesquisas realizadas em quilombos considerados urbanos, é possível comprovar que esse tipo de violência, também impacto socioterritorial, é, infelizmente, bastante procedente.

Nesse sentido, resistir às inúmeras e variadas formas de ações desterritorializadoras somente é possível através da participação e organização desses sujeitos, um forma de fortalecer a identidade quilombola de qualquer comunidade. Manter essa identidade coletiva é fundamental para que o território resista as pressões de diversos agentes. As projeções não são das melhores. Abacatal, infelizmente, ainda enfrentará muitos conflitos por seu território, ainda que esteja titulado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades quilombolas sofrem, constantemente, pressões de várias naturezas. Os exemplos são inúmeros, assim como os trabalhos de pesquisa que denunciam intervenções negativas.

Maior ainda são os conflitos gerados por comunidades que estão em áreas de grandes empreendimentos, de Unidades de Conservação ou ainda na cidade/metrópole. A comunidade de Abacatal, em Ananindeua, deve servir como exemplo para muitas outras comunidades e povos tradicionais. Seu longo histórico de violências físicas e simbólicas, a superação sobre elas e sua perseverança, são inspiradoras.

Uma dos principais pilares da resistência é a construção e o fortalecimento da identidade quilombola: identidade social, política e territorial.

Nesse sentido, ao considerarmos as principais questões do trabalho (quais os impactos socioterritoriais e como se expressa a identidade dos remanescentes quilombolas, em realidade metropolitana, na constituição do seu território?), podemos afirmar que muitas ações de natureza pública e privada influenciam diretamente a dinâmica do território da comunidade.

A redução territorial devido à subtração de vários hectares de terra referente à implantação de unidades de conservação e instalação de empresas privadas provocou a desterritorialização de alguns sujeitos que acabaram se deslocando para a comunidade.

A depredação da principal estrada de acesso ao território quilombola devido à intensa atividade de extração mineral, além de despejos irregulares de lixo químico, orgânico, doméstico etc., sem nenhuma atitude por parte do poder público nos faz refletir sobre o racismo ambiental.

As formas de trabalho com a terra, reproduzindo um modo de vida específico, uma apropriação espacial construída ao longo dos anos, é uma forma de expressão da identidade de Abacatal.

As histórias contadas revelam que a memória expressa na forma de oralidade é bastante forte. Também são formas de expressar a identidade quilombola.

As ações da associação de Abacatal e dos grupos religiosos dentro da comunidade também são visíveis. A todo o momento há uma articulação. No caso da associação, tenta-se dialogar com órgãos do governo, agências de

desenvolvimento, entre outros agentes, tudo para tentar preservar o território da comunidade. Tive, inclusive, a oportunidade de participar da construção de um ofício que seria direcionado para vários órgãos como SEMA, IBAMA, MPE, BPA, denunciando as várias intervenções negativas na comunidade e nos seus entornos. Todos esses exemplos representam uma expressão da identidade quilombola de Abacatal.

Outras questões secundárias foram formuladas. O fato de estar inserida na Região Metropolitana de Belém (RMB), área afetada pelo processo de metropolização, exerce alguma influência na “psicosfera” e no território das comunidades supracitadas?

Ao tentar responder essa questão da problemática nos deparamos com várias situações. A relação da comunidade com a metrópole influencia de várias formas os habitantes da comunidade.

Mudanças na configuração das residências dentro da comunidade (da beira do rio para a beira da estrada), na estrutura da casa, nas sociabilidades orgânicas, foram elementos agudos observados em Abacatal.

Muitos moradores apontaram vantagens em estabelecer essa relação, como a geração de novas oportunidades de trabalho, de estudo, de lazer, de saúde. Entretanto, é claramente percebido o descontentamento com os problemas trazidos, principalmente quando se relaciona à influência nos jovens. Violência, drogas, entre outros problemas são apontados dentro da comunidade.

Essas situações podem atrapalhar a reprodução da identidade quilombola de Abacatal em um futuro próximo, fato esse que, talvez, trará graves consequências para o território deles.

A última questão levantada foi: quais as políticas públicas e/ou ações privadas e seus impactos socioespaciais direcionadas para as referidas comunidades e espaços próximos das mesmas?

E nesse ponto foram detectadas várias ações, sejam elas públicas ou privadas. Agentes de assistência técnica, de órgãos federais, estaduais e municipais são bastante recorrentes na comunidade, muitas vistas com bons olhos pelos habitantes. Entretanto, esse destaque se dá, principalmente, pela falta de implementação de muitas políticas e projetos direcionados para as comunidades quilombolas.

Dentro do conjunto de ações privadas detectadas, nenhuma teve efeito benéfico na sociedade. Ações de extrativismo mineral do tipo II realizadas de forma irracional, descontrolada e, por vezes, ilegal, marcam a paisagem no caminho para a comunidade.

A expansão urbana traz com ela a construção de conjuntos habitacionais próximos ao eixo da estrada do Aurá, principal via de acesso para o território de Abacatal. Infelizmente, as empresas construtoras desses conjuntos parecem não se importar para onde irão os esgotos das residências, haja vista que os mesmo desaguam no igarapé Aracanga, que deposita suas águas no igarapé Uriboquina, bastante importante e representativo para a comunidade.

Soma-se a isso o depósito de vários tipos de lixo nessa mesma estrada. Lixos domésticos, industriais, orgânicos e até mesmo químicos ilustram essa paisagem.

Sendo assim, acreditamos que nossos objetivos foram alcançados, contribuindo para a discussão acerca dos conflitos em comunidade quilombolas, no momento em que expõe as dificuldades de Abacatal frente aos impactos socioterritoriais.

É urgente a necessidade de fortalecer essa identidade quilombola para se preparar para o eminente conflito que ameaça vir. O desejo é que esse debate seja ainda mais propagado, e que possamos ajudar na continuidade da reprodução de um modo de vida específico, de um território quilombola, território etnicamente configurado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS; CENTRO DE CULTURA NEGRA. **Frechal, terra de preto: quilombo reconhecido como reserva extrativista**. São Luís: SMDDH/CCN, p.11-19, 1996.

_____. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane (Org.) **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. São Paulo: ABA/FGV, p. 43-82, 2002.

ANANINDEUA. Prefeitura Municipal. **Lei nº 2.237/06**, de 06 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor do Município de Ananindeua e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.seidurb.pa.gov.br/pdm/anandindeua/ANANINDEUA.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

_____. Prefeitura Municipal. **Relatório de Diagnósticos do Plano Diretor de Ananindeua**. 2006b. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetrolopes.net/planosdiretores/produtos/pa/PA_Avaliacao_PDP_Estudo_Caso_Anandindeua_abr_2009.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2011.

ANJOS, Rafael. **Quilombos: Geografia Africana - Cartografia Étnica - Territórios Tradicionais**. Brasília - DF: Mapas Editora & Consultoria, 2009.

ARGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana** – Estudos de antropologia social. Volume 7. Nº 8, p. 7-33, 2001.

ARRUTI, José Maurício. O quilombo entre dois governos. **Vozes Afro-Brasileiras**, Nº 330, 2003. Disponível em <http://www.koinonia.org.br/antigo/tp_detalhes.asp?cod=330#>. Acesso em 11 mai. 2011.

_____. **Mocambo**. Antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. POUTIGNAT, Philippe et al (Orgs) **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, p.185-228, 1998.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

_____. **Geopolítica da Amazônia**. São Paulo: Garamond, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 mai. 2011.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria Nº 307**, de 22 de novembro de 1995. Determina que as comunidades remanescentes de quilombos, como tais caracterizadas, inseridas em áreas públicas federais, arrecadadas ou obtidas por processo de desapropriação, sob a jurisdição do INCRA, tenham suas áreas medidas e demarcadas, bem como tituladas. Brasília, DF: Senado, 1995a. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/fed4.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

_____. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Portaria Nº 25**, de 15 de agosto de 1995. Normatiza os trabalhos de identificação e delimitação das terras quilombolas. Brasília, 1995b. Disponível em: <<http://www.koinonia.org.br/falaegbe/sem/sem04.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

_____. Ministério da Cultura. **Portaria Nº 447**, de 2 de dezembro de 1999. Delega competência à titular da Presidência da Fundação Cultural Palmares. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeilD=128>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

_____. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Portaria Nº 40**, de 13 de julho de 2000. Estabelece as normas que regerão os trabalhos para a identificação, reconhecimento, delimitação e demarcação... Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeilD=129>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

_____. **Decreto n.º 3.912**, de 10 de setembro de 2001. Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos... Brasília, DF: 2001. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeilD=130>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

_____. **Decreto Nº 4887**, de 20 de outubro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos... Brasília, DF: 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 15 dez. 2011.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 16**, de 24 de março de 2004. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos... Brasília, DF: Senado, 2004. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeilD=143>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa n.º 20**, de 19 de setembro de 2005. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos... Brasília, DF: Senado, 2005. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeilID=146>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão territorial do Brasil**. 2007a. Disponível em: <<ftp://geoftp.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

_____. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Portaria Nº 98**, de 26 de novembro de 2007. Instrumentaliza a implementação do decreto nº 4887/2003. Brasília, 2007b. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeilID=157>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa n.º 49**, de 29 de Setembro de 2008. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos... Brasília, DF: Senado, 2008. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeilID=164>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa n.º 57**, de 20 de outubro de 2009. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos... Brasília, DF: Senado, 2009. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeilID=184>>. Acessado em: 15 dez. 2011.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php>. Acesso em: 20 jan. 2012.

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Estudos de Impactos Ambientais e Relatório de Impacto Ambiental do Gasoduto do Pará**. 2012a. Disponível em: <http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/Dutos/Gasoduto/Gaspará/EIA/2330-00-EIA-RL-0001-00/>. Acesso: em 02 abr. 2012.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Títulos expedidos às comunidades quilombolas**. 2012b. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

_____. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola**. 2012c. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/arquivos/pbq.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

BRUYNE, Paul de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CASTELLS, Manuel. **A questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARVALHO, Ana Paula; WEIMER, Rodrigo. **Família Silva**: resistência negra no bairro Três Figueiras. Laudo antropológico e histórico de reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo Família Silva para cumprimento da artigo 68/ADCT. FCP/PMPOA: Porto Alegre, setembro de 2004.

CARVALHO, Ana Paula. Chácara das Rosas: de um território negro a um quilombo urbano. In: ALMEIDA, Alfredo et al (Orgs.) **Caderno de debates Nova Cartografia Social**: territórios quilombolas e conflitos. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, p. 242-449, 2010.

CHAGAS, Míriam. A política de reconhecimento dos “remanescentes de comunidades de quilombos”. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, Ano 7, Nº 15, p. 209-235, 2001.

CONDE, Renilda. 1999. 82 f. **A intervenção de órgãos públicos na comunidade negra de Boa Vista do Itá**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Núcleo dos Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará. Belém, 1999.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Situação fundiária das comunidades quilombolas**. Disponível em: <<http://www.cpis.org.br>>. Acesso em: 01 abr. 2012.

CRUZ, Valter. 2006. 200 f. **Pela outra margem da fronteira**: território, identidade e lutas sociais na Amazônia. Dissertação (Mestrado). Programa e Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

DOSSE, François. **A história do estruturalismo**. O canto do cisne – de 1967 aos nossos dias. São Paulo: Ensaio, 1993.

HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos” e baianos no “novo” nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná et al (Orgs.). **Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 367-415, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HURTIENNE, Thomas. Análise socioeconômica dos sistemas de uso de terra por pequenos produtores agrários na Amazônia oriental. In: **Novos Cadernos NAEA**, v. 7, n. 2, p. 191-272, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3ª Ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Leandro Valle; PAROLIN, Pia; MUÑOZ, Hanna Surama e CHAVES, Priscilla Prestes. **Efeito da fragmentação e isolamento florestal das áreas verdes da Região Metropolitana de Belém**. Disponível em: <<http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/botanica/botanica63/14.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2012.

FREITAS, Décio. **O escravismo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Jorge. 2005, 139 f. **Intervenção e exploração de recursos naturais em comunidade quilombola: o caso de Abacatal**. Dissertação (Mestrado). Programa Agricultura Familiar - NEAF. Universidade Federal do Pará. 2005.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. (Orgs.). **Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

HOLANDA, Ana Carolina. 2011. 177 f. **A nova política da habitação de interesse social no Pará (2007-2010): avanços e limites**. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: RUGGIERO, Roberto (Org.). **Enciclopédia Einaudi: memória-história**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 11-50, 1984.

LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e quilombolas: cidadania e folclorização? In: FONSECA, Claudia. **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, Ano 5, Nº 10, p. 61-82, 1999.

_____. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. In: CENTRO DE ESTUDOS DE ANTROPOLOGIA SOCIAL. **Etnográfica**, Vol. IV, p. 333-354, 2000.

LENCIONI, Sandra. 1985. 175 f. **Agricultura e urbanização: a capitalização no campo e a transformação da cidade**. Jardinópolis, o estudo de um lugar. Dissertação

(Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

LERAY, Ester. 2010. 99 f. **Impactos socioambientais**: um estudo sobre a preservação ambiental do Parque Estadual Utinga – Belém/PA. Trabalho de conclusão de curso (Especialização). Faculdade Ipiranga. Belém, 2010.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; CASTRO, Edna. **No caminho de pedras de Abacatal** - experiência social de grupos negros no Pará. Belém: NAEA/UFPA, 2004.

MINAYO, Marília Cecília. **O Desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec. 1982.

_____. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. 2ª Ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

_____. **Pesquisa social**: Teoria, Método e Criatividade. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MIRANDA Rogério. 2009. 212 f. **Interfaces do rural e do urbano em área de colonização antiga na Amazônia**: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal-PA. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2009.

MORAES, Antônio Carlos. **Ratzel**. São Paulo, Ática. 1990.

_____. **Geografia**: pequena história crítica. 20ª Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo em África. In: MOURA, Clóvis (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, p. 21-31, 2001.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global Editora, 2006.

NERY JR., Nelson. **Código de processo civil comentado e legislação extravagante**. 9ª. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

PARÁ. **Constituição do Estado do Pará**, de 5 de outubro de 1989. Governo do Estado do Pará, Belém, 1988. Disponível em: <www.pa.gov.br/constituicao.asp>. Acesso em: 12 mai. 2011.

_____. **Lei n.º 6.165**, de 02 de dezembro de 1998. Legitima as terras das comunidades quilombolas. Governo do Estado do Pará, Belém, 1998. Disponível em: <<http://www.cpis.org.br/htm/leis/page.aspx?LeiID=50>>. Acesso em: 12 mai 2011.

_____. **Decreto n.º 3.572**, de 22 de julho de 1999. Regulamenta a Lei nº 6.165, de 2 de dezembro de 1998, que dispõe sobre a legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos... Governo do Estado do Pará, Belém, 1999. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeilID=51>>. Acesso em: 12 mai. 2011.

_____. **Decreto n.º 4054**, de 11 de maio de 2000. Cria o Programa Raízes. Governo do Estado do Pará, Belém, 2000. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeilID=105>>. Acesso em: 12 mai 2011.

_____. **Decreto nº 713**, de 7 de dezembro de 2007. Cria a modalidade de assentamento do território quilombola. Governo do Estado do Pará, Belém, 2007a. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeilID=115>>. Acesso em: 12 mai. 2011.

_____. **Norma de Execução nº 1**, de 24 de agosto de 2007. Dispõe sobre os procedimentos de regularização fundiária por meio da criação do Projeto Estadual de Assentamento Sustentável (PEAS) e do Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista (PEAEX). Governo do Estado do Pará. Instituto de Terras do Pará, Belém, 2007b. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeilID=113>>. Acesso em: 12 mai 2011.

_____. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Estatística Municipal de Ananindeua**. 2009. Disponível em <<http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produtos/EstatisticaMunicipal/pdf/Ananindeua.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

_____. **Decreto nº 2211**, de 30 de março de 2010. Cria o Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia. Governo do Estado do Pará, Belém, 2010. Disponível em: <<https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/index.php?action=MenuOrgao.show&id=1603&oOrgao=65>> . Acesso em: 12 mai. 2011.

_____. **Decreto nº 261**, de 22 de Novembro de 2011. Institui a política estadual para as comunidades remanescentes de quilombos. Governo do Estado do Pará, Belém, 2011. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeilID=310>>. Acesso em: 12 mai. 2011.

_____. Secretaria Executiva de Transportes. **Alça viária**. 2012a Disponível em: <http://www.setran.pa.gov.br/sip/sip_bene.html>. Acesso em: 04 mai. 2012.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Batalhão de Polícia Ambiental – PM. **Localização geográfica do Parque Estadual do Utinga**. 2012b Disponível em: <<http://www.pm.pa.gov.br/bpa/?p=344>> Acesso em: 04 abr. 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. **Geografando nos varadouros do mundo**. Brasília: IBAMA, 2003.

REIS, João; GOMES, Flávio. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RAMALHO, Cristiane. 2002. 144 f. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no Município de Mirante do Paranapanema** – região do Pontal do Paranapanema/SP. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2002.

SACK, R. **Human territoriality**: its theory and story. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1985.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002a.

_____. O retorno do território. SANTOS, Milton et al (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Annablume/Hucitec/ANPUR, p.15-20, 2002b.

SANTOS, Viviane Corrêa dos. 2008, 65 f. **Apropriação do relevo através da exploração mineral na ilha de Caratateua** (Belém/PA). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Instituto de Filosofia e Ciência Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

SÃO PAULO (Estado). **Quilombos em São Paulo**. Tradições, direitos e lutas. São Paulo: ITESP - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 1997.

SELLTIZ, Claire. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2ª Ed. São Paulo: EPU, 1987.

SEVERINO, Antônio. **Metodologia do trabalho científico**. 21ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SIROTHEAU, José Luiz. 2008, 69 f. **A natureza do território das gangues no bairro do Júlia Seffer**: uma questão de poder ou violência? Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Belém: CFCH/UFPA, 2008.

SOUZA, Marcelo. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO Iná et al. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 77-116, 1995.

STEIL, Carlos Alberto. Política, etnia e ritual – o Rio das Rãs como remanescente de quilombos. In: PEIRANO, Mariza. **O dito e o feito**. Ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 197-210, 2000.

TRINDADE JR, Saint-Clair. 1998. 395 f. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. São Paulo. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012**: os novos padrões da violência homicida no Brasil. 2012. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br>>. Acesso em: 26 out. 2012.

APÊNDICE

Questionário aplicado	
<p>a) Qual o seu nome?</p> <p>b) Qual sua idade?</p> <p>c) Em que trabalha atualmente?</p>	<p>d) Quanto tempo reside neste imóvel?</p> <p>e) Qual o tamanho da sua área?</p> <p>f) Quantas pessoas moram na casa?</p>
Roteiro de entrevista	
<p>a) Fale sobre os conflitos que houveram na comunidade devido à posse e uso da terra.</p> <p>b) Comente sobre as ações por parte do poder público na comunidade (federal, estadual ou municipal). Elas foram positivas ou negativas?</p> <p>c) Qual a relação que você tem com a sede do município? E com Belém? O que acha da cidade</p> <p>d) Como era a qualidade de vida de vocês antes? E agora?</p> <p>e) Por que você se considera quilombola?</p>	<p>f) Fale sobre as manifestações culturais da comunidade.</p> <p>g) Existe alguma ação da iniciativa privada nas suas terras? Provocam danos ambientais? Comente.</p> <p>h) Os jovens participam das reuniões da associação? Eles costumam se envolver nesses assuntos?</p> <p>i) Como é sua relação estabelecida com a terra?</p> <p>j) O que é ser quilombola?</p>
Roteiro de entrevista para os jovens	
<p>a) Você gosta da comunidade em que mora?</p> <p>b) Costuma se envolver nos assuntos referentes à associação?</p> <p>c) Onde você estuda?</p> <p>d) Você trabalha?</p>	<p>e) Costuma ir à sede do município? E em Belém?</p> <p>f) O que acha da cidade?</p> <p>g) O que costuma fazer nos tempos livres?</p> <p>h) Você se considera quilombola?</p>

Fonte: Elaborado por SIROTHEAU (2011).